

MANIQUE DO INTENDENTE

Uma vila iluminista



Departamento de Arquitectura da FCTUC
Prova Final de Licenciatura em Arquitectura orientada pelo Arq^o Rui Lobo
Cátia Gonçalves Marques Junho de 2004



Manique do Intendente: uma vila iluminista

Departamento de Arquitectura da FCTUC

Prova Final de Licenciatura em Arquitectura orientada pelo Arq^o Rui Lobo

Cátia Gonçalves Marques | Junho de 2004

Agradecimentos

Aos meus pais, por tudo. Às manas, pelo apoio sempre incondicional. Ao Miguel, por estar sempre comigo. À Ana e à Paula, pelas «aulas de desenho»! Aos amigos...

Agradeço também, pela ajuda e pela simpatia, ao Sr. Herculano, presidente da Junta de Freguesia de Manique do Intendente, ao Dr. José Pereira, ao Dr. Pedro Precatado, da Câmara Municipal da Azambuja, assim como aos habitantes de Manique que me abriram as portas das suas casas.

Agradeço finalmente ao meu orientador, pelo entusiasmo e pela disponibilidade.

Índice

INTRODUÇÃO	1
PARTE I . Dados e Referências Teóricas	
Capítulo 1 – Manique do Intendente	
1.1 As Datas e os Factos	4
1.2 O Intendente Pina Manique	6
1.3 O Processo de Construção da Vila	9
1.4 A Autoria	11
Capítulo 2 – Uma Vila Iluminista	
2.1 A Praça dos Imperadores	17
2.1.1 As Casas	18
2.1.2 A Casa de Câmara e Cadeia	19
2.2 O Palácio do Intendente	22
Capítulo 3 – Arquitectura e Urbanismo em Portugal e na Europa	
3.1 Contextualização Histórica	27
3.2 Urbanismo: o contexto europeu	30
3.3 Arquitectura e Urbanismo: o contexto português	36
3.3.1 A Engenharia Militar e a Tratadística	41
3.3.2 O Urbanismo Português no Brasil	45
3.4 Casos em Portugal	49
3.4.1 A Baixa de Lisboa	49
3.4.2 A Real Fábrica das Sedas do Rato e o Bairro das Águas Livres	51
3.4.3 Vila Real de Santo António	52
3.4.4 Porto Covo	54
PARTE II . Análise e Reconstituição	
Capítulo 4 – Propostas de Reconstituição	
4.1 Inserção no Território	58
4.2 Traçado e Forma Urbana	59
4.3 Propostas de Traçado Urbano	66

4.4 Reconstituição dos Quarteirões	72
4.5 Reconstituição do Fogo-tipo	73
4.6 Reconstituição das Fachadas do Palácio	76
CONCLUSÃO	80
Índice de Figuras: fontes	82
BIBLIOGRAFIA	89
ANEXOS – Peças desenhadas	

Introdução

Integrado no Seminário de *História da Arquitectura e do Urbanismo Portugueses nos séculos XVI – XVIII*, este trabalho debruça-se sobre um caso particular do urbanismo português tardo-setecentista: a povoação de Manique do Intendente, sita no concelho da Azambuja.

Esta experiência (iniciada, mas nunca totalmente realizada), vem na senda dos fenómenos urbanos pombalinos e pós-pombalinos, de que são exemplos a Baixa de Lisboa (1755), Vila Real de Santo António (1773) e Porto Covo (1794), referentemente aos quais tem, contudo, algumas diferenças substanciais, em termos de resultado final e também das ideias/ideologias que estão por trás da sua concepção. Em primeiro lugar, tanto a Baixa lisboeta como a vila algarvia são produto do governo central, construídas para salientar e fortalecer o seu poder. Uma porque é a capital, sede desse poder, a outra porque o seu objectivo foi afirmar a presença de Portugal frente a Espanha, e o seu legítimo direito de explorar economicamente uma região do país. O plano de Porto Covo, que não corresponde à povoação efectivamente construída, aproxima-se talvez mais de Manique por ser uma obra de iniciativa privada, mas formalmente, está mais perto do de Vila Real de Santo António. Em Manique parece ver-se o espelho do contexto artístico desse fim de século, não mais um urbanismo predominantemente prático e austero, produto da escola de urbanismo português, mas com um sabor do urbanismo iluminista internacional.

O objectivo primordial da presente prova foi realizar um levantamento rigoroso da povoação idealizada pelo Intendente Pina Manique, e a partir dele propor algumas alternativas de implantação original deste ambicioso projecto. Para tal tornou-se necessário não só elaborar uma contextualização histórica, social e política do Portugal setecentista, como tentar compreender a figura do Intendente Pina Manique. Parte importante foi também inserir este fenómeno distinto nas práticas urbanísticas coevas e nas que o precederam, tanto no que diz respeito a Portugal Continental, como ao Insular e às Colónias, e ao restante Continente Europeu.

Num primeiro momento, tratou-se de reunir a bibliografia básica relativa ao tema proposto: história e urbanismo de Portugal e da Europa no século XVIII, com atenção aos casos específicos que pudessem interessar. Reuniram-se também dados referentes à biografia de Diogo Inácio de Pina Manique e à povoação de Manique do Intendente. Paralelamente, realizou-se o levantamento das estruturas existentes, baseado em peças desenhadas existentes e, não as havendo, num levantamento próprio.

Num segundo momento tratou-se de cruzar as informações recolhidas e ensaiar algumas propostas de implantação para a vila, assim como reconstituir os traçados dos edifícios existentes (a Praça dos Imperadores e o Palácio do Intendente).

Correspondendo as estas duas fases, o trabalho foi dividido em duas partes: na primeira apresentam-se os resultados da pesquisa efectuada em torno de Diogo Inácio de Pina Manique, suas ideias e motivações e da história factual da povoação de Manique do Intendente e do processo da sua implantação; faz-se ainda uma breve descrição do ambiente europeu e português da época, no que toca aos factos políticos, sociais, económicos e artísticos.

Na segunda parte, dão-se a conhecer os elementos gráficos correspondentes ao levantamento das estruturas edificadas, e sua análise, e ensaiam-se propostas de reconstituição do projecto original, no que diz respeito a plantas de edifícios, alçados e igualmente do conjunto urbano. Optou-se por reunir os desenhos resultantes dos levantamentos e das reconstituições em anexo, para se tornar possível uma apresentação em escala conveniente para a sua compreensão. Apesar disso, os mesmos desenhos serão apresentados em paralelo com o texto, ainda que a escala reduzida.

Finaliza-se com um texto de síntese que tenta situar este fenómeno particular no ambiente que o proporcionou, tentando encontrar as suas raízes formais e culturais e as suas heranças, se as deixou, comparando-o com outras manifestações arquitectónicas e urbanas.

Manique do Intendente é um caso de urbanismo *sui generis*, que não se encaixa facilmente em categorias ou estilos. No presente trabalho tentar-se-á perceber porque é que, num século dominado pelas intervenções «pombalinas» no país e pelo urbanismo dos engenheiros militares nas colónias (no Brasil, sobretudo), surge uma forma urbana que se afasta destes antecedentes em alguns parâmetros. Se, ao observar os alçados das habitações projectadas para a Praça dos Imperadores, vemos um urbanismo «português», simples e económico, sem ornamentação, embora com óbvio cuidado no desenho, a sua forma hexagonal indicia alguma preferência por um traçado urbano algo diferente das experiências realizadas pelo nosso urbanismo. Conhece-se apenas um traçado baseado numa praça hexagonal, num projecto para a vila de Serpa, no Brasil, da autoria de Filipe Strum. Este, contudo, embora semelhante em forma, tem uma escala bastante diversa, sobretudo ao nível das dimensões e proporções dos lotes: as casas têm maior desenvolvimento em largura que em profundidade, o que não acontece em Manique, como se verá, e a praça tem dimensões quase duplas relativamente às da Praça dos Imperadores. O plano para Serpa tem ainda a particularidade de a forma geral

da povoação corresponder à forma da sua praça central. Por outro lado, a estrada que, vinda de Lisboa, permite uma aproximação à povoação em linha recta com o Palácio e com a sua Igreja, remete-nos de imediato para uma aproximação barroca, num urbanismo «dinâmico» de eixos e objectos. Aí aproximar-se-á, eventualmente, das cidades promovidas pelo monarca espanhol Carlos III, realizadas com o objectivo de povoar regiões pouco populosas. Enquadrar-se-á num tipo de urbanismo das Luzes, com carácter barroco, mais frequente além-fronteiras que no território nacional ou nas possessões ultramarinas.

Tendo em atenção os exemplos arquitectónicos isoladamente, esta dicotomia salta à vista. Se a Casa de Câmara e Cadeia se enquadra numa arquitectura de cariz mais simples, com uma ornamentação comedida, o conjunto do Palácio e da Igreja é uma obra mais aparatosa, neoclássica, com evidente cunho representativo. Como se conjugam estes dois edifícios, e os espaços urbanos a eles associados, num mesmo tecido urbano e que tecido urbano é esse, são questões que pretendo levantar no trabalho, não com vista à sua resposta definitiva, mas como reflexão do seu significado. Aliás, sem a descoberta de novos dados referentes a esta implantação (como os desenhos que com certeza terão sido executados) tal tarefa será sempre bastante complexa.

Capítulo 1 – Manique do Intendente

1.1 As Datas e Os Factos

Alvará¹ que dá notícia da criação da vila de Manique do Intendente:

Eu a Rainha... Faço saber que sendo me presente que o Doutor Diogo Ignácio de Pina Manique do Meu Conselho e Fidalgo da Minha Casa, Desembargador do Paço, Intendente Geral da Polícia do Reino, Administrador Geral da Alfândega do Assucar e Feitor Mor das do Reino e Comendador de Santa Maria da Orada e da Ordem de X.^o sobre os distintos serviços que lhe tem feito, nos importantes cargos e comissões que d'elle tenho confiado e que se tem feito dignos de toda a atenção e remuneração se tem também empregado como bom e util vassalo em promover a população e agricultura principalmente no termo de Santarem, onde tem principiado a povoação denominada Alcoentrinho, repartindo habitações e terras a diferentes cazaes de Moradores que com muita despeza, tem convocado e se propoem convocar adiantando o seu zello a querer edificar na mesma Povoação huma decente Igreja Parochial, donde possão receber os Moradores os necessarios secorros da Igreja que a antiga arruinada e fundada em lugar Ermo e improprio não podia comodamente ministrar lhes: Hei por bem em concideração do referido e para que de futuro conste da particular estimação que faço do ditto Desembargador Diogo Ignácio de Pina Manique e de quanto me são agradaveis os seus serviços, fazer lhe muito e honrado da maneira seguinte: Ordeno que a ditta Povoação se denomine daqui em diante Manique do Intendente. Que seja Senhorio do Sollar para elle e para todos os seus descendentes successores da sua Caza intitulosse e todos Senhores de Manique. Que sejam limites do Sollar e Senhorio a Freguesia em que está a ditta Povoação. Que esta seja criada Vila, servindo lhe de termo a Freguesia.

Logo que nela houver cento e vinte vezinhos, devendo então haver Juizes e Vereadores aprovados na forma da Ley, pelos Senhores do Sollar: Que da mesma sorte, e com as mesmas naturezas, seja anexo ao sullar (sic) o Padroado da mesma Igreja, e Freguesia; Logo que estiver construída a nova como elle propoem: Havendo Eu por bem ceder para este efeito o Padroado, que tenho na Igreja de S. Pedro de Arrifana que até agora servia, e que se acha em ruina e mal cituada. Pelo que mando a Meza do Meu Dezembargado do Paço que sendo lhe apresentado este Alvará por mim assinado, registado no Registo geral das Mercês

e passado pela Chancelaria Mor da Corte e Reino, lhe fação passar Carta desta Mercê, na qual se trasladara este Alvará que se cumprirá inteiramente como nelle se contem poudosse as verbas necessarias a margem do Registo do decreto porque foi expedido. Lisboa, 11 de Julho de 1791 annos.

Rainha // Luis de Vasconcelos e Sousa Presidente // Por Decreto de sua Magestade do primeiro de Julho de 1791 José Frederico Ludovice a fez escrever e ficou escrita em Lisboa a 23 de Julho de 1791 assina Gerónimo Correia de Moura.

Situada a 60 Km a NE de Lisboa, Manique do Intendente foi fundada num local que se sabe ser ocupado desde há muito. Contudo, do antigo Alcoentrinho não restam marcas, sendo a maioria das edificações actuais construídas no século XX, não se descortinando a morfologia original dessa povoação.



Figuras 1 e 2 – Aspectos de duas ruas em Manique do Intendente.

Geograficamente a vila está situada num vale de suave pendente, que segue o curso da Ribeira do Judeu (ou Almoster), que passa a Sul de Manique, a poucas centenas de metros. Toda a área é de morfologia pouco acidentada, marcada por vales delineados por linhas de água integradas no sistema hidrográfico do rio Tejo (ver figura 55).

Em 1758, a sede de freguesia era S. Pedro de Arrifana. Esta tinha, à data, 235 fogos (correspondendo a 795 pessoas) e a ela pertenciam quatro outros lugares: Alcoentrinho, Póvoa, Vila Nova e Massuça. Em 1751, Manique tem 405 habitantes (135 fogos), em 1869 tem 873 (291 fogos) e em 1890, 2458 habitantes (615 fogos). No início do século XX a povoação tem perto de 3 000 habitantes, distribuídos por perto de 800 fogos². Hoje restam uns mil habitantes. Ao tempo do Marquês de Pombal foram atribuídos foros na área de dependência da localidade, no que era já uma prática corrente para fixar população e fazer render as terras.



Figura 3 – Vista aérea de Manique do Intendente e da sua área envolvente.

O prazo de Alcoentrinho pertencia à Ordem de Cristo. Esta adjudicou-o ao Reverendo Capelão Fidalgo Dr. Diogo de Pina Manique. Por ocasião do casamento do futuro Intendente com D^a Ignácia Margarida Umbelina de Brito Nogueira e Matos em 1773³, seu tio, Dr. Diogo de Pina Manique, instituiu em seu favor um morgadio constituído pelo dito prazo. Em 1791⁴, a Rainha Dona Maria concede ao Intendente Pina Manique o senhorio das terras do mesmo Alcoentrinho, e ordena que à nova povoação se chame Manique do Intendente (ver transcrição do alvará acima). O Intendente consegue também obter da Rainha autorização para realizar *Feira Franca* três vezes ao ano e mercado todos os Domingos (1792)⁵.

1.2 O Intendente Pina Manique

Promotor da construção de Manique, o Intendente é uma figura contraditória, que ficou para a história como um homem autoritário, que usou o seu poder com mão férrea, mas que orientou muitas das suas acções numa perspectiva humanitária.

Diogo Inácio de Pina Manique nasceu a 3 de Outubro de 1733, em Lisboa, e aí faleceu em 1805, no Palácio onde sempre viveu, no Largo que herdou o seu nome. Ingressou na Ordem de Cristo em 1756. Estudou na Universidade de Coimbra, onde obteve o grau de bacharel em 1757 e se formou em Leis no ano seguinte. Pina Manique tornou-se magistrado decorria o ano

de 1761. Homem da confiança do Marquês de Pombal, no governo do qual iniciou a carreira em cargos secundários, soube escapar à mudança do poder que provocou a queda do Ministro, e tornar-se um homem forte no governo de D. Maria I. No decurso da sua carreira acumulou diversos cargos de importância: foi Juiz do Crime nos Bairros do Castelo e Alfama⁶, em Lisboa, Superintendente-geral de Contrabandos e Descaminhos⁷, Desembargador da Relação do Porto⁸, Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação (1771)⁹, Intendente-geral da Polícia (1780)¹⁰, Contador da Fazenda¹¹, Fiscal da Junta de Administração de Pernambuco e Paraíba (1778)¹², Administrador-geral da Alfândega do Açúcar¹³, Provedor e Feitor-Mor das Alfândegas do Reino (1781)¹⁴, Desembargador do Paço (1786)¹⁵ e Chanceler-Mor do Reino (1803)¹⁶. A sua carreira acaba em 1803 quando, por desentendimentos com o Embaixador francês Lannes, que acusou de contrabando, foi forçado a demitir-se. Para a sua queda em desgraça não terão sido alheias as circunstâncias decorrentes da entrega da regência a D. João VI, junto do qual não granjeava grandes simpatias e a sua aguerrida perseguição aos liberais e à maçonaria, que tinham simpatizantes nos ministérios.

Ideologicamente, defende a Monarquia e a sua ligação à Igreja, numa atitude conservadora que o levou a perseguir aqueles que tentavam introduzir no país as ideias produzidas pela Revolução Francesa. Não obstante, aplicou medidas que seguiam de perto as ideias revolucionárias. Fomentou a promoção social, através de medidas proteccionistas ao comércio, à agricultura e à indústria. Fundou a Casa Pia em 1781, com o objectivo de educar e instruir numa profissão as crianças desfavorecidas. Segundo Augusto da Silva Carvalho:

“Para o ensino das artes fabris mandou vir hábeis mestres da Itália e outros países e teares e outros engenhos dos mais aperfeiçoados que então havia. De Inglaterra veio por sua ordem Makbay, insigne mestre de lonas e brins, para ensinar o seu fabrico na Casa Pia, onde se formavam alunos mestres, que Pina Manique depois distribuía por diferentes povoações do Reino. O primeiro lugar que possuiu uma fábrica formada por estes novos mestres foi a vila de Manique do Intendente.”¹⁷

A suas expensas vários alunos prosseguiram estudos, na área da Medicina, em Inglaterra.

A nível das infra-estruturas, ordenou o alargamento e arborização de várias vias em torno da capital. *“Deve-se-lhe a construção da estrada de Queluz para a Ajuda, guarnecida de arbustos (...), a plantação de árvores nas bermas da estrada de Palhavã à Porcalhota, a construção da estrada de Sacavém a Alverca e a ponte junto desta vila (...) Mandou em 1789 consertar a estrada de Torres Vedras para Alhandra, para facilitar a exportação que por ela se fazia.”¹⁸* Mandou construir também a estrada de Queluz para o Cacém¹⁹. Fomentou medidas de

higiene e segurança pública em Lisboa. Foi igualmente o responsável pela iluminação pública da cidade, em 1780. Iniciativa que durou até 1792 quando, sem apoios, e não conseguindo mais suportar as despesas, teve de ordenar a remoção dos lampiões das ruas. Foi igualmente o Intendente quem fomentou a medida sanitária de transferir os cemitérios para fora das áreas urbanas²⁰.

Preocupou-se com a geografia populacional do País e, em 1776²¹, Pina Manique ordenou a elaboração de listas dos povos nas comarcas do país. *“Em 31 de Julho de 1780 ordenou aos provedores das comarcas do sul do Reino que remetessem todos os anos à Intendência um mapa estatístico dos nascimentos, casamentos e óbitos, e o mesmo determinou aos funcionários do norte em 3 de Fevereiro de 1781. Neste ano e em 1783 repetiu e completou estas instruções, e depois, até 1798, recomendou por várias vezes o seu cumprimento.”*²² Tendo-se concluído que algumas áreas do país, nomeadamente o Alentejo, tinham problemas de despovoamento, com consequências ao nível da mão-de-obra, o que terá sido agravado pela extinção da escravatura durante o governo do Marquês de Pombal, o Intendente toma a decisão de trazer ao Continente famílias açorianas. Para tal, em Junho de 1787²³, pediu aos magistrados da província alentejana que averiguassem quantas casas devolutas, em condições de serem habitadas, existiam nas suas comarcas. Desta diligência resultou um «Mappa das cazas humildes e Herdades que se achão sem rendeiros na Província de Além-Tejo»²⁴. Em ofício do mesmo ano²⁵, Pina Manique propõe a vinda de 400 famílias açorianas e junta-lhe uma relação nominal de 491 casais já instalados em Évora e Vila Viçosa. Ainda nesse ano, mais açorianos são deslocados para o Alentejo (331 em Elvas, 436 em Ourique, 227 em Portalegre, 76 em Grândola e Alcácer, 181 em Coruche e 429 em Beja). Se alguns se dedicaram às artes mecânicas, a maioria seria estabelecida em comunidades agrícolas, provendo o Intendente as alfaias necessárias. Todas estas medidas tinham como pano de fundo a teoria fisiocrática vigente. A terra era vista como o melhor meio de criação de riqueza, pelo aproveitamento das suas qualidades naturais e potencial humano, através da optimização da produção e de uma correcta administração do território, que passava muitas vezes pela preocupação de desenvolver as redes e meios de transporte. Pina Manique, num tom patriótico, procurava fomentar a produção interna de riqueza, diminuindo simultaneamente a dependência do exterior, ao mesmo tempo que favorecia a felicidade das populações.

No campo das Artes, o Intendente vai esforçar-se por tornar o ensino consequente, num novo tipo de mecenato, menos ligado a uma ideia de prestígio e apoiando artistas já conceituados e mais a um investimento na formação de jovens promessas. Luís Xavier da Costa²⁶ diz, acerca de Pina Manique e da sua relação com as artes, que este desejava que *“as artes em*

Portugal fossem exercidas por portugueses que bem as conhecessem, bem as executassem e pudessem dirigir um movimento de renascença e progresso artístico nacionais.” Nesse sentido vai reconstituir em Roma a Academia Portuguesa, que só aparece na sua forma definitiva em 1791. Foi organizada por Alexandre de Sousa Holstein, ministro de Portugal em Roma e o para director foi escolhido João Gerardo de Rossi²⁷. Uma primeira leva de estudantes, oriundos da Casa Pia na sua maioria, segue para Roma ainda em 1785. São eles José Alves de Oliveira, estudante de pintura, João José de Aguiar, aspirante a escultor, e Joaquim Fortunato de Novais, futuro arquitecto. Na cidade italiana, foram entregues ao cuidado de Carlos Maria Marruchi²⁸. Esta academia foi encerrada em definitivo em 1798²⁹. Esta experiência vai repercutir-se no país através da assimilação das influências italianas de carácter neoclássico.

O Intendente contratou para dar aulas na Casa Pia professores italianos: Labruzzi, que leccionava desenho, e Angelini (discípulo de Canova) para a disciplina de escultura³⁰. Pina Manique aparece também ligado à construção do Teatro de São Carlos, da autoria do arquitecto José da Costa e Silva, arquitecto de formação italiana, também autor do projecto do Erário Real de Lisboa (1790), que acabou por não se construir.

1.3 O Processo de Construção da Vila

O Intendente cogitou um projecto ambicioso para aplicar nas suas terras, seguindo a sua linha de pensamento e actuação. Distribuiu foros antecipadamente, com prédios urbanos e rurais, estes em lugares como a Charneca do Parô, Vale de Mancebo e Cabeço³¹ (ver figura 4).

Teria planeado instalar em Manique uma sucursal da Casa Pia. Esse projecto realizou-se apenas em parte com a instalação de uma fábrica de filatórios, para a qual mandou vir rapazes da escola fabril da Casa Pia³². Desta construção não restam vestígios, nem memória. Com a intenção de promover o desenvolvimento da indústria que protegia, o Intendente requereu direitos sobre todas as mercadorias que fabricava. O Intendente diz, a propósito dessa experiência: *«Disseminei também esta mão-de-obra [da Casa Pia] na Vila de Manique do Intendente, movido de zelo patriótico, não só por conhecer que Portugal é contemplado [sic] como potência marítima e que necessita de ter brins e lonas como matéria-prima para a sua navegação, e ficar independente de estrangeiros»*.³³

Dos seus esforços nada resta e já à época o Marquês de Bombelles, de visita às terras do Duque de Lafões, depreciava a sua iniciativa: *«Vimos de longe uma fila de casas onde ele tinha instalado uma colónia de mulheres vindas das ilhas portuguesas; em vão quis ele torná-las industriosas e pelo seu exemplo tornar a gente daquela terra menos preguiçosa. Os seus*

projectos não foram coroados de qualquer êxito; hoje em dia é a gente de Alcoentrinho que vive naquelas casas, e a industria desta terra também não fez progresso nenhum». ³⁴

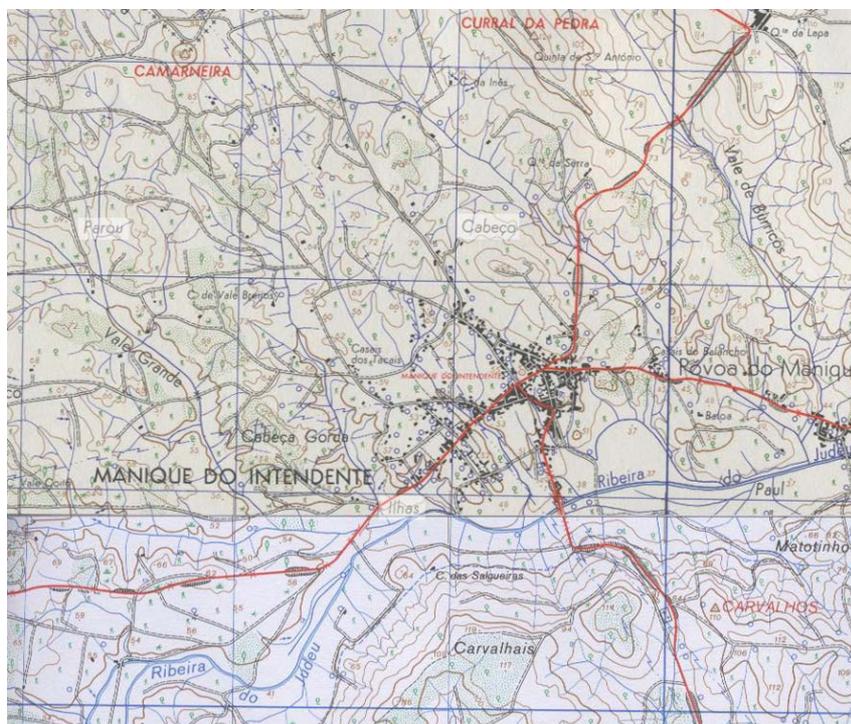


Figura 4 – Carta militar da área de Manique do Intendente.

A nova Manique do Intendente teria provavelmente um projecto cuidadosamente pensado, que incluía um palácio, uma igreja paroquial, pelourinho, casas para juizes e vereadores e Câmara, para além das habitações comuns. Aos habitantes de Alcoentrinho juntaram-se colonos açorianos, que se instalaram no local denominado Ilhas³⁵ (ver figura 4), topónimo ainda presente na actualidade. A maioria das obras decorreram entre 1791 e 1800³⁶, tendo o Intendente pedido um empréstimo de 32 contos de reis para levar a sua obra para a frente.



Figura 5 – Via de acesso à povoação.

Infelizmente, a sua queda em desgraça não permitiu o prosseguimento das obras, e a sua morte (1805) deixou a família com graves problemas financeiros. O seu sonho morreu também.

A povoação a que o Intendente aspirou apenas pode ser adivinhada pelas reduzidas partes que foram efectivamente construídas e que se mantiveram de pé até hoje. Um Palácio com igreja, de feição monumental, que era o extremo visual da estrada de acesso à vila, orientada a

Lisboa, feita em linha recta, até encontrar uma colina demasiado alta para ser transposta. Atravessa a ribeira do Judeu na Ponte D. Maria. Mais em baixo da encosta, relativamente ao palácio, a nascente do eixo de Lisboa, uma praça hexagonal foi erguida, não obstante o seu lado Sul, ocupado pela Junta de Freguesia de Manique do Intendente, ser de construção recente. Nela ergue-se, a Norte, a Casa de Câmara e Cadeia. No seu centro, eleva-se o pelourinho, assente em quatro degraus poligonais.



Figura 6 – Fotomontagem da Praça dos Imperadores.

No dizer de Walter Rossa, *“encontramos nesta vila um misto de impacto paisagístico barroco e de urbanismo neoclassicizante”*³⁷. De facto, esta experiência tardia do nosso século XVIII mostra duas faces bastante distintas. Se as habitações que compõem a Praça dos Imperadores, e mesmo o edifício da Câmara e Cadeia, são facilmente filiáveis nos fenómenos pombalinos, na sua simplicidade geométrica de claro efeito, a introdução da forma hexagonal é desde logo um sinal claro de que não estamos perante o mesmo tipo de actuação urbanística. Percebe-se talvez uma vontade de excepção à luz do contexto nacional. Quando consideramos o conjunto do Palácio-Igreja, é claro que a sua vertente de ligação/comunicação com o território, até a nível simbólico, vai beber à arquitectura barroca, de objectos omnipresentes e dinamizadores do vínculo entre a arquitectura e a paisagem natural e/ou construída. Por outro lado não são de desprezar as influências do urbanismo iluminista além-fronteiras, com algumas experiências a re-utilizarem traçados baseados em eixos dominantes. Horta Correia³⁸ fala de um *“eco da formalização pombalina”* nas casas que compõem a Praça e diz ainda que *“um sistema irradiante de ruas com nomes de imperadores romanos completaria o complexo urbanístico, único entre nós e que poderá recordar algumas das novas povoações da colonização interna andaluza.”*

1.4 A Autoria

Os projectos do Palácio e da Casa de Câmara e Cadeia são atribuídos ao arquitecto Joaquim Fortunato de Novais pelos historiadores Paulo Varela Gomes³⁹ e José Manuel Fernandes⁴⁰. Novais, casapiano desde 1780, foi estudar para a Academia de Belas-Artes de Roma, a expensas da instituição, em 1785, integrado na primeira leva de alunos. Aí fica até ao ano de 1791 ou 1794. Fortunato de Novais fez também construções em Vila Nova da Rainha. Morre

em 1807, sem deixar registo de quaisquer outros projectos. Horta Correia⁴¹ e Margarida Calado⁴² consideram que este arquitecto, tendo regressado a Portugal apenas no ano de 1794, terá participado nas obras mas não terá sido o autor do projecto da nova povoação. Numa carta⁴³, datada de 28 de Março de 1803, dirigida ao Arcebispo-Primaz de Braga, o Intendente lista uma série de artistas, referindo as obras em que trabalhariam na altura e os ordenados que aufeririam. Nessa lista está “*Joaquim Fortunato de Novais, Architecto civil tem duzentos mil reis de ordenado. Este está actualmente empregado na construção de hum palácio e huma Igreja, cuja obra lhe dá a honra pelo gosto, com que vai edificada...*”. Será esta referência do Intendente relativa ao seu próprio palácio em Manique do Intendente?



Figuras 7 e 8 – Em cima, Teatro de São Carlos; em baixo, hospício para inválidos militares em Runa.

A mesma Margarida Calado⁴⁴ refere que António Lambert Pereira da Silva o atribui a José da Costa e Silva (1747-1819), que projectou na mesma época o Teatro de São Carlos (com intervenção do Intendente Pina Manique, recorde-se). Pereira da Silva⁴⁵ escreve “*poderá ter sido José da Costa e Silva, autor do projecto do Teatro de São Carlos, em Lisboa, iniciado por diligência de Pina Manique em 1792, os quais mostram certas semelhanças arquitectónicas, revelando acentuada influência italiana*”. Este arquitecto começou a sua formação em Lisboa, estudando com o milanês Carlos Maria Ponzoni (mestre de debuxo no Colégio dos Nobres) e em 1760, viajou para Itália, onde continuou o seu tirocínio com Petronio Francelli, após o que seguiu para Veneza. Aqui estudou com Carlo Bianchoni. Regressou a Portugal em 1779. Contudo, não existem quaisquer outras

referências que liguem o seu nome a Manique do Intendente. De referir que este arquitecto foi o autor de um conjunto que englobava área de residência, hospício para inválidos militares e



Figura 9 – Fachada principal do Palácio do Intendente.

uma igreja, em Runa, perto de Torres Vedras. Foi a obra realizada a pedido de Dona Maria Francisca Benedita, que a encomendou em 1792, tendo as obras prosseguido até 1827⁴⁶. Este edifício tem a particularidade de apresentar a igreja numa posição central, acessível por uma galilé. Sobre esta galilé, no interior, abre-se uma tribuna a partir da qual se pode assistir aos ofícios religiosos. De implantação

rectangular (456 de frente por 280 palmos de profundidade), desenvolve-se em quatro «alas» e três pisos, tendo dois pátios internos. Frente à construção abre-se um largo onde desemboca uma alameda com 170 metros, a eixo da Igreja⁴⁷.

-
- ¹ Chancelaria Régia de Dona Maria I, Livro 39, fólio 209, Arquivo Nacional da Torre do Tombo in SOLEDADE, Arnaldo F. - *De S. Pedro de Arrifana a Manique do Intendente*; Comissão de Festas de Manique do Intendente; Manique do Intendente; 1979; pp15.
- ² Cf. SOLEDADE, Arnaldo F. - *De S. Pedro de Arrifana a Manique do Intendente*; s/e; Comissão de Festas de Manique do Intendente; Manique do Intendente; 1979; pp12 e seg.
- ³ Cf. NORTON, José – *Pina Manique: fundador da Casa Pia de Lisboa*; Bertrand Editora; Lisboa; 2004; pp18.
- ⁴ Cf. PEREIRA, José – Processo de Candidatura da “Casa da Câmara” de Manique do Intendente a “Monumento de Interesse Nacional”; Câmara Municipal da Azambuja; Azambuja; pp4.
- ⁵ Cf. SOLEDADE, Arnaldo F. - *De S. Pedro de Arrifana a Manique do Intendente*; s/e; Comissão de Festas de Manique do Intendente; Manique do Intendente; 1979; pp17.
- ⁶ Cf. NORTON, José – Op. Cit; pp14.
- ⁷ Cf. PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme – *Portugal: dicionário histórico, chorographico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artistico*; Volume V; João Romano Torres e C.^a Eds.; Lisboa; 1908; pp738.
- ⁸ Cf. NORTON, José – Op. Cit; pp16.
- ⁹ Cf. Idem – Ibidem; pp16.
- ¹⁰ Cf. PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme; Op. Cit; pp738.
- ¹¹ Cf. Idem – Ibidem; pp738.
- ¹² Cf. NORTON, José – Op. Cit; pp53.
- ¹³ Cf. PEREIRA, José – Op. Cit; pp4.
- ¹⁴ Cf. NORTON, José – Op. Cit; pp53.
- ¹⁵ Cf. PEREIRA, José – Op. Cit; pp4.
- ¹⁶ Cf. Idem – Ibidem; pp5.
- ¹⁷ CARVALHO, Augusto da Silva – *Pina Manique, o Ditador Sanitário*; Imprensa Nacional; Lisboa; 1939; pp46.
- ¹⁸ Idem – Ibidem; pp23.
- ¹⁹ Cf. TAVARES, Adérito; PINTO, José dos Santos – *Pina Manique: um homem entre duas épocas*; Casa Pia de Lisboa; Lisboa; 1990; pp30.
- ²⁰ Cf. PEREIRA, Esteves, RODRIGUES, Guilherme – Op. Cit; pp739.
- ²¹ Cf. CARVALHO, Augusto da Silva – Op. Cit; pp9.
- ²² Idem – Ibidem; pp9.
- ²³ Cf. TAVARES, Adérito; PINTO, José dos Santos – Op. Cit; pp64.
- ²⁴ Cf. A. N. T. T., Ministério do Reino, maço 453 in TAVARES, Adérito; PINTO, José dos Santos – Op. Cit; pp64.

-
- ²⁵ Cf. TAVARES, Adérito; PINTO, José dos Santos – Op. Cit; pp63.
- ²⁶ ANACLETO, Regina – *História da arte em Portugal: neoclassicismo e romantismo*; volume 10; Publicações Alfa; Lisboa; 1986; pp11.
- ²⁷ Cf. Idem – Ibidem; pp11.
- ²⁸ Cf. MARTINS, Francisco de Assis Oliveira – *Pina Manique: o político, o amigo de Lisboa*; Sociedade Industrial de Tipografia, Lda; Lisboa; 1948.
- ²⁹ Cf. ANACLETO, Regina – Op. Cit; pp11.
- ³⁰ Cf. PEREIRA, José – Op. Cit; pp6.
- ³¹ Cf. s.a – *A questão dos foros de Manique do Intendente e as causas que a motivaram*; Tipografia Manuel A. Pacheco; Lisboa; 1927.
- ³² Cf. CALADO, Margarida – «Urbanismo e poder no Portugal do século XVIII» in *Lisboa iluminista e o seu tempo*; Universidade Autónoma de Lisboa; Lisboa; 1994; pp182.
- ³³ NORTON, José – Op. Cit; pp47.
- ³⁴ Idem – Ibidem; pp47.
- ³⁵ Cf. CALADO, Margarida – Op. Cit; pp181.
- ³⁶ Cf. Idem – Ibidem; pp184.
- ³⁷ ROSSA, Walter – «A Cidade Portuguesa» in *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*; Livraria Almedina; Coimbra; 2002; pp336.
- ³⁸ CORREIA, José Eduardo Horta – «Urbanismo» in *Dicionário da arte barroca em Portugal*; direcção de José Fernandes Pereira; Editorial Presença; Lisboa; 1989; pp513.
- ³⁹ GOMES, Paulo Varela – *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII*; Caminho; Lisboa; 1988; pp44.
- ⁴⁰ FERNANDES, José Manuel – *Arquitectura Portuguesa: uma síntese*; Imprensa Nacional-Casa da Moeda; [S.]; 2000; pp61.
- ⁴¹ CORREIA, José Eduardo Horta – Op. Cit. ; pp513.
- ⁴² CALADO, Margarida – Op. Cit; pp185.
- ⁴³ A. N. T. T., I. G. P., Comarcas do Norte, Livro 102, Fls 30-31 in BILÉU, Maria Margarida Correia – *Diogo Inácio de Pina Manique, Intendente Geral da Polícia: inovações e persistências*; Vol. I; dissertação de mestrado; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Lisboa; 1995; pp316.
- ⁴⁴ CALADO, Margarida – Op. Cit; pp185.
- ⁴⁵ SILVA, António Lambert Pereira da – *Nobres Casas de Portugal*; Vol. III; Livraria Tavares Martins; Porto; 1958; pp113.
- ⁴⁶ Cf. PEREIRA, José Fernandes – «O Neoclássico» in *História da Arte Portuguesa*; Vol. III; 3ª edição; Temas e Debates; Lisboa; 1999; pp193.

⁴⁷ Cf. ESCRIVANIS, Augusto Carlos de Souza – *Descrição do real asylo de inválidos militares em Runa: importância deste estabelecimento dedicado a Sua Alteza o Ser.mo Infante D. Affonso Henriques*; Livraria e Officina de Encadernador, Verol Senior; Lisboa; 1822; pp10.

Capítulo 2 – Uma Vila Iluminista

2.1 A Praça dos Imperadores

A Praça dos Imperadores, com uma área de aproximadamente 3800 m², é uma figura hexagonal, na qual se inscreve um círculo de 300 palmos, ou seja, a distância entre o centro e o meio dos lados da praça são 150 palmos (33 m, sendo que a cada palmo correspondem 22 centímetros). Os lados construídos da praça medem aproximadamente 142 palmos (cerca de 31 m). Dos seus ângulos partem seis ruas, conhecendo-se o nome de cinco delas: César, Justiniano, Augusto, Trajano e Sertório surgem escritos em painéis de azulejos da época, na fachada lateral das casas que compõem a praça. No seu centro ergue-se um pelourinho, assente em três degraus hexagonais, cujos ângulos se orientam aos ângulos do hexágono que constitui a praça.

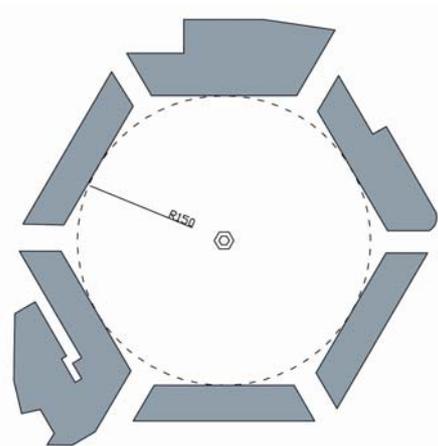


Figura 10 – Esquema das medidas da praça.



Figura 11 – Alçados da Praça dos Imperadores.

Em 1802 a Praça albergava 18 fogos, correspondendo esse número a três bandas, de seis casas, erguidas. Sendo que a praça mantém quatro bandas (que terão albergado 24 fogos) em tudo semelhantes, não é possível saber quando foi construída a quarta, nem qual o motivo para não ter sido levantada de imediato. Até um tempo recente, um dos lados da praça, a Sul,

manteve-se por erguer, mas acabou por ser construído o edifício que alberga a Junta de Freguesia. Este, embora mantenha a mesma implantação das bandas de casas que constituem quatro dos restantes lados (viam-se mesmo, em tempos recuados e segundo testemunhos dos habitantes de Manique do Intendente, paredes levantadas nesta zona), tem uma distribuição de vãos dissemelhante. Aliás, é claro, mesmo numa análise superficial dos alçados que compõem a praça, que muitos vãos foram alterados, e alguns entaipados. No que diz respeito ao lado Sudoeste, quatro das habitações foram demolidas, dando lugar a duas habitações maiores que não respeitam o plano inicial. Quando se consideram as traseiras, a maioria foi muito alterada e, em alguns casos, as casas foram ampliadas nesse sentido. O lado Norte está ocupado pela Casa de Câmara e Cadeia que, pelo menos exteriormente, não parece ter sofrido alterações no risco primitivo.

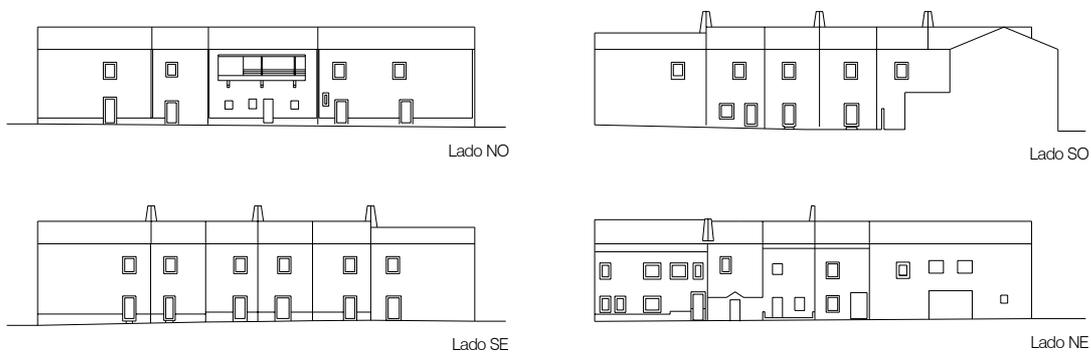


Figura 12 – Alçados traseiros das casas que compõem a Praça dos Imperadores.

Relativamente à ocupação do lado Sul da Praça, embora seja praticamente certo que ali existisse realmente uma construção, não é possível saber se se tratava de uma banda de casas, semelhante às outras quatro, ou um edifício com outro tipo de funções. A posição, oposta à Casa de Câmara e Cadeia, e o facto de não ter sido desde logo edificada podem apontar nesse sentido.

2.1.1 As Casas



Figura 13 – Lado SE da Praça dos Imperadores.

A habitação tipo implanta-se num rectângulo de aproximadamente 23 palmos por 37 (equivalendo à proporção de ouro), correspondendo o lado maior à sua profundidade. As casas são de simples alçado, constituindo-se cada um de uma porta e uma janela ao nível térreo, a que correspondem no piso superior duas janelas. Os vãos são os únicos elementos com cantarias. As dimensões das janelas são, nos

alçados frontais e laterais, e no rés-do-chão, de 5 palmos de largura por 6 palmos de altura e as portas têm 5 por 10 palmos (altura e largura, respectivamente). Porém, no piso superior, as janelas têm de largura 5 palmos por 7 palmos de altura. A estas medidas acresce o palmo que cada peça de cantaria mede em largura. Nas traseiras existem apenas uma porta ao nível da entrada e janela correspondente, em cima. Ambas as aberturas são mais acanhadas, tendo de largura 4 palmos. A porta tem de altura 8 palmos e a janela 5. Existem, contudo, bastantes variações. As plantas dos fogos situados nos topos das bandas são ligeiramente maiores em área. Não têm qualquer diferença a nível de alçado, tendo apenas as casas de topo um alçado posterior maior e um maior número de aberturas, uma vez que possuem lateralmente uma porta e três janelas. Pelo que se pode observar, visto que praticamente nada resta dos interiores iniciais, as paredes estruturantes eram apenas as exteriores, construídas em pedra e com cerca de 70 cm de espessura. Interiormente, as divisões foram executadas com o recurso a paredes de materiais leves, não estruturais. Iguamente a escada de acesso ao piso superior terá sido realizada em madeira. Os fogos têm uma chaminé num dos cantos, encostada às traseiras. As chaminés agrupam-se costas com costas em cada par de fogos, indicando uma disposição interna repetida simetricamente a cada duas habitações.

2.1.2 A Casa de Câmara e Cadeia

A Casa de Câmara e Cadeia é um edifício de dois pisos, cuja fachada principal é animada por seis pilastras e por um frontão triangular, com as armas do Intendente Pina Manique no tímpano. Este liga-se aos corpos laterais por intermédio de aletas. O portal de verga recta está associado a um grande janelão do primeiro piso. O corpo axial possui janelas de peitoril rectangulares no piso térreo e, no piso superior, janelas semelhantes, mas com verga ligeiramente curva. Nos panos laterais observam-se janelas rectangulares simples. Ao lado direito abre-se um portão em arco de volta perfeita, ao nível do rés-do-chão. As extremidades são marcadas por cunhais em pedra, rematados por pináculos.

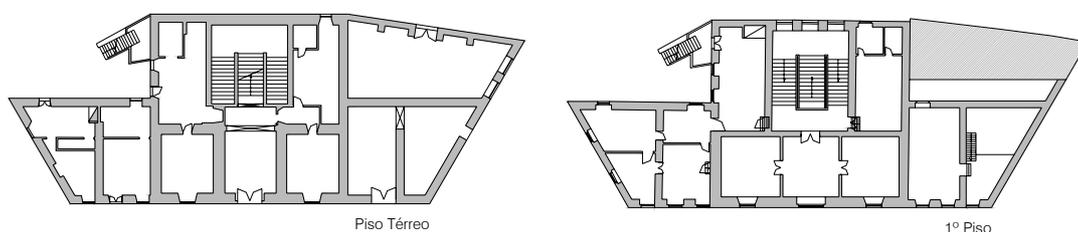


Figura 14 – Plantas da Casa de Câmara.



Figura 15 – Casa de Câmara de Manique do Intendente.

O edifício da Câmara e Cadeia mostra, em fachada, um corpo central relativamente autonomizado, encimado por frontão e com vãos maiores e mais trabalhados. Este parece corresponder programaticamente às funções administrativas e judiciais. Os corpos laterais, de alguma forma subsidiários, parecem funcionar autonomamente. José Pereira¹ propõe o seguinte funcionamento para o edifício:

Desenvolvendo-se e distribuindo-se por dois pisos interiores, o primeiro acolheria principalmente o cárcere e a sala do tribunal. O acesso ao segundo piso é feito por imponente escadaria em corpo único até ao primeiro patamar, a partir do qual se desenvolve em dois corpos paralelos, até ao patamar de distribuição aos diferentes compartimentos. Nestes, distinguem-se três, interligados, previsivelmente, para o tabelião, escrivão e juiz de fora (em princípio), pelo menos. Nos dois pisos do lado esquerdo seria a residência do juiz ouvidor e aposentos da criadagem, para no lado oposto se acolher um espaço mais vasto, destinado, pensamos, a reuniões em assembleia para a composição burocrática relativa à eleição dos vereadores e procurador do concelho, a 'sala do senado'. Todo o corpo lateral direito, destinar-se-ia, em princípio, apenas a aposentos, estrebaria e cocheira dos membros e agentes do policiamento.

No interior, um vestíbulo rectangular, coberto por abóbada abatida, serve uma escadaria nobre, decorada com azulejos, que conduz ao piso superior e corredores. A escadaria é iluminada por três janelões. No segundo piso, as salas comunicam entre si, possuindo aquelas que se encontram no corpo central tectos em masseira pintados.

Tradicionalmente, as casas de câmara incluíam também o tribunal, a cadeia e, muitas vezes, o mercado (que aparece formalmente ligado a uma arcada), e uma torre com relógio e/ou sinos. De referir que a cadeia está sempre presente no piso térreo e que o tribunal aparece normalmente associado a esta. Algumas Casas de Câmara e Cadeia têm a casa do carcereiro incluída.² Este equipamento (Casa de Câmara) não parece ter uma tipologia arquitectónica definida, mas apesar de tudo é possível falar de alguns exemplos próximos temporalmente de Manique e que têm algumas afinidades com a sua Câmara. Em Linhares³ (com início de

construção provável no século XVII, mas de conclusão no reinado de Dona Maria)⁴, em Arouca⁴ (século XIX), em Macieira de Cambra⁵ (cerca de 1820) e em Santiago do Cacém⁶ (1781) foram construídos edifícios bastante simples, de planta rectangular e dois pisos, com escada interior. Linhares, Macieira de Cambra e Santiago do Cacém mostram disposição interna semelhante à Casa de Câmara de Manique: entrada a eixo dando acesso a um átrio. Neste piso surgem mais dois compartimentos. A escada está localizada no eixo da entrada. Em Linhares e



Figuras 16 e 17 – À esquerda, Antigos Paços do Concelho de Linhares, à direita, Antiga Casa de Câmara de Arouca.

Santiago do Cacém, a entrada encontra-se associada a uma janela no piso superior. Todos os exemplos mostram cornijas e pilastras a marcar os cantos e em Santiago do Cacém, o exemplo mais a Sul, vê-se um frontão polilobado a reforçar o eixo da entrada e pináculos a encimar os cunhais das extremidades. Em Arouca, Linhares e Santiago do Cacém, o piso superior é constituído por três compartimentos, dos quais se salienta o salão nobre ou sala das sessões. Disposição semelhante tem a Câmara de Manique do Intendente.

Segundo Varela Gomes⁷ a Casa de Câmara é aparentada com soluções usadas no Arsenal do Alfeite em Lisboa, no antigo celeiro público e na cordoaria velha, essa “«escola» sobriamente barroca que surge ligada aos arquitectos e engenheiros portugueses na ponta final do século XVIII⁸”. Dos dois últimos diz que “se pode detectar uma «escola» de um tardoclassicismo militar e austero que não fugia a soluções barroquizantes.”⁹

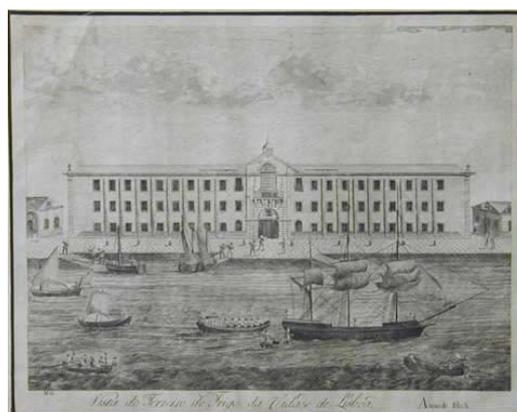


Figura 18 – Celeiro Público.

A Casa de Câmara e Cadeia funcionou enquanto tal até à extinção do concelho de Manique do Intendente, corria o ano de 1835. A localidade passou sede de freguesia, primeiro pertencendo a Alcoentre e mais tarde à Azambuja (1855), situação que se mantém

actualmente. A Casa de Câmara funciona actualmente como quartel da GNR, estando prevista a curto prazo a instalação de um Centro de Dia na ala Oeste.

2.2 O Palácio do Intendente



Figura 19 – Fotografia antiga do Palácio.

Do Palácio, infelizmente muito degradado (apesar de estar classificado como Imóvel de Interesse Público pela DGEMN), apenas podemos ver duas fachadas incompletas, a principal e uma das laterais (a Poente). Ao centro do palácio está a Igreja, à qual se acede por uma escadaria e galilé abobadada formada por três arcos de volta-perfeita. Esta, ligeiramente saliente, dá espaço, no piso superior, a uma varanda

com balaustrada, que serve três janelas de sacada encimadas por frontão triangular. A terminar esta secção temos um frontão curvo, ligeiramente abatido, onde se eleva um obelisco piramidal de grandes dimensões. As alas laterais, simétricas, são animadas por um conjunto porta (com rusticado) e varanda balaustrada, saliente, ao centro, e no extremo existente ergue-se semelhante conjunto. O palácio tem dois pisos e um meio piso, sendo a divisão entre os dois primeiros feita por intermédio de um friso em pedra. Os vãos são janelas altas, de peitoril no piso térreo e de avental trabalhado no segundo piso. O meio piso tem óculos elípticos, que irrompem na linha da cornija. Coroando a fachada corre uma balaustrada pontuada por estátuas sobre socos, representando as existentes “a forma de Elmo e Couraça, do século XVII, com bandeiras pendentes nos espaldares da armadura”»¹⁰



Figura 20 – Fachada lateral do Palácio do Intendente.

Esta composição, com igreja ao centro e dois arremedos de torreões aos extremos, é estranha à tradição dos palácios e casas nobres portugueses. Estes, na generalidade dos casos, possuem apenas capelas familiares, com papel importante no desenho dos edifícios, é certo, mas surgindo usualmente numa extremidade, como prolongamento dos mesmos. A constituição do Palácio de Manique lembra, salvaguardadas as devidas diferenças (sobretudo em termos de escala), o palácio-convento de Mafra, pela colocação da Igreja a marcar o eixo central. Segundo Varela Gomes¹¹ o Palácio terá semelhanças com desenhos de Fabri para a Ajuda, pela clara opção neoclássica, e reminiscências de fontanários de José Manuel de Carvalho Negreiros, pela solução fortemente ecléctica patente no frontão quebrado e obelisco. O mesmo autor descreve da seguinte forma esses equipamentos desenhados por Carvalho Negreiros:

“Os chafarizes desenhados por JMCN destinavam-se aos quartéis planeados no «Engenheiro Civil Portuguez»; caracterizam-se por uma extrema simplicidade conseguida através de um jogo aparentemente erudito de círculos e ovals entrelaçados. Por vezes, os projectos ampliam-se com a inclusão de fontões em querena, aletas, zonas de rusticado, pequenas exedras; são desenhos «barocos» à francesa, ou melhor, na velha tradição da «escola» do Aqueduto a que Carvalho Negreiros estava ligado por laços familiares e confessadas admirações.”¹²

Pode ver-se um campanário de forma quadrangular e telhado de quatro águas piramidal, acrescentado posteriormente e que nada tem a ver com o edifício original. Lateralmente, repete-se o esquema rusticado ao extremo, seguindo-se várias janelas iguais às que se vêem na fachada frontal.

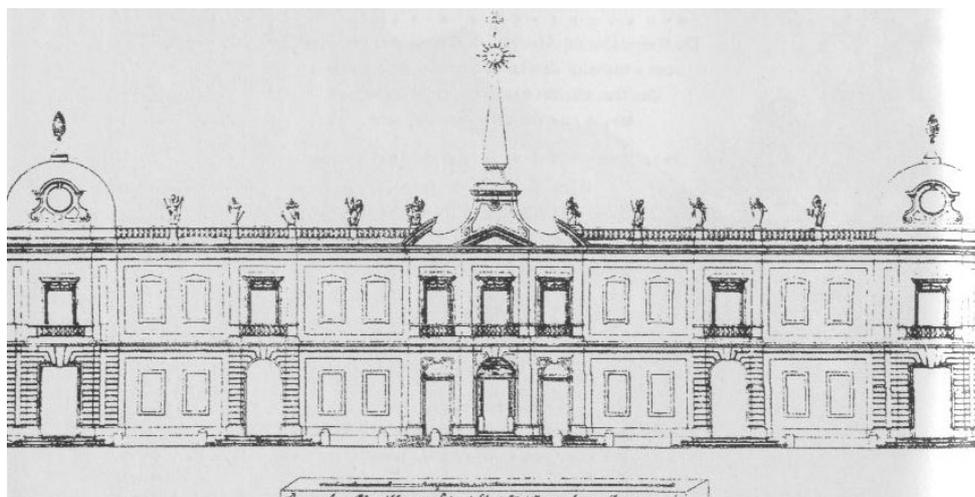


Figura 21 – Prospecto da Igreja e Palácio do Donatário e Senhor do Solar da Vª de Manique do Intendente padroeyro da mesma Igrª.

O desenho conhecido como *Prospecto da Igreja e Palácio do Donatário e Senhor do Solar da V^a de Manique do Intendente padroeyro da mesma Igr^a*¹³(ver figura 22), apresenta algumas diferenças relativamente ao que foi construído. Os óculos elípticos não existem e a decoração em cantaria das janelas é algo diferente. Por outro lado o frontão da Igreja é interrompido, acentuado ainda mais a verticalidade do segmento. O contorno deste aparece em relevo no frontão que foi efectivamente construído. Nos extremos, os torreões são rematados por cúpulas, que possuem um óculo enquadrado por cantaria trabalhada e são encimados por pináculos em forma de pinha. As estátuas que pontuam a balaustrada representam imperadores romanos e figuras de *Elmo e Couraça*. Se este desenho corresponde a uma fachada alternativa para o mesmo palácio, ou se as alterações verificadas aconteceram no decorrer da construção é, por enquanto, impossível destrinçar.

Quanto ao interior, a planta da Igreja é longitudinal, de uma só nave, sem capelas laterais e com capela-mor rectangular. Por cima da entrada, um coro-alto/tribuna abre para a nave e comunica com o corpo do Palácio. O tecto é em madeira, curvo, e o telhado tem duas águas. É decorada com mármore policromos.

O Palácio nunca foi finalizado pois, em 1805, com a morte do Intendente, as obras foram abandonadas. Em 1941, um ciclone destruiu a cobertura da arcada principal do claustro. O edifício sofreu obras de beneficiação, promovidas pela população. Em 1979, foram reconstruídas algumas coberturas e alteradas as obras anteriormente referidas, por iniciativa da DGEMN. Durante a década de 80, o conjunto foi tendo pequenas reparações com vista ao seu aproveitamento. Posteriormente, em 1987, foram iniciadas obras para a instalação de um Centro de Dia para a Terceira Idade, sem a devida legalização, pelo que foram embargadas e nunca terminadas¹⁴.

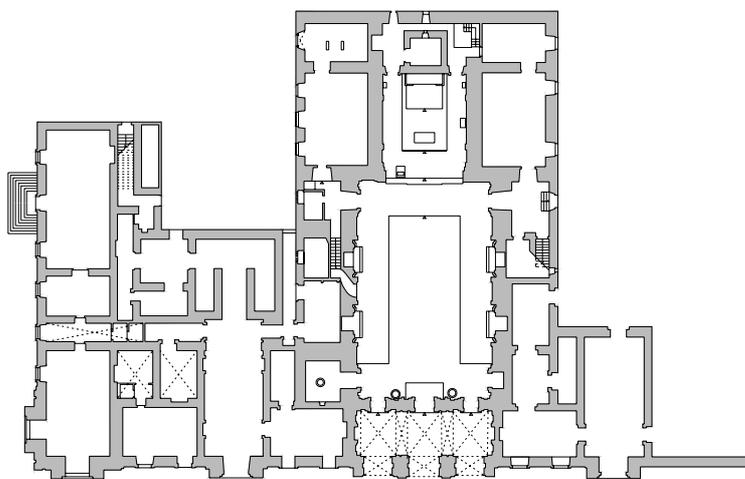


Figura 22 – Planta do piso térreo do Palácio do Intendente.

A integração deste edifício na nossa história da arquitectura torna-se complexa uma vez que não existem pontos de comparação. O conjunto mafrense, indicado por alguns autores¹⁵ como inspiração para o Palácio de Manique, tem um programa mais amplo (engloba um convento) e muito mais vasto. Além disso, o facto de se tratar de uma residência real traz-lhe uma complexidade acrescida. No caso de Manique, por exemplo, é difícil justificar a opção

por duas alas com igreja a mediar (em Mafra, elas são atribuídas uma ao Rei e outra à Rainha) e a ausência de uma entrada claramente anunciada como principal. São quatro as entradas, sendo que, pelo que é possível observar, a mais central de cada ala teria dado acesso a uma escadaria de honra, com um lanço de escadas que se transformava em dois após um



Figura 23 – Palácio-Convento de Mafra.

patamar. Esse espaço tem os vãos internos decorados com pedra lavrada e é iluminado por três janelões, também com pedra trabalhada na face interior. Ainda assim existem, aparentemente, duas entradas «principais», sem que programaticamente tal faça sentido. Poderia este conjunto de Palácio-igreja ter outro tipo de função complementar?

¹ PEREIRA, José – *Processo de Candidatura da “Casa da Câmara” de Manique do Intendente a “Monumento de Interesse Nacional”*; Câmara Municipal da Azambuja; Azambuja; pp13.

² Cf. CABRAL, Caroline – *Casos de Câmara*; Prova Final de Licenciatura em Arquitectura; Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Coimbra; 2003.

³ Cf. CONCEIÇÃO, Margarida – *Antiga casa de câmara e cadeia de Linhares*; «Inventário do Património Arquitectónico» [em linha]; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1997. [página consultada a 5 de Maio de 2004]. Disponível na Internet em: <www.monumentos.pt>.

⁴ Cf. DORDIO, Paulo – *Antiga casa de câmara de Arouca*; «Inventário do Património Arquitectónico» [em linha]; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1999. [Página consultada a 5 de Maio de 2004]. Disponível na Internet em: <www.monumentos.pt>.

⁵ Cf. Idem – *Antiga casa da câmara de Macieira de Cambra*; «Inventário do Património Arquitectónico» [em linha]; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 2001. [Página consultada a 5 de Maio de 2004]. Disponível na Internet em: <www.monumentos.pt>.

⁶ Cf. FALCÃO, José, PEREIRA, Ricardo – *Antigos paços do concelho de Santiago do Cacém*; «Inventário do Património Arquitectónico» [em linha]; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1999. [Página consultada a 5 de Maio de 2004]. Disponível na Internet em: <www.monumentos.pt>.

⁷ GOMES, Paulo Varela – *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII*; Caminho; Lisboa; 1988; pp44.

⁸ GOMES, Paulo Varela – *A Cultura Arquitectónica e Artística em Portugal no Século XVIII*; s/e; Caminho; Lisboa; 1988; pp44.

⁹ Idem – *Ibidem*; pp114.

¹⁰ SOLEDADE, Arnaldo F. – *De S. Pedro de Arrifana a Manique do Intendente*; Comissão de Festas de Manique do Intendente; Manique do Intendente; 1979; pp35.

¹¹ Cf. GOMES, Paulo Varela – *Op. Cit.*; pp44.

¹² Idem – *Ibidem*; pp107.

¹³ s.a. – *A Questão dos Foros de Manique do Intendente e as Causas que a Motivaram*; s/e; Tipografia Manuel A. Pacheco; Lisboa; 1927 / SOLEDADE, Arnaldo F. - *De S. Pedro de Arrifana a Manique do Intendente*; s/e; Comissão de Festas de Manique do Intendente; Manique do Intendente; 1979; pp 18. / NORTON, José – *Pina Manique, Fundador da Casa Pia de Lisboa*; s/e; Bertrand Editora; Lisboa; 2004; s/p.

[o desenho, a partir do qual penso terem sido feitas estas cópias, encontra-se na Junta de Freguesia de Manique do Intendente]

¹⁴ Cf. NOÉ, Paula – *Palácio de Manique do Intendente*; «Inventário do Património Arquitectónico» [em linha]; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1991.[Página consultada a 12 de Setembro de 2003]. Disponível na Internet em <www.monumentos.pt>.

¹⁵ Cf. CORREIA, José Eduardo Horta - «Urbanismo» in *Dicionário da arte barroca em Portugal*; direcção de José Fernandes Pereira; Editorial Presença; Lisboa; 1989; pp512.

Capítulo 3 – Arquitectura e Urbanismo em Portugal e na Europa

3.1 Contextualização Histórica

A segunda metade do século XVIII, na Europa, é marcada por dois acontecimentos: o despertar da indústria e a Revolução Francesa. Numa Europa dominada por regimes de cariz absolutista, com o dinheiro e o poder há muito firmes nas mãos de antigas famílias nobres e da Igreja, estes dois acontecimentos vieram sacudir a ordem instalada. Por outro lado, estamos perante uma época que começa a acordar para o conhecimento do Mundo, de um modo objectivo. Tais factos levaram, por razões diversas, a uma profunda mudança em todas as áreas da sociedade. Entretanto, a Revolução Francesa, com os seus ideais de Igualdade, Fraternidade e Liberdade, que se espalharam rapidamente para as outras nações europeias, modificou as relações entre classes.

Como pano de fundo temos a doutrina Iluminista, nascida ainda no século XVII, progressivamente aceite até pelos regimes mais despóticos, vendo-se os monarcas no papel de protectores do povo desfavorecido. A felicidade dos povos era o objectivo último. O ambiente das Luzes viu nascer filósofos como Voltaire, Montesquieu e Diderot que vão criticar a Igreja e a Nobreza. Às ideias obscuras contrapõem-se valores como a racionalidade e a ciência, ao serviço de todos os cidadãos, numa sociedade iluminada.

Os ventos da mudança chegaram também ao nosso país. Desde a Restauração que se vinha observando igualmente por cá um processo de concentração do poder governativo na figura régia, que culminou no reinado de D. João V e que teria continuidade no reinado subsequente, de D. José, ainda que na figura do seu ministro, o Marquês de Pombal. No decorrer dos três reinados anteriores, os monarcas esforçaram-se por legitimar a sua posição, sobretudo relativamente a Espanha, mas também face às outras nações europeias. E medidas adoptadas levaram a uma cada vez maior centralização do poder. Necessariamente, tudo o que pusesse em causa esse poder foi combatido. Foi o caso das Cortes, que reuniram pela última vez em 1697-1698, no governo de D. Pedro II.

No governo de D. João V, a prosperidade económica embora dependente das relações com a Inglaterra, granjeou ao país o prestígio tão almejado, entre os seus pares. Foi um período de intensas relações com Roma, tendo o rei conseguido variados privilégios. Por outro lado, o ouro do Brasil trouxe uma certa ostentação à corte, interessando-se o rei pela arte e pela literatura e construindo-se numerosas obras demonstrando a capacidade económica do reino. Exemplos conclusivos são o do palácio-convento de Mafra e o Aqueduto das Águas Livres.

Politicamente, o governo por conselhos foi utilizado até este reinado, mas a partir daí foi posto de parte. Em 1736 foi levada a cabo uma reforma administrativa que colocou o poder numa junta de três secretários, presidida pelo rei. O poder é cada vez mais centralizado na figura do monarca.

A figura forte do reinado de D. José I foi o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras em 1759 e marquês de Pombal em 1770. Foi o terramoto de 1755 que contribuiu definitivamente para revelar as suas capacidades governativas. A sua perseguição a todos quantos se opusessem ao seu governo (sobretudo a alta nobreza e os Jesuítas) levaram-no a procurar apoio nas camadas mais baixas da nobreza e do clero, assim como na ascendente burguesia e na classe dos burocratas. O caso da Companhia de Jesus é representativo do declínio da autoridade da Igreja. O seu poder dentro do próprio Estado, revelou-se fatal. Foi duramente atacada e expulsa por Pombal do nosso país, e mais tarde, sob sua pressão, da França e Espanha, acabando por sofrer extinção definitiva em 1773. A Inquisição assistiu também ao seu fim por causas idênticas: foi transformada num tribunal dependente do Estado em 1769¹. Qualquer organismo com autoridade suficiente para pôr em causa o rei não tinha lugar nestes novos tempos.

Portugal atravessava entretanto uma crise económica, agravada pelo envolvimento, tornado inevitável, na Guerra dos Sete Anos, que encontrou o país muito desorganizado em termos militares. Por outro lado, a forte recessão não é alheia à crescente escassez de ouro brasileiro. Urgia tornar o país competitivo e baixar as importações. Todos estes factores levaram o ministro a fomentar variadas reformas no Reino, a nível geral, eclesiástica, militar, económica, muitas delas inspiradas nas experiências de outros países europeus, importadas para Portugal por mão dos estrangeirados. A par disso melhorou a colecta de impostos, para rapidamente encher os cofres estatais.

Carvalho e Melo instituiu em 1760 a *Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino*, reformando a polícia. Esta foi um instrumento fundamental para fortalecer o regime despótico, reprimindo quem se opunha ao seu poder.

O longo processo da instalação do poder absoluto chega aqui ao seu auge, com o despotismo personificado no Marquês de Pombal.

O absolutismo tradicional proclamava a subordinação do monarca aos costumes do País (lei comum), às leis naturais, às leis de Deus conforme a interpretação da Igreja, e às leis que o próprio rei (e seus antepassados) promulgara para a nação.

*O despotismo vinha proclamar que usos e costumes não desempenhavam qualquer papel; defender o princípio de que as leis naturais eram interpretadas pelo soberano e de que as leis de Deus estavam depositadas no próprio rei, incluindo a submissão da Igreja à sua vontade; e, finalmente, negar que as leis do reino obrigassem o monarca. Desta maneira, o despotismo iluminado tendia a nivelar todas as classes perante o poder real, a abolir quaisquer privilégios baseados na hereditariedade e na tradição, a rejeitar todos os organismos políticos e sociais de controle à administração central, e a fomentar o surto de uma Igreja nacional independente de Roma. Havia de favorecer o industrialismo e as novas técnicas, no seu combate às importações do estrangeiro; apoiaria monopólios e proteccionismos económicos; desenvolveria a burocracia. No campo cultural, tinha de adoptar a secularização mediante uma intervenção directa no ensino público e no sistema cultural, e mediante uma censura do Estado. Favoreceria igualmente a assistência pública organizada, em oposição à caridade religiosa.*²

A subida ao poder da rainha Dona Maria, em 1777, ditou o afastamento do Marquês de Pombal e de muitos dos seus apoiantes. Mas não se verificaram transformações de vulto, as políticas adoptadas no anterior governo prosseguiram no seu essencial e a burguesia e a nova aristocracia encontravam-se firmemente instaladas nos seus altos cargos. Assim, as reformas instituídas pelo Marquês, ao contrário do que se poderia esperar com a sua queda, não foram abandonadas. Ele acabou por ser dos poucos homens no poder a ser afastado e o caminho que preparou foi seguido e deu frutos. Portugal teve no reinado de Dona Maria I um dos seus melhores períodos a nível económico³. O fim do despotismo trouxe grandes benefícios na medida em que o Estado, menos interventivo, deu lugar à dinâmica dos vários sectores de actividade (prenúncio do liberalismo).

Com a economia mantendo-se favorável e uma certa estabilidade social, foi uma época de florescimento das artes, atendendo-se a variadas influências, sem primazia de nenhuma delas. O período auspicioso revelou-se, por outro lado, fundamental para, a partir de finais de Setecentos, se começar a tentar uma séria infra-estruturação do território⁴. Foram realizados reconhecimentos cartográficos e empreendeu-se, a partir de 1790, a triangulação do país. Em alvarás de 28 de Março de 1791 e 11 de Março de 1796 tomam-se disposições quanto à construção e conservação de estradas⁵, nomeadamente as estradas entre Lisboa e Santarém, Lisboa e Caldas da Rainha, Porto e Coimbra, Porto e Foz e a estrada do Alto Douro. Também as infra-estruturas marítimas e fluviais foram melhoradas (faróis, portos, barras, canais). Foram renovados equipamentos civis, como Câmaras Municipais (como Aveiro e Vila do Conde) e

Alfândegas⁶. Tudo isto com o objectivo de melhorar as comunicações internas, indispensáveis para o desenvolvimento das actividades económicas. Outros aspectos foram a reforma dos serviços do correio, em 1797, e o sistema de transportes públicos na cidade de Lisboa, assim como a sua iluminação nocturna (responsabilidade do Intendente Pina Manique).

Foi neste período de acalmia que uma nova ameaça à estabilidade do país surgiu. A França de Napoleão exigia a cessação de relações com a Inglaterra. Entre a espada e a parede, pois da aliança com os ingleses dependia a manutenção dos territórios ultramarinos, Portugal hesitou em ceder às exigências francesas e deu-se a Invasão. A família real fugiu para o Brasil. A regência que havia ficado no país foi dissolvida por Junot. Por todo o país ocorreram pilhagens e destruições, penalizando irremediavelmente o património artístico e cultural existente. O período de guerra deixou a economia de rastos, com a agricultura, a indústria e o comércio gravemente afectados. A situação política também não era auspiciosa. A família real mantinha-se no Brasil, agora Reino unido com Portugal e, após a expulsão dos franceses, o país ficou com o exército controlado pelas forças inglesas. Brevemente este estado de coisas tornaria a situação insuportável, conduzindo a diversos movimentos de rebelião, em várias zonas do país, que culminaram com a Revolução Liberal em 1820.

3.2 Urbanismo: o Contexto Europeu

Beneficiando da relativa estabilidade que a Europa e Portugal conheceram durante o século XVII, as progressivas melhorias nas condições de vida propiciaram, sobretudo a partir do segundo quartel do século XVIII, um aumento demográfico sem precedentes. A maioria das cidades europeias extravasa definitivamente os seus limites. Contudo, a capital portuguesa regista um crescimento vagaroso, deixando de ser uma das grandes urbes do Continente Europeu, espelho também da perda de importância do país.

Na Europa, o século XVIII viu nascer um novo modo de encarar os problemas urbanísticos, nascido da cada vez mais premente necessidade de pôr a funcionar cidades cujas infra-estruturas ameaçam a ruptura. Tal facto, acompanhado das novas doutrinas que ambicionam a Felicidade dos Povos, traduziu-se no empenho das classes dirigentes em fomentar reformas nas cidades. Um movimento de teorização em favor de novas e melhores cidades nasce em França com homens como Voltaire que, em 1756, na sua obra *Embellissements de Paris*⁷, critica a falta de higiene e a deficiente apresentação dos monumentos. Quatremère de Quincy também prega o isolamento dos edifícios. Blondel nos seus *Cours d'Architecture* (1771-1773) defende um novo urbanismo e arquitectura: "*l'architecture voit tout en grand, à la décoration des façades elle préfère dans nos villes des accès et des communications faciles ; elle*

*sócupe de l'alignement des rues, des places, des carrefours, de la distribution des marchés, des promenades publiques ».*⁸

A par das necessárias reformas nos tecidos urbanos consolidados, foram construídas em alguns países cidades de raiz. Estas foram feitas essencialmente para colonizar zonas desertificadas, para servir de protecção a vias de comunicação, com objectivos militares e/ou de segurança fronteiriça ou ainda com funções industriais.

Em França, salienta-se o exemplo de Versoix (actualmente em território suíço). Esta data de 1770 e um dos seus grandes promotores foi Voltaire⁹. O local escolhido para levantar a cidade, perto da cidade de Genebra, prende-se com questões económicas (queria-se um porto em território francês que competisse com a cidade suíça). Conhecem-se dois planos para a cidade, ambos com perímetro poligonal. Diferem no tipo de traçado: um deles tem uma praça central hexagonal, combinada com um sistema viário reticular, e o segundo possui praça central circular, combinada com um traçado radial. O projecto não chegou a ser efectuado. Samitier¹⁰ destaca a sua semelhança com San Carlos: *“por estar ambas ciudades situadas en el litoral, al*

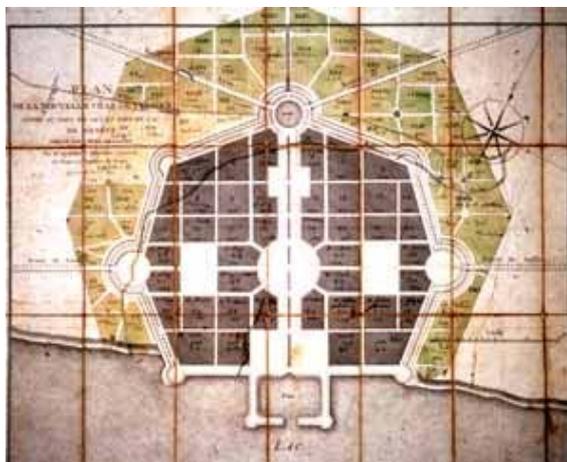


Figura 24 – Plano para Versoix, Jean Querret, 1773.

que adaptan uno de los lados del polígono, y por las plantaciones de árboles que embellecen la avenida, la plaza central y que dibujan el perímetro de una ciudad abierta sin murallas.” Em território italiano, mas muito perto também de Genebra, construiu-se Carouge, com objectivos similares, a partir de 1772.

Em Espanha também se realizaram novas localidades. Umas de carácter militar, como é o caso de El Ferrol. A versão definitiva do seu plano surge em 1762 e foi riscada por Jorge Juan. A implantação tem a forma de um rectângulo «esticado», sendo a distância menor correspondente à linha de relevo mais acidentado. As ruas têm todas igual largura e os lotes são normalizados. De traçado reticular, o novo Ferrol tem a particularidade de possuir duas praças, de iguais dimensões, funcionando num esquema bipolar.

De desenvolvimento semelhante à galega Ferrol pode referir-se a nova povoação andaluza de San Carlos, datada de 1785, e já referida acima. O projecto, que se conhece por descrições,

mostra a cidade pensada para hospedar o Departamento Marítimo de Cádiz. Claramente inspirada na herança vitruviana, teria um traçado radial nascendo da praça central, hexagonal, em cujo centro se ergueria a estátua do Monarca. É igualmente referida a obrigatoriedade da normalização das fachadas das casas construídas pelos habitantes, submetendo-as à «beleza» da cidade. Concebido como finito, este plano acaba por ser substituído por um outro, de Imperial Digueri, com um traçado rectilíneo, defendido pelas suas maiores capacidades de ampliação e também porque elimina o problema levantado pelos sistemas radiais, de se ter sempre algumas habitações com formas esconsas. *“A cidade radiocéntrica concebida para magnificencia del absolutismo, trazada a partir del punto central que ocuparía la estatua del monarca ilustrado, dejaba paso a la ciudad en parrilla que respondía a otros requerimientos de tipo más práctico.”*¹¹ O novo plano apresenta uma implantação rectangular, com quatro praças amplas, resultantes da supressão de alguns quarteirões e uma estrutura viária hierarquizada. Se existem semelhanças entre os planos destas duas cidades, algumas características diferenciam-nas:

*“También como en La Magdalena (o novo bairro de Ferrol), el conjunto urbano queda articulado por calles de 10 varas y conformado por la yuxtaposición de una serie de módulos-quartiers perfectamente distinguibles. Sus manzanas, aunque desiguales, guardas [sic] todas proporción u están pensadas para alojar patios de luces intermedios. Asimismo, unos critérios simétricos rigen su composición. No goza, sin embargo, como Ferrol, ni de su homogeneidad, igualitarismo, ni tampoco de su equilibrio formal. En San Carlos, además, los episodios monumentales jugarían un papel más destacado dentro de la trama urbana y tres grandes arterias, de 16 varas de ancho, dominarían sobre las demás.”*¹²

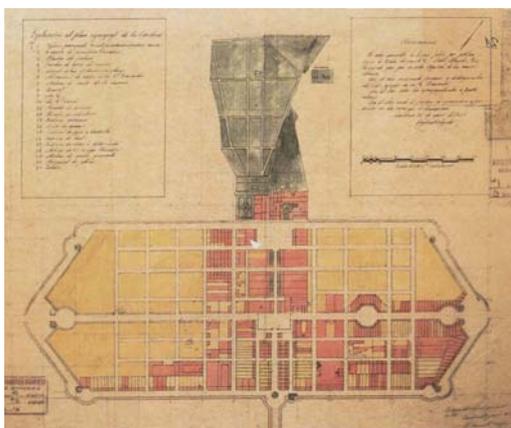


Figura 25 – La Carolina.

Outra obra emblemática de Carlos III, em Espanha, que consistiu no esforço de colonização da área da Andaluzia. Construíram-se vias de comunicação, fomentou-se o cultivo de áreas incultas e promoveu-se a fundação de povoações rurais que provesses os habitantes dos necessários equipamentos. Esta infra estruturação foi realizada segundo duas directrizes geográficas, na Sierra Morena e no caminho que liga Córdoba e Ecija. Na Sierra Morena foram fundadas: La Carolina, Las Navas

de Tolosa, Carboneros, Guarromán, Rumblar, Santa Elena, Miranda, Aldeaquemada,

Herradura e Tajumosa. Nas províncias de Sevilha e Córdoba: La Carlota, Pineda, La Luisiana, Fuente Palmeira, Hillillos, San Sebastián de Ballesteros, entre outras¹³. São sobretudo pequenas povoações com estruturas regulares, projectadas pelo arquitecto de confiança do Rei, o italiano Nebroni, possivelmente discípulo de Sabatini. Entre as que se salientam mais temos La Carolina. Esta estrutura-se segundo um eixo principal, uma rua, na qual se articulam praças de formas diversas. Uma das praças apresenta forma octogonal, embora não constitua qualquer cruzamento de vias. A maior delas, donde partem duas ruas radiais, articula-se com uma praça menor, redonda, por duas pequenas torres. No cruzamento desta via principal com um eixo perpendicular que conduz à morada do Intendente, no sentido ascendente, abre-se uma praça rectangular. Associada à residência do Intendente está a Igreja. Este conjunto apresenta-se à margem do tecido urbano projectado, desenvolvendo-se nas suas traseiras um grande parque verde.

Las Navas de Tolosa é também um exemplo em que foi usada uma praça octogonal, neste caso como enquadramento da Igreja Paroquial e onde desemboca a rua principal da povoação.

O rei Carlos III foi uma figura decisiva na implementação na corte espanhola das ideias do Iluminismo. Vindo do Reino de Nápoles, o rei traz consigo Francisco Sabatini, italiano, que foi o seu arquitecto preferido. Carlos III vinha imbuído das novas ideias de servir o bem-estar dos povos, e uma das suas primeiras iniciativas foi prover a que Madrid se



Figura 26 – Las Navas de Tolosa.

tornasse uma cidade limpa e ordenada. Promoveu um processo de recolha dos lixos e um sistema de esgotos, assim como promulgou leis que obrigavam os proprietários a calcetarem as ruas frente aos seus edifícios, encarregando-se o governo central das vias públicas e dos espaços referentes a equipamentos públicos. Tratou igualmente da iluminação da cidade. Contudo muitas vezes se levantaram contra as despesas feitas, aparentemente sem justificação, e também por parte da população, que não estava habituada a tais regras¹⁴.

Em Nápoles, onde o mesmo Carlos III reinara anteriormente, fizeram-se uma série de cidades na Calabria, sob o seu governo. Estas foram construídas para realojar as populações, após um grave terramoto, em 1783. Alguns exemplos são: Santa Eufémia, Cortale, Seminara, Palmi, Mileto, Borgia, Paese del Bianco, Santa Agata, Reggio, Bagnara... Com uma perspectiva de ordenamento regional (iniciou-se a construção da “estrada das Calábrias”), estas cidades

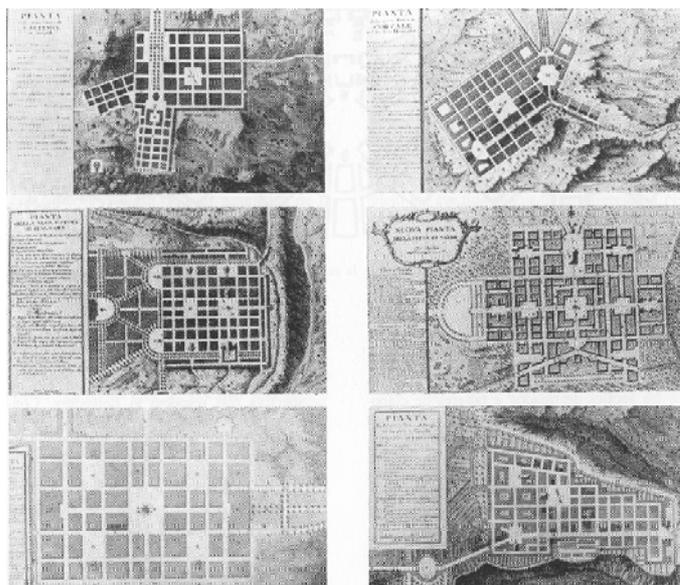


Figura 27 – Calábria, da esquerda para a direita e de cima para baixo: Santa Eufémia, Cortale, Seminara, Palmi, Mileto e Borgia.

foram realizadas com planos regulares, tendencialmente reticulares, mas com a introdução de eixos diagonais (estruturantes ou não) e uma série de praças. Também no governo de Carlos III, encetaram-se várias obras públicas em Nápoles, com o objectivo de incrementar eixos de desenvolvimento para o crescimento da urbe. Realizou-se igualmente, com projecto de Vanvitelli, a Reggia de Caserta (1752-1774). Outros exemplos italianos deste século XVIII são

San Lorenzo Nuovo e Servigliano (1772-96), onde a Igreja joga um papel fundamental e o plano para a cidade industrial de San Leucio (1775), com um traçado baseado em praça central e ruas radiais.¹

Horta Correia¹⁵ define do seguinte modo o urbanismo barroco:

Não há um único urbanismo barroco, mas várias formas, por vezes convergentes, de desenho urbano na época barroca que tão-só por necessidade de sistematização e síntese, convencionaremos associarem-se em duas grandes famílias de cidades:

- As que alguma coisa devem ao barroco romano, tal como se concretizou urbanisticamente entre o plano ordenador de Sisto V e a conclusão da Roma berniniana e onde avultam o «efeito de surpresa», um novo uso da perspectiva, a transferência para o urbanismo de valores até então especificamente arquitectónicos e uma vivencialidade teatralizada do «efémero», da «festa» e da própria arquitectura.

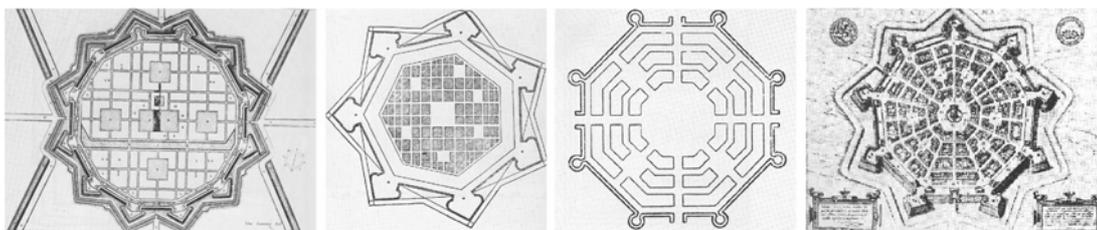
¹ Na Alemanha construíram-se assentamentos agrícolas como Gosen ou Muggelheim, entre 1740 e 1786. Na Rússia, a nova capital, São Petersburgo, iniciada em 1703, é o espelho das teorias iluministas vigentes e, no reinado de Catarina II (a partir de 1762), foram feitas várias novas povoações com o objectivo de fixar comunidades agrícolas em novos territórios e reforçar as conquistas nas costas do Mar Negro: Tver (1767), Pietroza Wodska (1778), Odoievo (1779), Lucha (1781), Voskrenk (1784), Odessa (1794), entre muitas outras.

- As que alguma coisa devem, por genealogia das formas, às «cidades ideais» do Renascimento em qualquer das suas vertentes radioconcêntricas ou ortogonais, despidas agora de conteúdo ideológico mas mantidos os seus princípios no planeamento de cidades cortesãs, ou os seus modelos nas cidades fortalezas da Europa ou nas cidades de expansão urbana do Novo Mundo.”

É neste último grupo que o autor encaixa o urbanismo barroco de tradição portuguesa.

Os exemplos, vagamente enumerados nos parágrafos anteriores têm, morfologicamente falando, raízes várias, mas podem agrupar-se nas duas categorias fundamentais que propõe Horta Correia. A primeira pode encontrar-se naqueles traçados que privilegiam os eixos e as referências visuais. Traçados diversificados, baseados em figuras geométricas, em cruzamentos de eixos e perspectivas, que tiveram nos jardins um campo de aplicação muito fértil. Experiência precoce deste tipo de urbanismo, que se irá desenvolver sobretudo nos séculos XVII e XVIII, com a França na primeira linha, são as reformas ocorridas em Roma durante o pontificado de Sisto V (1585-1590), com especial relevo para o tridente da Piazza del Popolo. Este urbanismo barroco, de carácter cenográfico e que submete a arquitectura ao traçado urbano, está profundamente ligado aos monarcas absolutos, sendo os seus produtos mais acabados as residências reais (Richelieu e, mais tarde, Versalhes) e as praças abertas para albergar estátuas equestres, homenageando o rei (Praça Vendôme). Contudo, a pouco e pouco, e sob influência das Luzes, outros programas, civis, vão sendo também executados.

A segunda consiste na longa tradição, nascida no período renascentista, da «cidade ideal», inspirada em modelos vitruvianos. A partir do século XVI, e no campo do urbanismo, muitas experiências foram beber às influências clássicas, reciclando os ensinamentos de Vitruvio. Vários teóricos, sobretudo ligados à arquitectura militar (Giorgio Martini, Cattaneo, Scamozzi...), aplicaram as suas premissas de *firmitas*, *utilitas* e *venustas* numa busca pela cidade ideal, em propostas ligadas a aspectos defensivos. Numa Europa com o tecido urbano consolidado, as oportunidades para pôr em prática estas ideias escasseiam. Palmanuova, datada de 1593, foi um dos poucos exemplos realmente construídos. É centrada numa praça



Figuras 28 a 31 – Cidades ideais, da esquerda para a direita: por Scamozzi, Cattaneo e Martini; Palmanuova.

hexagonal e limitada por um sistema abaluartado. Uma componente importante dos vários projectos teóricos desenvolvidos em torno da cidade ideal é a presença de uma multitude de praças, que contribuiriam para o desafogo e para o embelezamento das povoações, ao mesmo tempo que se especializariam em funções da vida pública. Chueca Goitia¹⁶ filia na teoria renascentista da cidade ideal, nomeadamente de Scamozzi, as cidades de Grammichele e Avola (erguidas após o terramoto de 1693 na Sicília).

3.3 Arquitectura e Urbanismo: o contexto Português

Quanto a Portugal, o país afastou-se irreversivelmente das influências espanholas, sobretudo a partir da Restauração, e exhibe uma crescente vontade de ser parte integrante da Europa, fugindo do isolamento forçado da época filipina. O interesse pelas línguas e literaturas francesa, inglesa e italiana dilata-se a partir do final da centúria de Seiscentos. A acompanhar tal tendência o barroco (tardiamente surgido) vai sendo substituído por obras de inspiração neoclássica de influência francesa ou italiana. Aliás, muita da produção artística, e sobretudo arquitectónica, do período joanino é fruto da produção de artistas estrangeiros, atraídos ao nosso país pela oportunidade de servir um monarca e um regime sedentos de fausto e com uma situação económica bastante confortável. A crise da Restauração havia recuado e Portugal estava disposto a recuperar o tempo perdido. Este interesse por acompanhar as tendências exteriores levou também à encomenda de numerosos elementos gráficos, como gravuras, desenhos, maquetes. Os novos gostos de feição neoclássica foram impulsionados por diversos factores: os alunos enviados a Roma, (que faziam os seus estudos na Academia Portuguesa das Artes, instalada no Palácio Cimarra) e que lá acompanharam a mesma tendência, e as várias instituições que prestavam serviços na área do ensino artístico, como a Casa do Risco (com o seu papel preponderante na reconstrução de Lisboa), o Colégio Real dos Nobres, a Real Fábrica das Sedas, a Imprensa Régia e a Casa Pia.

A corte do tempo de D. João V foi muito permeável às influências estrangeiras, particularmente do centro da Europa. O rei interessava-se pelas artes e com ele a grande nobreza. Na segunda metade do século XVIII, os palácios eram feitos à semelhança dos seus famosos congéneres europeus, como Versalhes e Marly, não sem um certo apego à tradição. A pouco e pouco a antiga sobriedade vai cedendo lugar a fachadas ondulantes e a pormenores mais fantasiosos. Contudo, no Sul essas influências são relutantemente postas em prática e nunca atingem a força do Norte. Nos interiores, o luxo é lei, com grandes superfícies cobertas de azulejos, de talha e de pintura. Foi uma época em que se assistiu a um maior ritmo de construção, devido às boas condições económicas do País, dos seus nobres e da rica classe emergente de burgueses. Estes palácios e casas de campo têm agora um sabor barroco,

variando regionalmente, como acima descrito. São quase sempre de planta rectangular ou em L, e a presença do pátio é fundamental como espaço de articulação. O andar nobre abre frequentemente para um cuidado jardim. A decoração é mais rica, com frontões triangulares, pirâmides, pináculos e florões, embelezando o topo do edifício. Mais tarde surgem candelabros e fogaréus. A capela é parte fundamental destas edificações. Inicialmente a sua presença não é muito marcada, mas progressivamente torna-se um elemento de animação das fachadas, com um cuidadoso tratamento do desenho, com frontões e campanários fazendo destacar a sua presença¹⁷.

Em relação ao urbanismo é de salientar a intervenção do bispo D. Tomás de Almeida no Porto. Preocupou-se com o crescimento da cidade, para a qual concebeu planos grandiosos. Um desses planos previa a construção de uma espécie de *Plaza Mayor*. O Bispo recuperou em 1709 uma ideia de 1691, transformando-a numa praça monumental, quadrangular, com 120 m (cerca de 545 palmos) de lado, rodeada de arcadas, à qual se acederia por quatro arcos. Cada lote tinha 34 palmos de largura e a galeria coberta, 20 palmos. Deveriam instalar-se aqui as famílias nobres da cidade.

Para a capital do país executaram-se alguns projectos: fizeram-se algumas transformações importantes no Paço da Ribeira, incluindo a transformação da capela real em patriarcal, construiu-se o conjunto barroco das Necessidades (Palácio, Igreja e Convento), a partir de 1742 elaborou-se um plano para a reforma ribeirinha da margem do Tejo, riscado por Carlos Mardel¹⁸. Fez-se o monumental aqueduto das Águas Livres, que correspondia a um planeamento do abastecimento de águas para a capital, prevendo já o seu crescimento para o lado Ocidental. Aqui trabalhou Carlos Mardel, que riscou alguns motivos mais decorativos e a Mãe de Água das Amoreiras. De referir também o projecto gorado para um novo Palácio Real e Basílica Patriarcal, que D. João quis construir na área ocidental da cidade. Para riscar a obra, apelou a um dos mais famosos arquitectos italianos, Juvara. Este chega a Portugal em 1717¹⁹. Na esfera da corte, mas fora de Lisboa, foi construída, entre 1717 e 1750, a obra mais emblemática do reinado: Mafra. O que começou por ser um pequeno convento tornou-se numa gigantesca obra, em estaleiro durante décadas. O edifício englobava Palácio Real, um grande convento e uma Igreja. Neste projecto trabalharam Ludovice, Custódio Vieira, Manuel da Maia e Canevari.



Figura 32 – Aqueduto das Águas Livres.

No Norte as influências italianas não deixam marca e a época é marcada por um barroco fantasioso cuja figura principal é o arquitecto Nicolau Nasoni, autor da Torre dos Clérigos, no Porto (1732 a 1748) e do Palácio do Freixo (1749). De referir também os portugueses André Soares e Carlos Amarante.



Figura 33 – Vista da praça de Santo Antão do Tojal.

Ainda relativamente ao urbanismo e à arquitectura do reinado de D.João V, um conjunto é de salientar. Trata-se de Santo Antão do Tojal, mandado construir pelo patriarca D. Tomás de Almeida. Em Santo Antão do Tojal existia já um palácio mandado construir pelo Bispo D. Fernando de Vasconcelos e Meneses, que havia reedificado a igreja e realizado também os jardins. D. Tomás de Almeida

decide prover a que o Soberano tenha melhores cómodos no seu caminho para Mafra e manda reconstruir o palácio e a igreja, acrescentando uma praça. *“intentava alcançar por faculdade régia... o principal intento que o dito prelado teve nesta fundação foi o querer fazer neste sítio cazas para Camera, e tudo o mais que he prezisso para a fundação de huma villa...”*²⁰. Canevari foi o arquitecto escolhido e, quando abandonou o país em 1732²¹, Rodrigo Franco continuou-as (foi ele o autor da Igreja do Senhor da Pedra em Óbidos). Uma rua nova foi traçada de modo que a Igreja é o seu extremo visual e físico. À sua esquerda abre-se uma praça quadrada. Para ela dá o palácio do bispo, de planta em U, com o pátio encerrado por um terraço, articulando-se com a igreja através da torre e também um segundo palácio, destinado a albergar o rei nas suas deslocações a Mafra, com uma fachada monumental e original. É constituída por dois corpos simples que ladeiam uma grande fonte de características barrocas, alimentada por um aqueduto, com cerca de 2 Km, construído para o efeito. A casa da câmara nunca foi construída. A ligação entre o palácio episcopal e a igreja é feita por um terraço exterior, que dá acesso à Sala das Bênçãos, que abre simultaneamente para a Praça e para o interior da igreja.

A produção artística em Portugal no século XVIII não foi acompanhada por produção teórica. Aliás não existia ensino institucionalizado, e os artistas eram encarados como praticantes de um ofício como qualquer outro. Os arquitectos mereciam algum reconhecimento, mas porque estavam geralmente integrados nos quadros militares. A experiência da Academia de Roma, fundada em 1720, por D. João V, não serviu para inverter este cenário uma vez que o ensino

3 - Arquitectura e Urbanismo em Portugal e na Europa

estava nas mãos de artistas bastante secundários. Foi encerrada em 1728 (segundo Ayres de Carvalho) ou 1760 (segundo J. A. França), por conflitos com a Santa Sé.

Em finais do século, o clima artístico é confuso. Tudo está em aberto, tudo é discutível e tudo é discutido. Há uma ruptura dos códigos vigentes e, sem a sua substituição, por falta de uma dinâmica na teorização, está aberto o caminho às mais variadas experiências. *“O século XVIII é uma época de intensiva internacionalização, dispersão e regionalização dos estilos e soluções arquitectónicas de que o classicismo passa então a surgir como apenas mais uma proposta. A esfera do que era legítimo em arquitectura alarga-se incomensuravelmente: às influências regionais e mundiais do ponto de vista geográfico, ao romano, ao gótico e às arquitecturas primitivas e orientais no que respeita à cronologia.”*²²

Dá-se uma fundamental alteração no panorama da produção arquitectónica: os velhos mestres da Aula do Risco (Manuel da Maia, Eugénio dos Santos, Reinaldo Manuel) já não vivem. Tal facto propicia um certo “esquecimento” das antigas matrizes e abre espaço para a emergência de arquitectos com uma formação fundamentalmente diferente, muitas vezes adquirida no estrangeiro, e aos próprios estrangeiros. É nesse ambiente que o barroco, tardiamente, desaparece e surge como gosto oficial o neoclassicismo. Este estende-se a todo o país e tem grande força sobretudo no Norte e na sua capital, sob nítida influência do neo-palladianismo inglês. Podem citar-se algumas obras significativas do neoclássico da Invicta como a Cadeia da Relação (1765-1796), o Hospital de Santo António (1770), o Palácio da Bolsa (1839) e a Igreja e Confraria da Santíssima Trindade (1848). Outro exemplo também no Norte é a Casa de Câmara da Póvoa do Varzim, cuja arcada foi traçada por Reinaldo Oudinot²³.



Figuras 34 e 35 – Em cima, Cadeia da Relação, em baixo, Palácio da Bolsa.

Este ambiente não é exclusivo de Portugal. Em Itália, país com forte influência por cá, ao apogeu do barroco segue-se um período muito complexo, de influências variadas e correntes mais ou menos assumidas. *“A cultura arquitectónica torna-se ecléctica no sentido em que existe uma versatilidade de escolhas e de opções, uma procura das tradições, quer elas sejam académicas e clássicas, quer sejam barrocas, originando, ao mesmo tempo, um Barroco tardio de feição clássica, o Rococó ou mesmo os sistemas inovadores que terminarão no Neoclassicismo mais próximo de meados de setecentos.”*²⁴ Homens contemporâneos vão

ensaiando experiências diversas: Carlo Fontana (1638-1714) ligado ao classicismo académico, Juvara (1678-1736) também assumindo a mesma tendência, mas de uma forma menos ortodoxa ou Vittone, adepto do Rococó, são alguns exemplos²⁵.

Voltando a Portugal, em Coimbra também a reforma pombalina da Universidade de Coimbra deixou na cidade a marca do recém-introduzido neo-classicismo, desta feita de feição pombalina. Dois edifícios emblemáticos são o Laboratório Chimico e o Museu de História Natural (1779). Os projectos ficaram a cargo de Guilherme Elden, militar inglês ao serviço do exército português. O Museu apresenta uma fachada em três corpos, com o corpo central encimado por frontão triangular e entrada por arcaria tripla.

Embora o neoclássico já se mostrasse de forma tímida e isolada, em alguns pormenores da obra de Carlos Mardel ou na Capela de São Roque²⁶, ainda no reinado de D. João V, apenas na segunda metade do século se torna uma opção. Em Lisboa, um dos principais nomes ligados ao neoclássico é o já referido José da Costa e Silva (nascido em 1747), autor da ópera de São Carlos (1793)²⁷, do projecto do Erário Régio e colaborador no plano para o Palácio da



Figura 36 – Palácio da Ajuda.

Ajuda. Outra referência incontornável é Fabri, que também trabalhou no citado Palácio da Ajuda (1802)²⁸, e realizou o Hospital da Marinha de Santa Clara e, fora de Lisboa, a Igreja matriz de Tavira. Na esfera da corte, o neoclassicismo assume-se na obra de maior vulto nesse final de século, o Palácio da Ajuda, cuja construção, iniciada em 1797 nunca terminou de facto, ficando o construído muito aquém do projecto original, tendo a edificação atravessado um processo muito complexo, com avanços e recuos sucessivos. A

fachada que se tornou a principal foi a fachada nascente. Mais uma vez um alçado estruturado em cinco partes: entrada a eixo, com arcada tripla e dois torreões nos topos. O projecto é da autoria de Manuel Caetano de Sousa (1742-1802), mas terá sido alterado por José da Costa e Silva e Fabri, que o substituíram na direcção em 1802.

Outras obras que José Manuel Fernandes²⁹ classifica como neoclássicas são o Convento de Santa Clara de Vila do Conde (1777) e, justamente, Manique do Intendente, “*com sentido urbano*”.

3.3.1 A Engenharia militar e a Tradadística

A par das influências do exterior que vão chegando a Portugal, no plano da arquitectura, a longa tradição da engenharia militar empresta à produção arquitectónica rigor e um forte espírito utilitário e esse espírito vai marcar produção portuguesa por um largo período de tempo. Esta arquitectura, essencialmente feita por engenheiros, possui uma forte apetência pelo funcionalismo e pelos aspectos construtivos, com base na geometria. *“A ciência geométrica foi a base mais constante da preparação académica dos engenheiros portugueses e o ponto fulcral para o desenvolvimento das investigações formais que fizeram, tanto nos seus trabalhos urbanísticos, como nos arquitectónicos.”*³⁰

A Aula de Fortificação Militar, a funcionar no Paço da Ribeira, foi fundada em 1647, durante o reinado de D. João IV e fundou a «escola» portuguesa de engenharia militar, tendo um papel preponderante e praticamente exclusivo na formação dos arquitectos, ou engenheiros militares que actuaram no nosso país e nas colónias. É com esta instituição que se retoma o ensino, interrompido durante o período filipino. Em 1732, a Academia militar é reorganizada pelo rei D. João V e sofre mais reformas pela mão do Marquês de Pombal, com o militar conde de Lippe como obreiro (1763).

As principais influências que penetraram no nosso país foram a italiana (sobretudo durante o século XVI) e mais tarde, a francesa e holandesa (século XVII). Tratados e desenhos provenientes destes países circulavam por cá (como o tratado de Serlio, que teve grande divulgação), e a par com as experiências de alguns portugueses no estrangeiro, ajudaram a espalhar essas influências. Por outro lado, e principalmente a partir da Restauração, houve uma vaga de engenheiros franceses contratados para trabalhar em terras lusas. Rafael Moreira, citado por José Manuel Fernandes³¹ refere que *“esta permanente circulação pessoas, ideias e formas entre os três continentes explica os paralelos construtivos e urbanísticos que fizeram da arquitectura militar o primeiro estilo internacional da arquitectura moderna”*.

A nível da teorização de produção nacional, a área da arquitectura civil foi praticamente estéril. Mais uma vez os mais importantes trabalhos saíram da mão da escola militar. Um dos grandes temas produzidos no nosso país foi o *Método Lusitânico de Desenhar Fortificações*, de Luís Serrão Pimentel, engenheiro-mor do Reino (1673) e professor da Aula de Fortificação e Arquitectura Militar, sendo datado de 1680. Nele perpassa uma vontade de distinguir a engenharia militar da arquitectura. A primeira será uma ciência, a segunda, uma arte. Este tratado teve grande repercussão no país e foi usado durante um largo período de tempo. Manuel de Manuel de Azevedo Fortes escreveu em 1728/29 o *Engenheiro Português*. Em

1733, o Padre Ignácio da Piedade Vasconcellos escreve o *Artefactos Symmetricos, e Geometricos, advertidose descobertos pela industriosa perfeição das Artes, Esculturaria, Architectonica, e de Pintura*, em que disserta sobre as várias artes, com prevalência da architectura e da escultura, segundo regras práticas baseadas na geometria.

Em 1762, José de Figueiredo Seixas escreveu o seu *Tratado de Ruação*³². Este “constitui a resposta portuense à reconstrução de Lisboa, ao mesmo tempo que a primeira tentativa de sistematizar em disciplina e erguer ao estatuto de ciência a prática urbanística (...) combinando leituras dos teorizadores da cidade ideal (Alberti, Cataneo, etc.), de André de Garcia de Céspedes («*Libro de Instrumentos Nuevos de Geometria*», Madrid, 1606) e Frei Lorenzo de San Nicolàs («*Arte y Uso de Architectura*», Madrid, 1633-1665), de Serrão Pimentel e Azevedo Fortes, com a experiência dos engenheiros civis e militares em Portugal e no Brasil.”³³ Rafael Moreira chama-lhe um “ensaio pioneiro de uma teoria geral do urbanismo.”³⁴

O tratado é constituído por duas partes. Na primeira, Figueiredo Seixas propõe um modelo utópico de parcelamento e organização do território. As povoações seriam hierarquizadas por categorias: província, comarca, cidade, vila e lugar. No território seria lançada uma quadrícula, como «um tabuleiro de damas», orientado pelos pontos cardeais principais, que ditaria a localização das ditas povoações, das suas casas, ruas e praças, e também dos terrenos de cultivo. A cidade capital estaria situada no quadrado central do reino. Esses quadrados teriam meia légua de lado (1409 braças) e seriam divididos em courelas de terra de 90 por 30 braças (às quais se descontam 5 braças a toda a volta para as ruas com 10 braças). Fala de Alberti, quando refere a dimensão ideal da povoação (meia légua portuguesa, correspondente a meia hora de caminhada). Nas cidades esse quadrado seria inteiramente preenchido por casas, o que possibilitaria a construção de 225 800 fogos. Nas vilas e lugares, menos populosos, haveria lugar a hortas no seu interior.

Cada povoação teria no centro uma praça («*áreas de terra plana e figura quadrilátera, e são como salas da cidade*»), localizada no centro do quadrado, e cresceria em torno desta de forma igualitária, de modo a todos os pontos se encontrarem à mesma distância da praça principal. As ruas que saem da praça central são consideradas também elas ruas principais, havendo subjacente uma hierarquia viária. As estradas que ligam umas povoações às outras fazem-no em linha recta e partem das suas ruas centrais. As praças teriam dimensões segundo a extensão e importância das povoações (capital – 125 braças de lado; província – 96 braças de lado; vila – 65 braças de lado; paróquia – 36 braças de lado). Relativamente às funções presentes, o autor propõe localizar aí o palácio real, a catedral, o Tesouro Real, a casa do Senado e da Câmara. Outros edifícios que devem ter frente para uma praça, ainda

que não necessariamente para a principal, são os conventos, o arsenal das munições reais, as cavaliças militares, os armazéns de contrato real e o açougue. As igrejas paroquiais, os palácios dos fidalgos e os conventos menores, se não tiverem frente para uma praça, deverão situar-se numa das ruas centrais.

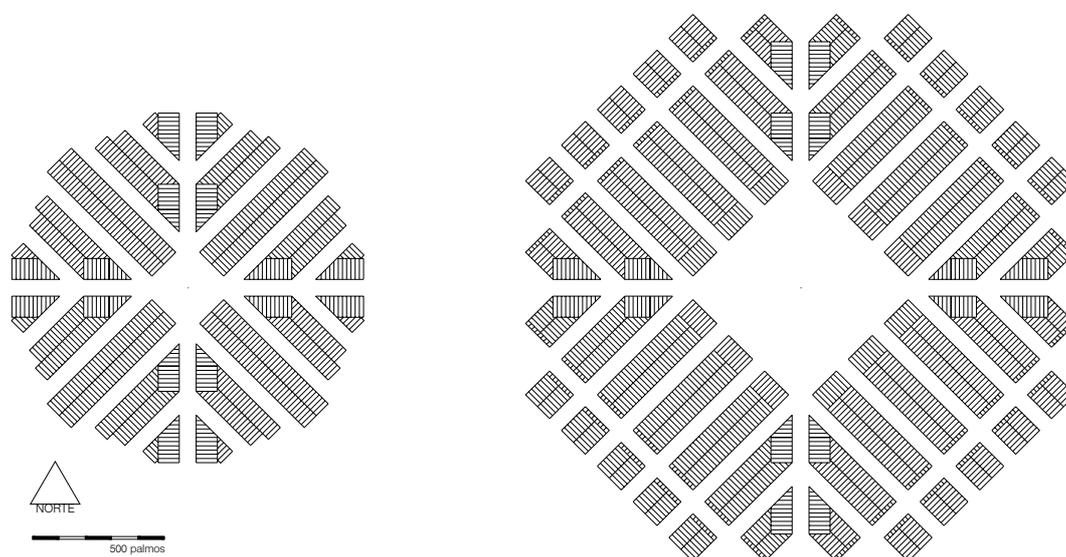


Figura 37 – Povoações propostas por Figueiredo Seixas. À esquerda, paróquia, à direita, cidade de província.

Também os edifícios habitacionais teriam medidas estandardizadas e fachadas normalizadas. As casas seriam constituídas por 4 pisos, num total de 75 palmos de altura (16,5 m). Figueiredo Seixas apresenta mesmo desenhos (plantas e alçados) das casas que constituiriam as novas povoações.

Na segunda parte do tratado, trata das questões práticas do planeamento e execução do seu projecto. Fala da realização de mapas com o levantamento das situações existentes, e do seu cruzamento com a situação ideal, de forma a ir substituindo edificações e regularizando as ruas e praças. Esses mapas teriam também a função de re-distribuir os terrenos pelos proprietários, sem prejuízo para ninguém. Acredita que é possível em 40 anos ter todo o reino arruado da forma que propõe. Descreve igualmente nesta parte do tratado como fazer a quadrícula no terreno, usando diversos instrumentos, superando os obstáculos, como desníveis do terreno e linhas de água.

José Manuel de Carvalho Negreiros escreveu, em 1792, a *Jornada pelo Tejo*³⁵, em que também ele sugere a forma mais correcta e eficaz de construir as novas cidades e reformular as antigas, onde a tónica assenta numa perspectiva de desenvolvimento das actividades económicas, melhoria das condições de vida dos cidadãos, em suma, progresso do país, «os

motivos que devem interessar a todo o bom Patriota». Paulo Varela Gomes refere que “as ideias e projectos do urbanismo de JMCN distinguem-se do «Tratado de Ruação» de Seixas por um realismo muito maior; Carvalho Negreiros menciona a adequação aos lugares (climas, solos e água), prevê canalizações, aquedutos, fossas.”³⁶

O autor descreve o modo como devem ser construídos alguns equipamentos públicos (Alfândega, Açougue, Cadeia, Casa de Câmara, Igreja, Palácio Real, com particular atenção aos aquartelamentos militares), como se devem constituir as povoações e os terrenos agrícolas, aproveitando os baldios improdutivo. Descreve em termos gerais a constituição de habitações para pessoas de ocupações e condições variadas. Alonga-se a explicar o funcionamento da casa para um lavrador, com as suas diversas dependências agrupadas em torno de pátios.

Relativamente às estradas, fala de materiais, de modos de construção, do escoamento das águas, da existência de passeios lajeados, guarnecidos de árvores e de chafarizes e de dimensões: a rua teria 40 palmos (8,8 m) e cada um dos passeios laterais 10 palmos (2,2 m). O objectivo era torná-las o mais próximo possível da linha recta, sem grandes desníveis, cómodas aos viajantes. Para ele o sistema viário é preponderante e refere que alguns povos, como os romanos, e nações estrangeiras já tiveram essa preocupação. Menciona ingleses, franceses e espanhóis, elogiando no último caso a obra do monarca Carlos III.

As praças são também um elemento indispensável, por questões de segurança sísmica e de protecção contra incêndios (o terramoto de 1755 estava ainda bem presente, nas suas consequências desastrosas) e desafogo dos habitantes no interior das povoações. Carvalho Negreiros sugere igualmente a sua existência em estradas rurais. As praças, excepção feita às destinadas a exercícios militares, deviam ser ornadas com colossos, pirâmides, colunas, chafarizes, e fachadas de Palácios e Igrejas, assim como edifícios públicos de variadas qualidades. Mas existirão praças com diferentes usos (comércio de produtos frescos, feiras, artesãos), e uma hierarquia implícita a esses usos. Também as ruas devem ser hierarquizadas por funções, havendo ruas dedicadas a diferentes artesãos e comerciantes, assim como ruas «nobres».

Os engenheiros militares foram também os responsáveis pelo desenvolvimento de um tipo de urbanismo português, ensaiado nas colónias ultramarinas, a partir do século XVI, e sobretudo do século XVII. Essas experiências tiveram um palco fundamental no Brasil.

3.3.2 O Urbanismo Português no Brasil

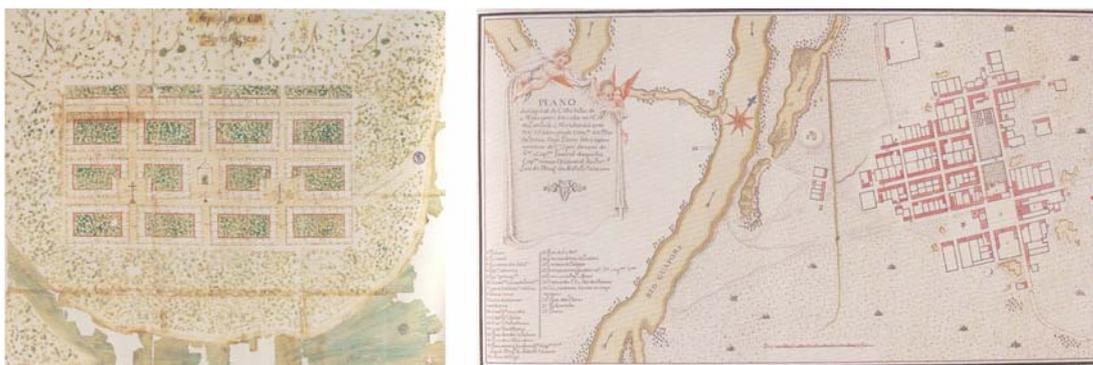
A experiência colonial, iniciada no século XV, é um processo muito lato temporal e fisicamente. A prática urbanística pelos engenheiros militares nasce a par das primeiras conquistas, nas praças fortificadas no Norte de África e aperfeiçoa-se, no século XVI, na Índia, nas ilhas atlânticas e no Brasil, com traçados geometrizados, conjugados parcial ou totalmente com fortificações.

O caso que mais interesse tem para o presente trabalho é o da colonização brasileira e será esse que o que se passa a referir, de modo bastante conciso. Primeiramente, há que referir que as circunstâncias da ocupação deste território sul-americano diferem bastante das dos restantes territórios. Tratava-se de um vasto espaço, praticamente desabitado, e portanto sem referências anteriores. O perigo, esse, vinha por mar, o que se traduziu numa ocupação primária na faixa marítima. São engenheiros-militares os principais obreiros das novas povoações, quase sempre formados na Metrópole e, a partir do final do século XVII, também no Brasil, embora com pouca regularidade.



Figura 38 – São Salvador da Baía.

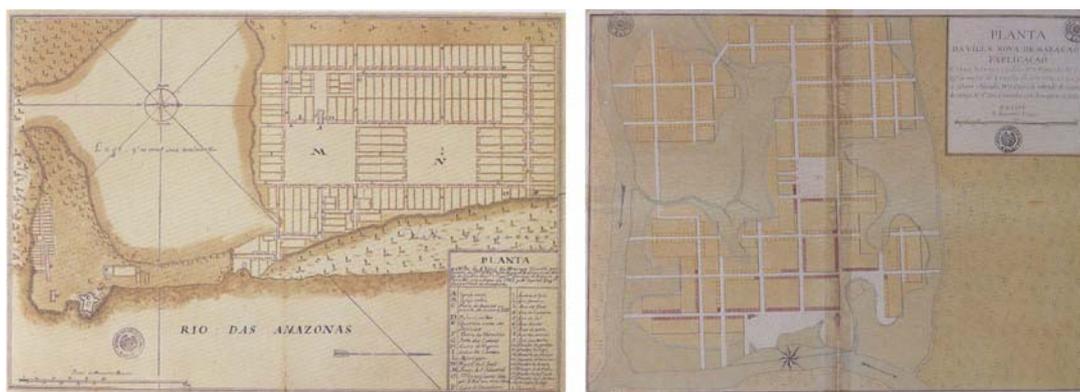
Após uma primeira fase de governo por capitânias, seguiu-se a nomeação de um governador-geral em 1548 e uma política mais abrangente. Foi fundada em 1549 a primeira capital, São Salvador da Baía. *“Contrariamente ao que até aí fora regra em todo o Império, a fundação desta cidade teve pois como grande novidade a intenção prévia de não só planejar a sua implantação e defesa, mas também pré-conceber o seu espaço urbano.”*³⁷ Ao período filipino corresponde a uma ampliação do esforço de ocupação do território, para o Norte, ameaçado por franceses, holandeses e ingleses e também para Sul (o Rio de Janeiro é fundado em 1565). Após a Restauração, o Brasil é a mais importante possessão portuguesa e sistematiza-se a ocupação



Figuras 39 e 40 – Portalegre (1772), à esquerda e Vila Bela (1782), à direita.

do território. No final do século XVII, são quatro os objectivos para a colonização do interior: distribuir e rentabilizar as terras, assegurar a lei e a ordem, afirmar a presença portuguesa face à coroa espanhola e controlar a produção dos recentemente descobertos filões auríferos³⁸. Os arraiais mineiros realizados sem qualquer espécie de plano anterior³⁹ foram a primeira face desta ocupação do interior. Mas o crescente interesse da Coroa levou à proliferação de novas cidades, por meio de Cartas Régias mais ou menos estandardizadas: *“determineis na vila o lugar da praça no meio da qual se levante pelourinho e se assinale a área para o edifício da Igreja [...], e que façais delinear por linha recta a área para as casas com seus quintaes, e se designe o lugar para se edificarem a casa de Camara [...] e mais oficinas publicas, e que todas devem ficar na área determinada para as casas dos moradores as quais pelo exterior sejam todas do mesmo perfil, [...] de sorte que em todo o tempo se conserve a mesma fermosura da terra e a mesma largura das ruas.”*⁴⁰. À época de D. João V lançou-se uma política de colonização por gentes dos Açores e da Madeira, algumas vezes com ajuda estatal durante o período de instalação. Fundaram-se neste reinado Vila Boa de Goiás (1739), no interior Oeste, e Mariana (cerca de 1730), a Sul. Esta política foi prosseguida no reinado subsequente, com grande empenho do Marquês de Pombal, mas agora a região alvo foi, sobretudo, a amazónica. Era objectivo primeiro «civilizar» os autóctones, e isso significava fazê-los seguir modelos de comportamento europeus. Por outro lado, esta nova etapa da colonização brasileira teve a particularidade de ser apoiada por um conhecimento muito mais aprofundado do território (fizeram-se reconhecimentos, desenharam-se mapas). Foram fundadas neste período, entre outras, Bragança (1753), Borba (1756) e Barcelos, na região amazónica, e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), S. Miguel (cerca de 1760) e Balsemão (1768), no Mato Grosso. Já no reinado de Dona Maria foram fundadas as cidades de Albuquerque (1778), Vila Maria do Paraguai (1778) e Casal Vasco (1783). Desta rápida passagem pelas fundações brasileiras, pode observar-se uma crescente regularização dos traçados, ainda que se apresentem das mais variadas formas.

Na área da Amazónia ressaltam-se dois exemplos, estudados por Renata Araújo⁴¹. Um deles é a nova vila de São José de Macapá, onde existia uma fortificação desde 1688. Em 1751 decide-se melhorar esse equipamento e instalar uma nova comunidade nas imediações. Uma planta de 1759 mostra como ela foi planeada. Um traçado rectilíneo com duas praças quadrangulares (medindo 84 por 72 braças). As casas, em banda, tinham 33 pés de frente e 18 de profundidade em lotes de 10 braças de largura por 30 de profundidade, e uma fachada normalizada. Atrás, existiam compridos quintais. Numa das praças está o pelourinho e na outra, a Casa da Câmara, a igreja e o açougue.



Figuras 41 e 42 – Macapá (1761), à esquerda, e Mazagão (1770), à direita.

Outra nova cidade que vale a pena referir, pela sua importância, é Mazagão, onde se previa re-instalar os habitantes da praça africana com o mesmo nome, que se havia abandonado, e os habitantes de uma aldeia próxima, Santana. Para realizar o levantamento da área e riscar a nova vila foram escolhidos um italiano e um português, respectivamente, Domingos Sambucetti e Ignacio da Costa Moraes Sarmento. Apesar do relevo acidentado tornar mais complicada a instalação de um tecido urbano regular, levou-se a cabo um nivelamento do terreno com vista a manter a rigorosidade do traçado. Este é baseado numa sequência de linhas horizontais e verticais com espaçamentos 56-4-56-4-56-4... braças, correspondendo a medida menor ao sistema viário. A praça é o resultado da supressão de um dos quarteirões. Este traçado aproxima-se bastante das práticas urbanísticas espanholas.

Um exemplo brasileiro que deve, pela sua pertinência para o caso de estudo deste trabalho, ser mencionado, é Serpa. Projectada por Filipe Strum, é o único caso de uma fundação brasileira em que surge um traçado radial, associado a uma praça hexagonal. A cidade é formada por dois «anéis» de quarteirões, com habitações nos seus quatro lados. Na praça central erguer-se-ia a Igreja, com fachada a SE, e no lado diametralmente oposto, a Casa de Câmara. Quando se compara Serpa com a Praça dos Imperadores e as casas que a constituem, salta à vista a escala desmesurada da povoação brasileira: cerca de 320 palmos

de raio na circunferência inscrita no hexágono contra os 150 de Manique. Quando se atenta nos fogos, sendo aqui cinco por banda, as suas proporções são bastante diversas, desenvolvendo-se a planta mais no sentido da largura que no da profundidade. O interior dos quarteirões é formado por quintais.

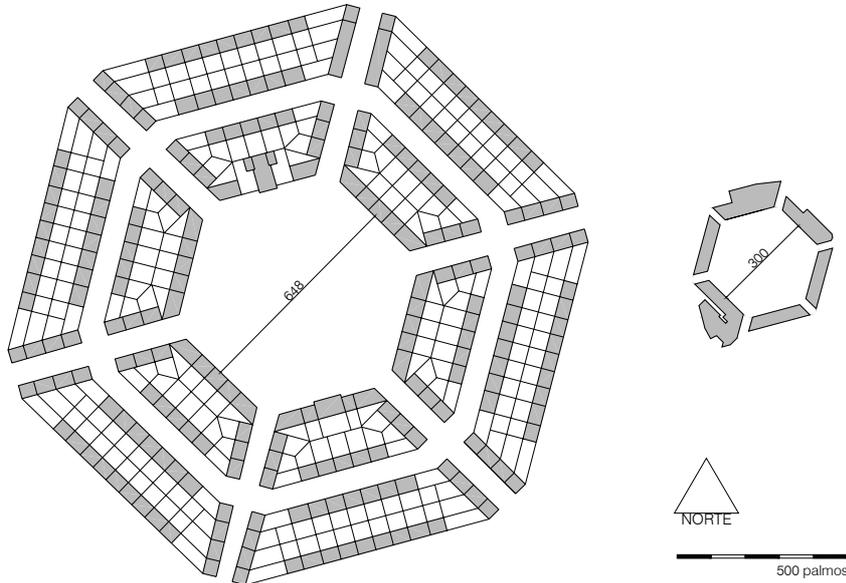


Figura 43 – Desenho comparativo entre Serpa e a Praça dos Imperadores em Manique do Intendente.

Mas o Marquês de Pombal dedicou atenção a outros territórios coloniais, como a Índia. Aqui houve, a dada altura, a intenção de construir uma digna capital. Para tal, pensou-se numa renovação da velha Goa ou na construção de uma capital nova em Pangim. Desta última alternativa conhece-se um projecto da época pombalina. “ *A iniciativa integrava-se numa estratégia global do governo do Marquês de Pombal de associar a uma nova forma política de centralização de poder a uma nova forma urbanística e arquitectónica.*”⁴² Pangim foi projectada com um traçado ortogonal, tentando respeitar as implantações dos palácios e quintas das famílias mais importantes. As suas métricas são claramente filiadas na experiência urbanística portuguesa.

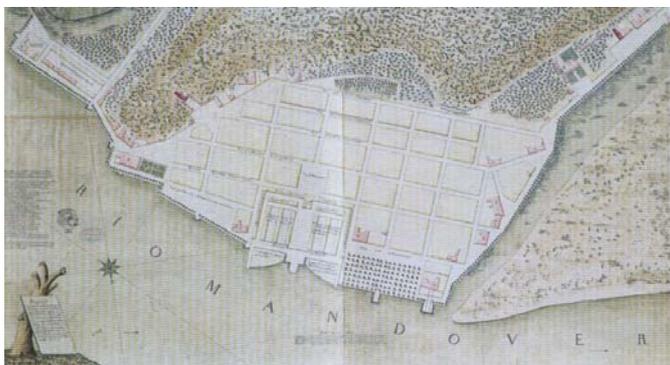


Figura 44 – Plano para Pangim, José Morais Antas Machado, 1776.

Nela deu-se particular atenção à zona ribeirinha, do estuário do rio Mandovi, com uma linha arborizada e a instalação do porto militar. Duas praças, uma denominada Praça dos Comerciantes e a outra Praça para Mercado e Ribeira de Pesca situam-se nesta área e existe ainda uma terceira praça, mais central, a

Praça do Pelourinho. Para além disto, várias ruas estavam destinadas a diversos ofícios (serralheiros, lagareiros, caldeireiros, comerciantes de quinquilharias, etc).

3.4 Casos em Portugal

Do urbanismo da segunda metade do século XVIII, em Portugal, são de salientar três exemplos. A Baixa de Lisboa, o modelo incontornável, Vila Real de Santo António, a primeira cidade construída de raiz no país desde há muito, e Porto Covo, que tem a característica de ser uma obra de iniciativa privada.

Aquele que foi apelidado de estilo pombalino nasce de circunstâncias extraordinárias, *“partiu das necessidades empíricas da reconstrução de Lisboa, subordinando-se às suas regras de economia, em tempo, em custos e na sistematização da construção, com técnicas de pré-fabricação asseguradas por uma larga escala de segurança (gaiola) e de utilização.”*⁴³ Num curto prazo de tempo, a «escola» do urbanismo portuguesa foi obrigada a pôr-se à prova, para responder a um problema real e premente. Da arquitectura «pombalina», diz José Manuel Fernandes⁴⁴: *“o sentido pragmático da época e as exigências funcionais geram então uma arquitectura simultaneamente inscrita na tradição ‘plain’ dos engenheiros militares, nas referências ‘rocaille’ consentidas nos pormenores e na busca de um neoclassicismo que se diria com carácter «estrutural», temporalmente precoce – se olharmos o contexto europeu – e bebido em fontes diversas.”*

3.4.1 A Baixa de Lisboa

A Lisboa joanina não conheceu intervenções de carácter geral. A cidade continua com a sua estrutura medieval, com alguns pólos de interesse, como o Terreiro do Paço e o Rossio, mas sem nunca ter sido alvo de um plano geral de urbanização. Contudo, pelo menos uma grande obra nasce neste período: o aqueduto das Águas Livres. Foi uma obra de longa duração, que pôs à prova as capacidades dos engenheiros militares do País e que deu formação a toda uma geração. Por outro lado, esta experiência já indiciava uma vontade de planeamento urbano na capital.

A Baixa de Lisboa nasce de circunstâncias excepcionais. Em 1755, o sismo de grande magnitude e os incêndios que lhe sobrevieram, destruíram grande parte da cidade, sobretudo na zona da Baixa. Foram executados vários projectos, com diferentes abordagens, desde a manutenção do tecido existente à completa renovação da área, sem referências às estruturas pré-existentes. Estas propostas foram realizadas sob orientação geral de Manuel da Maia,

engenheiro-militar já idoso à época e que, ao tempo de D. João V, havia feito um levantamento do perímetro urbano da cidade de Lisboa⁴⁵. Foi ele quem primeiro pensou no problema, na sua *Dissertação*. O projecto que acabou por ser escolhido ateve-se ao último modo, a renovação do tecido sem atender a implantações anteriores. Tratou-se do plano elaborado por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel. Duas praças são os pontos fulcrais da composição. No interior, o Rossio, totalmente regularizado e, virada ao estuário do Tejo, o antigo Terreiro do Paço, que perdeu a razão do nome e passou a chamar-se Praça do Comércio, sinal dos novos tempos. A nova praça hospedava agora equipamentos como a alfândega, o tribunal e serviços financeiros. As praças estão ligadas por três ruas principais com 60 palmos de largura, tendo as restantes 40 palmos. Os edifícios que compõem o Rossio foram projectados por Mardel, que não mexeu muito na estrutura das restantes edificações previstas no plano (projectadas por Eugénio dos Santos), enriquecendo apenas um pouco o desenho, por intermédio da inserção de pilastras e um desenho mais cuidado dos telhados, introduzindo o telhado germânico de águas sobrepostas.



Figura 45 – Plano de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel para a Baixa de Lisboa.

As fachadas serão também objecto de planeamento cuidado, não deixando nada, ou quase nada ao critério dos futuros proprietários. Por outro lado, cada rua teria igualmente uma especialização funcional.

A Baixa de Lisboa, é muitas vezes apontada com uma aproximação ao neoclassicismo mas “estas qualidades não são, na arquitectura pombalina, uma herança de formas clássicas que Portugal ignorou, mas o resultado da tradição maneirista nacional na qual várias vezes insistimos.”⁴⁶ Pode-se dizer que “próximo do neoclassicismo, o estilo pombalino fica, porém, fora das suas exigências formais e da sua lógica estrutural. Se a arquitectura pombalina tinha,

ela própria, retomado o bom caminho de que fala Cochin, ela não o devia realmente, a relações com o exterior: fizera-o empiricamente."⁴⁷

3.4.2 A Real Fábrica das Sedas do Rato e o Bairro das Águas Livres

A par do projecto de renovação da Baixa lisboeta, outros sectores da cidade foram sendo alvo de planos de urbanização. Uns prevendo o crescimento futuro da cidade e outros colmatando zonas destruídas pelo terramoto de 1755⁴⁸.

As dependências da Real Casa das Sedas são um exemplo do urbanismo do período pombalino, apesar da sua instalação se ter dado no período joanino. A fábrica de sedas de Lisboa foi fundada em 1734 pelo francês Robert Godin, que conseguiu o monopólio do negócio durante 20 anos e uma série de regalias adicionais. A fábrica instalou-se definitivamente em 1741 num edifício construído no Rato para o efeito. Este edifício resultou num esforço financeiro considerável, e a saúde económica da empresa nunca recuperou. Uma série de contratemplos e de quezílias resultaram num fracasso total deste empreendimento. A forma como o negócio foi conduzido foi sempre alvo de crítica do ministro Sebastião de Carvalho e Melo. É este ministro quem integra a Real Fábrica de Sedas do Rato nos bens geridos pela Junta do Comércio em 1757. A sua posição passa a ser encarada como integrante dos planos da cidade. Godin foi reabilitado. Ele e Carvalho e Melo têm ideias semelhantes no que toca ao futuro da fábrica. Por sua iniciativa os teares privados são incorporados na Real Fábrica e esta assume funções corporativas.

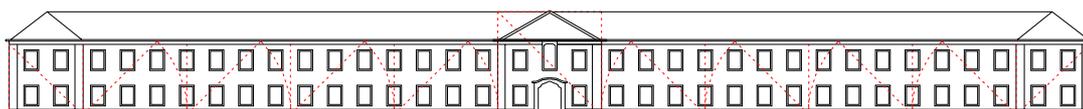


Figura 46 – Alçado do edifício da Real Fábrica das Sedas do Rato, com esquema de proporções sobreposto, segundo Walter Rossa.

No que diz respeito à formalização, temos um pedaço de cidade, um bairro projectado de raiz e com funções específicas, que se revela na constituição de plantas e alçados segundo regras geométricas caras ao nosso urbanismo. O conjunto engloba, além do edifício fabril, uma banda de casas de habitação e comércio. Ambos se organizam segundo módulos claramente identificáveis, que ditam alturas e posicionamento dos vãos. Da constituição da fábrica Walter Rossa⁴⁹ diz que “a traça e implantação do edifício encontram-se no grande palácio civil de tradição europeia, tipologia curiosamente adaptada pelas casas conventuais das imediações (...). Esta tipologia de palácio de corpo central, corpos intermédios e dois torreões (neste caso

escamoteados) está também patente em outras obras nacionais que nesta série adquirem grande importância: *Mafra, Palácio Pombal em Oeiras, frente para o Guadiana de Vila Real de Santo António, etc.*”.

Também na área do conjunto supracitado e englobando-se no planeamento geral do sítio, foi riscado um bairro, o Bairro das Águas Livres, do qual apenas se concluiu um quarteirão. A

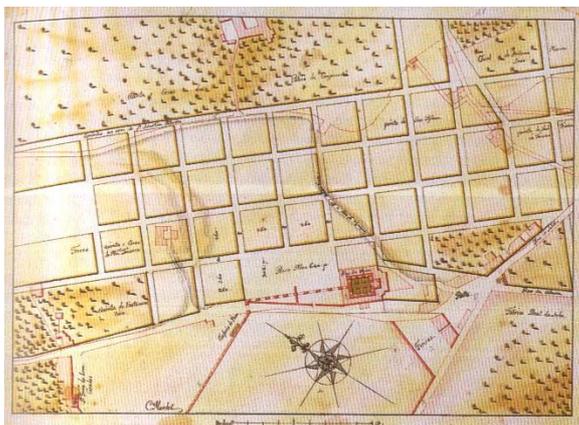


Figura 47 – Plano para o Bairro das Águas Livres.

planta era baseada numa malha de quarteirões quadrangulares com 260 palmos (perfazendo 462 fogos) e estava prevista uma praça com 302 por 640 palmos. Os quarteirões teriam duas bandas de casas ocupando duas frentes opostas, sendo o restante espaço aproveitado para quintal. Cada casa possuía uma porta e uma janela, invertendo-se a sua colocação simetricamente, a partir dum eixo central.

3.4.3 Vila Real de Santo António

Vila Real de Santo António foi mandada construir pelo Marquês de Pombal em 1773, com o



Figura 48 – Plano para Vila Real de Santo António.

objectivo de fomentar a pesca na zona algarvia, dominada que estava pelos espanhóis. O objectivo último do ministro era a «Restauração» do reino do Algarve, aproveitando as suas múltiplas riquezas e a sua privilegiada situação geográfica em termos comerciais, agora que o ouro brasileiro começava a escassear. Para o efeito foi constituída a Companhia das Reais Pescarias do Algarve.

A povoação mais próxima da fronteira espanhola era Monte Gordo, constituída essencialmente por cabanas de madeira assentes em areia movediça, e onde a presença espanhola era preponderante. Decide-se então criar uma vila nova, regular, junto à foz do Rio Guadiana.

O projecto de Reinaldo Manuel dos Santos, elaborado na Casa do Risco das Obras Públicas, em Lisboa, foi rapidamente construído, usando-se o mesmo método da Baixa lisboeta: utilização de elementos pré-fabricados. Em cerca de dois anos a cidade estava erigida, não obstante algumas dificuldades no decurso da edificação. Todavia, e apesar de Vila Real de Santo António ser uma espécie de herdeira do urbanismo *pombalino* que se revelou na Baixa lisboeta, tem claras diferenças. É o resultado da longa tradição do urbanismo português dos engenheiros militares, com o seu pragmatismo e aparente simplicidade, mas realizado em circunstâncias assaz distintas, uma vez que se trata de uma cidade projectada como um todo, em local sem pré-existências, e a Baixa é um fragmento de cidade. Embora qualquer um destes exemplos sugira uma vontade utópica de fazer a cidade, não deixam de ser fruto das circunstâncias muito específicas do sítio, num modo muito português de encarar os problemas da arquitectura e do urbanismo.

A implantação apresenta 41 quarteirões regulares, com ruas nos sentidos Norte/Sul e Este/Oeste. Uma praça quadrada tem instaladas a igreja (a Norte), a Câmara e o Corpo da Guarda (a Este). Os restantes edifícios têm dois pisos, sendo o piso térreo ocupado por espaços comerciais. Os cantos são marcados por torreões e no centro ergue-se um obelisco dedicado ao Rei D. José. Nas costas da praça e virado a Espanha, o edifício da alfândega tem uma fachada de grande aparato, constituindo-se todo o alçado que vira ao rio como um grande alçado unitário, com um corpo central destacado e dois torreões nos extremos. Existem ainda duas pequenas praças quadrangulares, integradas nos quarteirões centrais, numa está instalada uma fonte e a outra serve de apoio a uma estalagem. Apenas na praça central as construções têm dois pisos, as demais apresentam-se térreas e com escalas diferentes.

A cidade tem a forma de um rectângulo de 1930 por 950 palmos, com os lados maiores virados a nascente e poente. As ruas têm 40 palmos de largura. Existe uma homotetia entre o quarteirão-tipo e a forma de génese do plano urbano. Os dois eixos gerados com centro na praça foram intensificados por um aumento da largura do quarteirão-tipo em 10 palmos.

A constituição do traçado deixa entrever uma certa zonificação funcional. Pode observar-se um «eixo espiritual», nas palavras de Horta Correia, que liga o cemitério à igreja, precisamente delineado, que se contrapõe ao eixo do poder, perpendicularmente. *“Os eixos urbanos não estão aqui, portanto, materializados em ruas, como no urbanismo barroco.”*⁵⁰

A toponímia das ruas homenageia a família real e os santos ligados ao Marquês de Pombal, à própria povoação e ao Rei. As ruas longitudinais são: da Rainha, da Princesa, do Príncipe, do

Infante, do Infante D. João e Real de S. José (santo do rei D. José)). As perpendiculares a estas são: Beneditina e Mariana, Clementina e da Victoria (nomes das princesas), de São Sebastião (santo do Marquês de Pombal) e Santo António (santo padroeiro da povoação).

3.4.4 Porto Covo

Finalmente, Porto Covo, que foi obra de um membro da alta Burguesia, Jacinto Fernandes Bandeira. Em 1796 foi nomeado Senhor de Porto Covo e a 15 de Agosto de 1805 foi nomeado Barão de Porto Covo. O plano da povoação é referido num Decreto de 31 de Maio de 1794⁵¹.

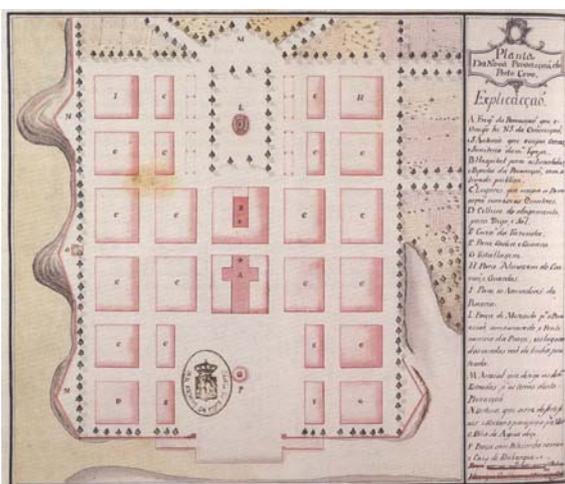


Figura 49 – Plano para Porto Covo.

O arquitecto foi Henrique Guilherme de Oliveira filho de Joaquim de Oliveira que havia estado envolvido nos planos da reconstrução de Lisboa⁵².

A povoação apresenta, em plano, planta rectangular, com os lados menores a Norte e Sul. Possui duas praças: uma relacionada com o porto e a outra, a Praça do Mercado, a um extremo, que se abre para o território segundo um esquema radioconcêntrico de três estradas. A

primeira, a Praça do Poleirinho, alberga a Igreja, Casa de Câmara e Cadeia, a Fazenda e o pelourinho. Foram também previstos celeiro, armazém de carvão e estalagem. A praça do Mercado é arborizada e aloja o hospital para inválidos e expostos e uma fonte pública. Duas características deste plano que se devem destacar pela sua novidade são a introdução da arborização, na praça do Mercado, como foi dito, e marcando uma espécie de alameda em torno da povoação, constituindo o seu limite, e também a introdução do tridente que constitui a entrada em Porto Covo.

Contudo, este plano não foi executado: a implantação fez-se bastante mais afastada do mar do que o previsto, apenas uma praça foi construída e ainda assim com algumas diferenças relativamente ao plano de que se falou.

-
- ¹ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*; Volume II; 10ª edição; Palas Editores; Lisboa; 1984; pp313.
- ² Idem – Ibidem; pp393.
- ³ Cf. Idem – Ibidem; pp323.
- ⁴ Cf. ROSSA, Walter – *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*; IPAAR; Lisboa; 1990; pp334.
- ⁵ Cf. TAVARES, Adérito, PINTO, José dos Santos – *Pina Manique: um homem entre duas épocas*; Casa Pia de Lisboa; Lisboa; 1990; pp51.
- ⁶ Cf. ROSSA, Walter – «A Cidade Portuguesa» in *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*; Livraria Almedina; Coimbra; 2002; pp334.
- ⁷ Cf. LAVEDAN, Pierre – «Projets d'urbanisme à Paris au XVIII^e siècle» in *L'évolution de l'urbanisme au XVIII^e siècle*; Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa; 1972 ; pp7.
- ⁸ Idem – Ibidem; pp7.
- ⁹ Cf. OLIVERAS SAMITIER, Jordi – *Nuevas Poblaciones en la España de la Ilustración*; Fundación Caja de Arquitectos; Barcelona; 1998; pp57.
- ¹⁰ Idem – Ibidem; pp59.
- ¹¹ Idem – «El proyecto de Sabatini para la ciudad de San Carlos en la Isla de León y el ocaso de la ciudad renacentista» in *Urbanismo e historia urbana en el mundo hispano: segundo simposio, 1982*; Tomo II; coordenação de António Bonet Correa; Editorial de la Universidad Complutense de Madrid; Madrid; 1985; pp916.
- ¹² VIGO TRASANCOS, Alfredo – *Arquitectura y Urbanismo en El Ferrol del Siglo XVIII*; Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia; Santiago de Compostela; 1984; pp157.
- ¹³ Cf. OLIVERAS SAMITIER, Jordi – Op. Cit; 1998.
- ¹⁴ Cf. CHUECA GOITIA, Fernando – «Madrid y las reformas de Carlos III» in *Urbanismo e historia urbana en el mundo hispano: segundo simposio, 1982*; Tomo II; coordenação de António Bonet Correa; Editorial de la Universidad Complutense de Madrid; Madrid; 1985; pp927 e seg.
- ¹⁵ CORREIA, José Eduardo Horta – «Urbanismo» in *Dicionário da arte barroca em Portugal*; direcção de José Fernandes Pereira; Editorial Presença; Lisboa; 1989; pp507.
- ¹⁶ Cf. CHUECA GOITIA, Fernando – *Breve história do urbanismo*; 4ª edição; Editorial Presença; Lisboa; 1982; pp107.
- ¹⁷ Cf. STOOP, Anne de – *Quintas e palácios nos arredores de Lisboa*; Livraria Civilização Editora; [S.l.]; 1999; pp15-16.
- ¹⁸ ROSSA, Walter – «A Cidade Portuguesa» in *A Urbe e o Traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*; Livraria Almedina; Coimbra; 2002; pp312.
- ¹⁹ Cf. PEREIRA, José Fernandes – «O barroco do século XVIII» in *História da arte portuguesa*; Vol. III; 3ª edição; Temas e Debates; Lisboa; 1999; pp56.

-
- ²⁰ CALADO, Margarida – «Urbanismo e poder no Portugal do século XVIII» in *Lisboa iluminista e o seu tempo*; Universidade Autónoma de Lisboa; Lisboa; 1994; pp173.
- ²¹ Cf. PEREIRA, José Fernandes – *A acção artística do primeiro patriarca de Lisboa*; Quimera; Lisboa; 1991; pp48.
- ²² GOMES, Paulo Varela – *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII*; Caminho; Lisboa; 1988; pp13.
- ²³ Cf. ANACLETO, Regina – *História da arte em Portugal: neoclassicismo e romantismo*; volume 10; Publicações Alfa; Lisboa; 1986; pp22.
- ²⁴ BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira – *Polivalência e contradição, a tradição seiscentista: o barroco e a inclusão de sistemas eclécticos no século XVIII, a segunda geração de arquitectos*; dissertação de Doutoramento; Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa; Lisboa; 1990; pp28.
- ²⁵ Cf. Idem – *Ibidem*; pp28.
- ²⁶ Cf. ANACLETO, Regina – *Op. Cit*; pp24.
- ²⁷ Cf. FERNANDES, José Manuel – *Arquitectura portuguesa: uma síntese*; Imprensa Nacional-Casa da Moeda; [S.l.]; 2000; pp61.
- ²⁸ Cf. Idem – *Ibidem*; pp53.
- ²⁹ Idem – *Ibidem*; pp61.
- ³⁰ ARAUJO, Renata Malcher de – *As cidades da Amazónia no século XVII: Belém, Macapá e Mazagão*; 2ª edição; Faup Publicações; Porto; 1998; pp44.
- ³¹ FERNANDES, José Manuel – *Op. Cit*; pp52.
- ³² SEIXAS, Jozé de Figueiredo – *Tratado D’Aruação*; manuscrito; 1762. [BNL]
- ³³ SERRÃO, Vítor – «José de Figueiredo Seixas» in *Dicionário da arte barroca em Portugal*; direcção de José Fernandes Pereira; Editorial Presença; Lisboa; 1989; pp444.
- ³⁴ MOREIRA, Rafael – «Tratados de arquitectura» in *Dicionário da arte barroca em Portugal*; direcção de José Fernandes Pereira; Editorial Presença; Lisboa; 1989; pp492.
- ³⁵ NEGREIROS, Jozé Manoel de Carvalho – *Jornada pelo Tejo*; tomo quinto; manuscrito; 1792. [BNL]
- ³⁶ GOMES, Paulo Varela – *Op. Cit*; pp110.
- ³⁷ ROSSA, Walter – *Op. Cit*; 2002; pp286.
- ³⁸ Cf. DELSON, Roberta Marx – *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planeamento aepacial e social no século XVIII*; Edições Alva-CIORD; Brasília; 1997; pp14.
- ³⁹ Cf. ROSSA, Walter – *Op. Cit*; 2002; pp291.
- ⁴⁰ Idem – *Ibidem*; pp289. [extraído das cartas régias de (re) fundação de cidades em meados do século XVIII no Brasil, publicadas por Paulo Santos (1968)].
- ⁴¹ Cf. ARAUJO, Renata Malcher de – *Op. Cit*.

⁴² CARITA, Hélder – *Palácios de Goa: modelos e tipologias de arquitectura civil indo-portuguesa*; 2ª edição; Quetzal Editores; Lisboa; 1996; pp175.

⁴³ FRANÇA, José Augusto – «Estilo Pombalino» in – *Dicionário da arte barroca em Portugal*; direcção de José Fernandes Pereira; Editorial Presença; Lisboa; 1989; pp370.

⁴⁴ FERNANDES, José Manuel – Op. Cit; pp60.

⁴⁵ Cf. PEREIRA, José Fernandes – Op. Cit; 1999; pp154.

⁴⁶ FRANÇA, José Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*; Bertrand Editora; Venda Nova; 1983; pp304.

⁴⁷ Idem – Ibidem; pp304.

⁴⁸ Cf. ROSSA, Walter – Op. Cit; 2002; pp318.

⁴⁹ Idem – Op. Cit; 1990; pp110.

⁵⁰ CORREIA, José Eduardo Horta – *Vila Real de Santo António: urbanismo e poder na política pombalina*; 2ª edição; Faup Publicações; Porto; 1997; pp925.

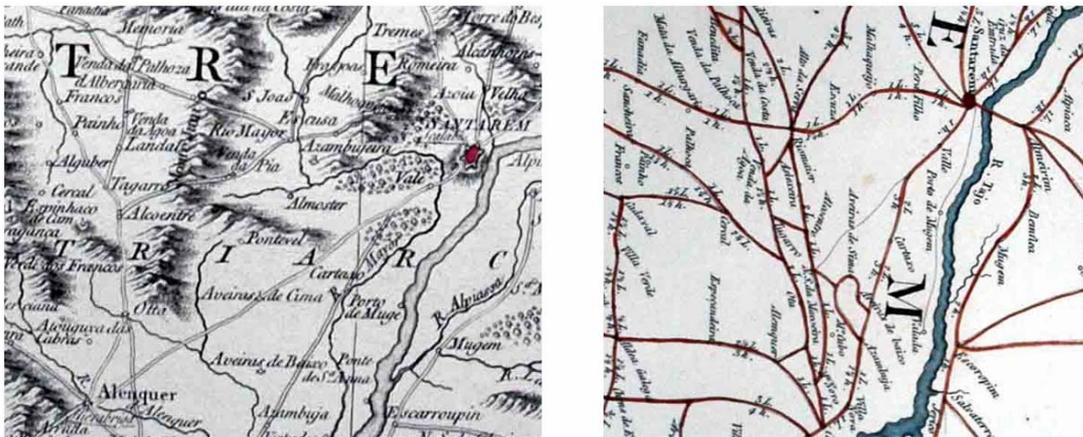
⁵¹ Cf. QUARESMA, A. Martins – «Porto Covo: um exemplo de urbanismo das Luzes» in separata dos *Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*; Vol. II; 2ª série; Real Sociedade Arqueológica Lusitana; Santiago do Cacém; 1988; pp207.

⁵² Cf. Idem – Ibidem; pp208.

Capítulo 4 – Propostas de Reconstituição

4.1 Inserção no território

Manique do Intendente está localizada poucos quilómetros a Este de Alcoentre, e a Sudoeste de Santarém. Actualmente a via principal de acesso à povoação é a que liga Alcoentre ao Cartaxo (que se desenha sensivelmente na direcção Oeste/Este). São também importantes as ligações a Arrifana, para Norte, e a Maçussa (que segue para Pontével e Aveiras de Cima), para Sul (ver figura 53).

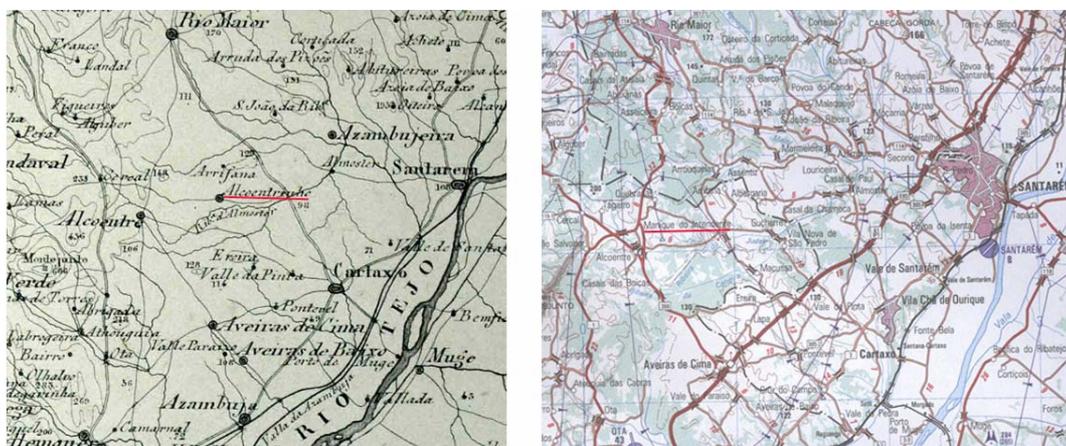


Figuras 50 e 51 – À esquerda, «Mappa ou carta geographica dos Reinos de Portugal e Algarve», 1790; à direita, «Map of the roads of Portugal», 1811.

Tentando perceber qual a posição relativa de Manique, a nível regional, e na época, consultei alguns mapas datados de finais do século XVIII e início do século XIX. Sabe-se que nessa altura (década de 90 do século XVIII) se deu atenção à ligação entre Lisboa e Santarém, e entre Lisboa e as Caldas da Rainha (ver página 29, capítulo 3). Essas duas vias de comunicação mantêm-se em todos os mapas consultados, atestando a sua importância: ligam a capital ao Norte do País, uma pelo litoral, passando por Mafra e Torres Vedras e a outra mais interior, pelo vale do Tejo (Vila Franca, Azambuja, Santarém), evitando as Serras de Montejunto e Candeeiros. Várias ligações entre estas duas vias principais aparecem nos vários mapas, nem sempre coincidindo, das quais se destacam a ligação entre o Carregado – Alenquer – Torres Vedras e Santarém – Rio Maior – Caldas da Rainha. Na área do Carregado nasce uma via igualmente importante, que conduz à cidade de Leiria, passando por Alcoentre e Rio Maior.

Mesmo que Manique surja nesta posição geográfica porque aí tinha o Intendente as suas terras, a implantação implicaria necessariamente uma inserção no território que tomasse em

conta as vias de comunicação existentes. Possivelmente existiria, para Sul, uma ligação à estrada que ligava Lisboa a Santarém, por Bucelas, Alenquer e Aveiras de Cima), via esta que surge desenhada em mapas datados do fim do século mas desaparece em mapas mais tardios (ver figuras 50 e 51). Seria por esta estrada que se faria a aproximação a Manique do Intendente, pelo Sul, e de Lisboa. Ela passaria pela Maçussa, como hoje, e, num troço final, transformar-se-ia no eixo monumental que remata no Palácio do Intendente. No sentido Este/Oeste, uma estrada faria, com certeza, a ligação entre as duas vias principais de ligação Norte/Sul, já citadas. Na «Carta Geographica de Portugal», de 1865, a povoação está assinalada, ainda com o nome de Alcoentrinho. Neste, uma estrada atravessa a localidade. Para Oeste leva ao Cercal – Cadaval – Bombarral – Óbidos e para Este, intersecta a ligação entre o Cartaxo e Rio Maior.



Figuras 52 e 53 – À esquerda, «Carta Geographica de Portugal», c. 1865; à direita, carta militar actual da mesma área.

4.2 Traçado e Forma Urbana

Reconstituir o traçado original desta povoação sem quaisquer outros dados do que aqueles que existem no terreno revela-se uma tarefa com um carácter bastante especulativo. Contudo, ainda que as conclusões, e os desenhos propostos, não sejam mais que suposições, possibilidades entre tantas outras, a sua apresentação poderá auxiliar a perceber que tipo de urbanismo seria este.

O risco urbano teria necessariamente que partir das duas peças efectivamente construídas: o palácio e a praça hexagonal. Um terceiro elemento tem também um papel preponderante: a via de acesso à povoação, que se apresenta como um eixo hoje apenas visual, mas que teria com certeza outro tipo de compromisso com o traçado inicialmente previsto. Das relações que se estabelecem entre este e os dois pólos construídos começaram a reunir-se alguns dados.

Considerando-se esse eixo que aponta sensivelmente ao centro do Palácio e cruzando-o com

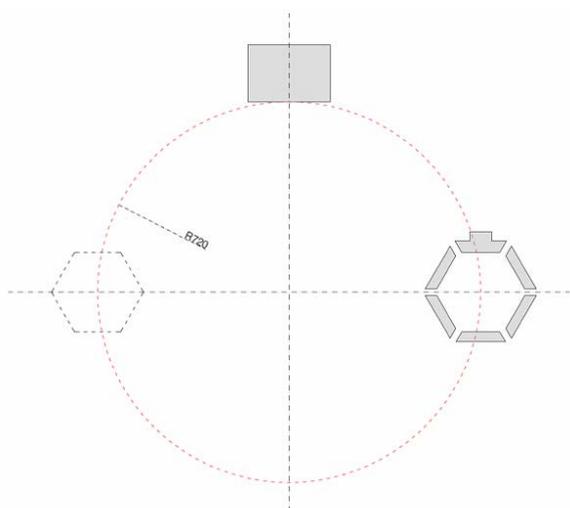


Figura 54 – Esquema que mostra a posição relativa do Palácio e da Praça.

um outro eixo hipotético, traçado pelo centro da Praça, obtemos um ponto que é, aproximadamente, o centro de uma circunferência que passa pelo centro da praça e que é, por coincidência ou talvez não, tangente à fachada principal do Palácio. Esta circunstância «geométrica» permite avançar uma primeira possibilidade: a de existir uma segunda praça hexagonal, em posição análoga à existente, simetricamente colocada em relação à estrada de Lisboa. Tal circunstância permitiria reforçar e validar

essa via de entrada na nova povoação, que seria nesse caso também um eixo de simetria. Esta hipótese pode ser fortalecida se se imaginar que existirão alguns equipamentos que aí se poderiam situar, como aqueles relacionados com funções comerciais ou artesanais. Na Praça dos Imperadores temos, recorde-se, a Casa de Câmara, possivelmente casas para juizes, o pelourinho e casas de habitação que, pela constituição do alçado, não aparentam ter possuído lojas no piso térreo. E, ainda que desconheçamos que tipo de edifício ocuparia o lado Sul, sendo esta a praça dedicada ao poder civil, podem imaginar-se erguidos nela um celeiro público (em Vila Real de Santo António estava prevista a sua construção no mesmo bloco da Casa de Câmara e Cadeia) ou uma alfândega. Adjacente ao Palácio-Igreja é certo que se abriria também uma terceira praça, mas seria condizente com a sua dignidade a presença de um açougue, por exemplo? Por outro lado, sabe-se que em Manique do Intendente se realizava feira franca, possivelmente em recinto previsto para o efeito. É possível que a segunda praça hexagonal proposta reunisse esse tipo de funções. Recapitulando, teríamos três praças: uma praça nobre enquadrando o Palácio do Intendente, a Praça dos Imperadores, ligada ao poder civil e, finalmente, uma segunda praça hexagonal, que albergaria funções comerciais.

A especialização funcional do tecido urbano, nomeadamente das praças, não é estranha ao urbanismo português. Assim como é dado adquirido que os edifícios relevantes para a vida pública se concentram em praças. Tais aspectos são alvo da atenção de Figueiredo Seixas, no «Tratado de Ruação» e de Carvalho de Negreiros, na «Jornada pelo Tejo». Carvalho de Negreiros refere que os palácios e igrejas, assim como todos os edifícios públicos devem ter frente para as praças, e que as praças terão diferentes usos, como o comércio de produtos

frescos, a realização de feiras, o alojamento de artesãos... Figueiredo Seixas propõe os seguintes edifícios para se localizarem na praça central da cidade: o palácio real, a catedral, o Tesouro Real, a casa do Senado e da Câmara. Noutras praças erguer-se-iam os conventos, o arsenal das munições reais, as cavaliças militares, os armazéns de contrato real e o açougue. As igrejas paroquiais, os palácios dos fidalgos e os conventos menores poderão situar-se em praças ou, em alternativa, em ruas principais.

No Brasil, embora muitas novas cidades apenas possuíssem uma praça, algumas, mais tardias, começaram a ser projectadas com duas praças, separando a Igreja do Pelourinho. Tal é o exemplo da vila de Silvez (fundada em 1759, em que uma praça alberga pelourinho e Casa de Câmara e, numa outra, se ergue a Igreja) e também de Macapá (41). Como Serpa, também Silvez foi riscada por Strum. Em Vila Real de Santo António, a praça principal alberga os mais importantes edifícios públicos (igreja, casa de câmara, corpo da guarda), mas o pelourinho foi erguido numa praça secundária, e uma terceira praça, igual a esta e simetricamente localizada no plano, serve uma estalagem. O mercado,

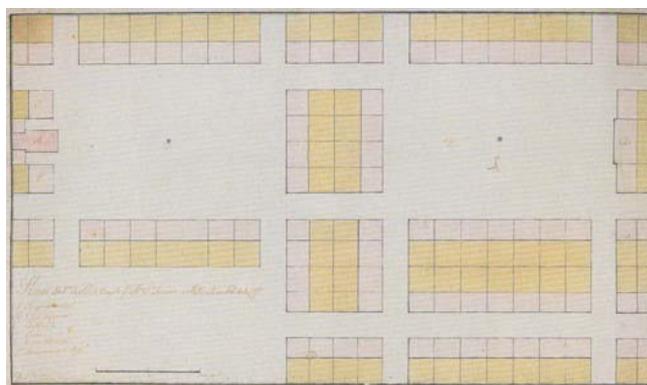


Figura 55 – Silvez.

esse, não se realizava em qualquer destes locais. No plano para Porto Covo (ver figura 49), exemplo de menor dimensão, duas praças, assentadas costas com costas reuniriam, igreja, casa de câmara e cadeia, fazenda e pelourinho, na primeira, e mercado, hospital e fonte, na segunda. Também o exemplo da reconstrução da Baixa lisboeta expõe um traçado baseado na articulação entre duas praças, funcionalmente distintas. Ou o exemplo, já citado no texto, de Pangim (ver figura 44), cujo plano reúne três praças (dos comerciantes, para mercado e ribeira de pesca e do pelourinho), assim como tem, igualmente, uma especialização funcional das ruas.

Uma questão fulcral é a da forma urbana. É muito complexo perceber que forma seria esta, uma vez que as questões a equacionar são muitas e quase infinitas as possibilidades. Em primeiro lugar, desconhece-se se a nova vila teria sido projectada como um todo ou se permitiria a expansão posterior, ou seja, se se tratava de um projecto fechado ou não, embora seja provável que se tratasse efectivamente de um plano finito. Outra questão é a da dimensão da nova povoação. Três referências podem dar algumas pistas, neste caso: os exemplos existentes, as características geomorfológicas do sítio, que necessariamente impõem limites à urbanização, e os preceitos teóricos.

A dimensão das povoações aparece muitas vezes ligada à dimensão da sua praça principal, o que pode ajudar a definir um intervalo razoável de tamanho para Manique. Renata Araújo¹, apoiando-se em proposta de José Manuel Fernandes, sintetiza as relações entre essas medidas do seguinte modo: pequenos centros, praça com 250 palmos (55 metros); centros intermédios, praça com 500 palmos (110 metros); grandes centros, praça com 1000 palmos (220 metros). A nível teórico, Figueiredo Seixas² propõe as seguintes medidas, de acordo com a importância da localidade: capital, 125 braças de lado (1250 palmos ou 275 metros); província, 96 braças de lado (960 palmos ou 211 metros); vila, 65 braças de lado (650 palmos ou 143 metros); paróquia, 36 braças de lado (360 palmos ou 79 metros). Considerando a Praça dos Imperadores como referência, temos um hexágono em que se inscreve uma circunferência com 300 palmos (66 metros). Comparando com as dimensões supracitadas, Manique do Intendente seria um pequeno centro, uma paróquia. De especial relevância é o caso de Vila Real de Santo António, cuja praça central é um quadrado com 330 palmos de lado (72 metros). Em termos de área, a praça de Manique, com cerca de 3770 m², está entre a da vila algarvia (5270 m²) e os pequenos núcleos brasileiros (3025 m²).

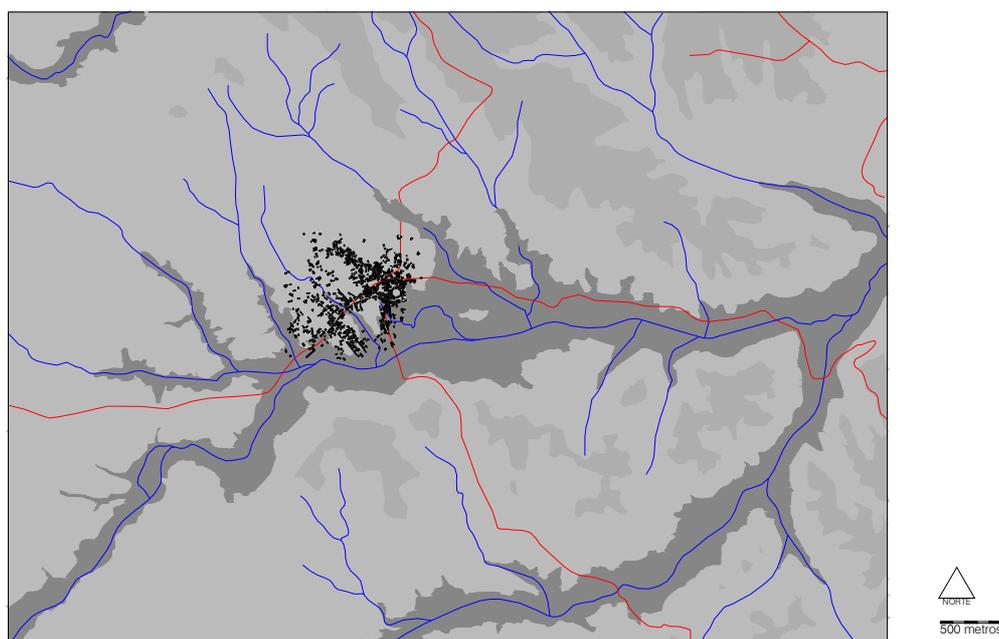


Figura 56 – Planta do território envolvente de Manique do Intendente: relevo, linhas de água (a azul) e principais vias (a vermelho).

Quanto às características do sítio, temos a vila enquadrada por três linhas de água: a Sul, a ribeira do Judeu ou Almoester, a Oeste e a Este por dois afluentes à mesma ribeira e a Norte por uma elevação, o Cabeço. No que diz respeito a distâncias, temos, a partir do Palácio, 650

metros até à ribeira do Judeu, 620 até ao vale situado a Nascente e 840 até à linha que define o vale a Poente. A vila está implantada num declive pouco acentuado, entre as cotas 50 e 60, que se estende em direcção à ribeira do Judeu.

Relativamente à forma propriamente dita, a esmagadora maioria dos casos de produção portuguesa têm forma rectangular, com relações proporcionais diversas. Mas Manique tem uma característica peculiar, que é possuir uma praça hexagonal, o que pode introduzir uma variação tanto na forma geral da povoação como, necessariamente, no seu traçado. Relativamente à forma, temos como exemplos de formas hexagonais Serpa, no Brasil, Avola e Granmichele, ambas na Sicília, e La Carolina. Esta última toma a forma de um hexágono, «esticado» ao longo de um dos eixos (ver figura 25). Serpa é centrada numa única praça hexagonal, limitada por quarteirões trapezoidais, com quintais interiores. Uma segunda linha de quarteirões rodeia estes.

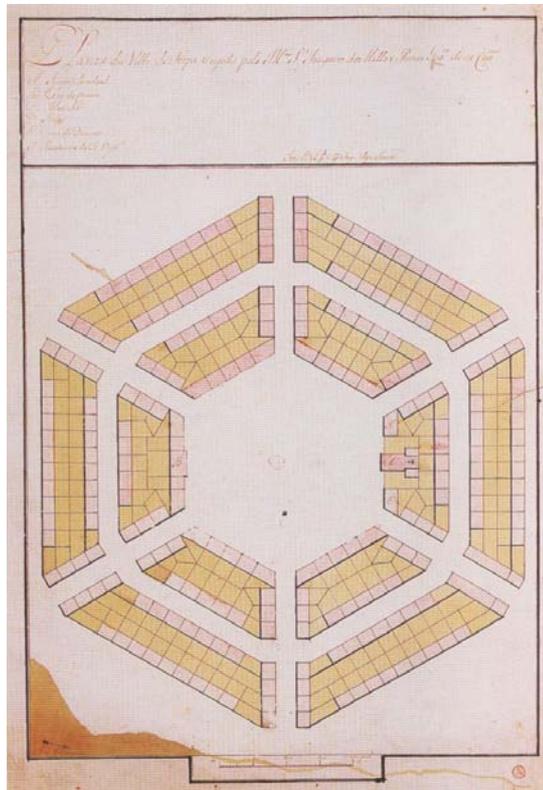


Figura 57 – Serpa.

Curiosamente esta praça, em Serpa, tem a exacta orientação da praça de Manique (ver figura 43), embora a sua escala seja bastante maior, como já foi referido. Granmichele (ver figura 57) apresenta um traçado composto por ruas radiais saindo do meio de cada lado de uma praça central hexagonal. Avola (ver figura 56), cujo projecto inicial tinha prevista uma fortificação exterior (que acabou por não ser construída), tem uma praça central quadrada, e possui um traçado reticular. O mesmo acontece em La Carolina: temos um traçado reticular encaixado na forma exterior, em que dois eixos assumem especial importância, cruzando-se no centro da nova povoação. Um é a estrada que conduz a Madrid e o outro, vindo de Sevilha, dá acesso ao Palácio do Intendente e Igreja. Penso que qualquer destas formas é crível para Manique do Intendente: ou a rectangular, ou a hexagonal, fruto da tradição de influência vitruviana que, como vimos, aparece ainda neste século XVIII, na Europa.

Estes exemplos conduzem-nos a um outro impasse. Com a mesma forma, as cidades citadas apresentam traçados diferentes: se Serpa e Granmichele possuem um traçado de base radial,

Avola e La Carolina funcionam com um sistema estritamente ortogonal. Em Manique, se a praça hexagonal, com ruas abertas nos ângulos, com nomes de imperadores romanos, indicia um traçado radial, a quase totalidade da experiência urbanística portuguesa aponta no sentido de um traçado de base reticular. A hipótese do traçado radial deixa-nos, pois, com o problema acrescido da falta de exemplos para comparação. Mas existe ainda uma terceira possibilidade: a da conjugação, num mesmo tecido, dos dois sistemas (ver figura 64).



Figura 58 e 59 – Vistas aéreas de Avola, à esquerda, e de Grammichele, à direita.

Um dado fundamental que transparece da análise da disposição dos elementos existentes (praça e palácio) é a probabilidade de existir uma malha reticular que organizaria o risco. Tal era predominantemente o caso das fundações *ex novo*, tanto no Brasil como nos casos portugueses estudados, ainda que muitas vezes essa característica dos novos traçados seja bastante maleável, ou seja, a malha não é rígida: veja-se o exemplo de Vila Real de Santo António em que os quarteirões nascidos da praça central são acrescidos de 10 palmos, reforçando a sua importância.

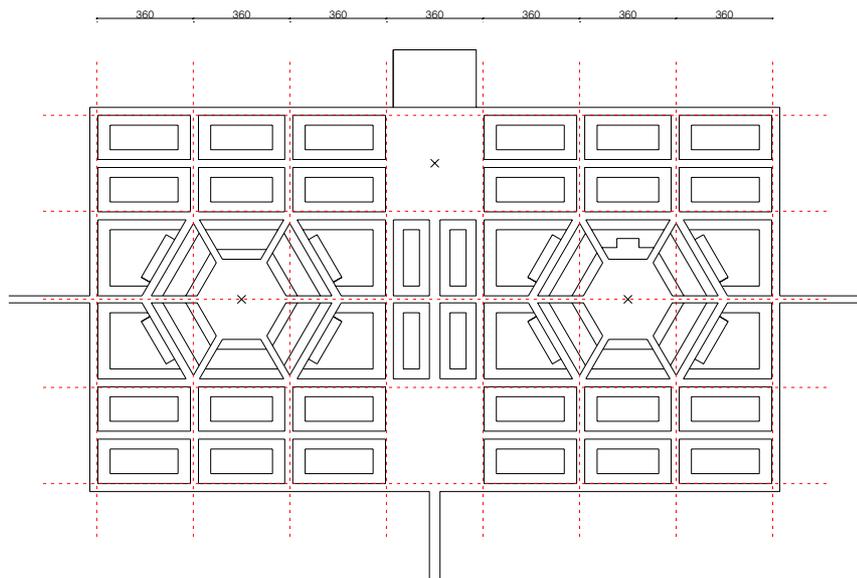


Figura 60 – Esquema que mostra a malha sobreposta a uma das propostas de reconstituição apresentadas.

No caso de Manique, consegue-se encaixar uma trama com medidas entre 330 e 360 palmos. Serão 7 módulos de 360 palmos no sentido longitudinal e 2 módulos de 360 e outros tantos de 330 no sentido transversal, correspondendo os últimos aos quarteirões centrais (ver figura 58). Esta medida, 360, está relacionada com a medida do centro da praça dos Imperadores ao eixo central ($720 \text{ palmos} - 360 \times 2 = 720$), - o mesmo comprimento corresponde à distância da fachada do Palácio à linha perpendicular ao eixo central, e que passa pelo centro da Praça (ver figura 60). Esta malha está na base do desenho do traçado: ela dá a implantação dos quarteirões (agrupados os rectangulares em grupos de dois) e também os vazios das praças.

De referir ainda uma particularidade do tecido urbano actual de Manique do Intendente: um pouco afastada da área envolvente das duas peças estudadas (Praça e Palácio) existe uma zona onde o traçado viário sobressai pela sua regularidade. As casas aí existentes não aparentam, na sua maioria, ter mais que poucas décadas. Como não há referência que indique ser uma área de urbanização recente, penso poder tratar-se de um cadastro da mesma época da intervenção do Intendente, possivelmente um parcelamento agrícola ou mesmo um estabelecimento anterior a 1791 (data do alvará que dá conta da criação de Manique do Intendente), uma vez que existem referências ao estabelecimento de colonos açorianos nesta povoação antes dessa data. De facto, na carta militar, a área é identificada como *Ilhas* (ver figura 59). A hipótese encontra validade no facto de os tamanhos das parcelas corresponderem a medidas em palmos (130). Contudo, não existe qualquer relação reconhecível entre essa área e as peças referidas. Por esse facto, não tive em conta esta área nas propostas que exponho de seguida.



Figura 61 – Planta de Manique do Intendente: as linhas a vermelho são espaçadas a 130 palmos.

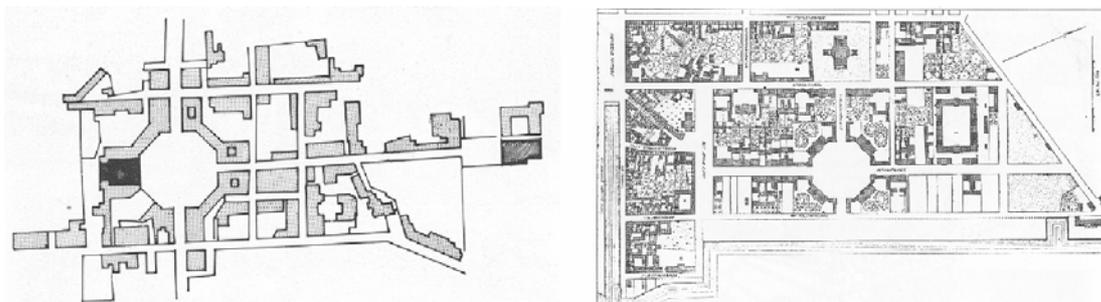
4.3 Propostas de Traçado Urbano

A partir dos dados disponíveis e das considerações acima descritas, tentei ensaiar uma possível reconstituição do traçado original da vila. Serve o presente texto para explicar o processo de re-desenho e as opções tomadas. Na verdade, a proposta acaba por se dividir em duas, baseadas num mesmo traçado, mas com formas urbanas distintas.

A proposta de traçado baseia-se numa malha ordenadora do traçado, no eixo para Lisboa como eixo de simetria, na existência de uma via no sentido transversal, que faz ainda hoje a ligação entre Alcoentre e o Cartaxo, e na possibilidade de existirem múltiplas praças, o que, como já foi visto, era um tema caro aos teóricos da época (Figueiredo Seixas e Carvalho Negreiros referem a sua importância) e procedimento comum em experiências coevas (europeias e portuguesas).

Parte-se então da colocação de uma segunda praça hexagonal, simetricamente colocada em relação à existente, tendo como eixo a via de acesso ao Palácio (ver figura 54). Dessas duas praças sairiam então doze ruas dedicadas a doze imperadores... o que, em termos simbólicos, poderá fazer sentido. Doze Imperadores como doze são os imperadores de Suetónio³ ou como doze são também o número de bustos de imperadores nos jardins do Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras. Nesta praça, e como também já ficou dito, poderiam situar-se equipamentos públicos como o mercado e o açougue, e espaços comerciais.

Quando atentamos nos exemplos do nosso urbanismo, verifica-se que todos os traçados, com a excepção conhecida de Serpa, têm uma matriz reticular. As ruas cruzam-se ortogonalmente, as praças são quadradas ou rectangulares. As ruas diagonais e as praças



Figuras 62 e 63 – À esquerda, San Lorenzo Nuovo, à direita, Praça e Bairro de Amalienburg.

poligonais que aparecem em outras paragens, tão caras do período iluminista, não surgem no nosso país, marcado por uma forte tradição prática no urbanismo. Mas, é incontornável o facto de que, tendo Manique uma praça de forma hexagonal, isso introduz obrigatoriamente uma variação. Especificamente sobre o tema das praças poligonais fiz uma pesquisa, tentando perceber como se articulam estas praças com o restante traçado. Frequentes no século XVIII, estas praças surgem fundamentalmente em dois tipos de situação: ou se encaixam num sistema ortogonal, sem o perturbar, ou surgem como geradoras de um traçado radioconcêntrico. Como exemplos da primeira situação podem apontar-se San Lorenzo Nuovo (finais do século XVIII), Las Navas de Tolosa e La Carolina e a praça Amalienburg (Copenhaga), e da segunda, Palmanuova (1593) e Hamina (Finlândia, 1723). Se as primeiras seguem a tradição das *plazas mayores* espanholas ou das praças reais nascidas em França, as segundas são essencialmente fruto das teorias em torno da cidade ideal com bases vitruvianas. Ocorre então a primeira dúvida em relação ao traçado original de Manique, pois a Praça dos Imperadores não pertencerá certamente ao primeiro grupo, porque as ruas que dela saem, a cada ângulo, indiciam uma participação mais forte no sistema viário global. Põe-se então a primeira hipótese: seria o traçado de Manique baseado exclusivamente num jogo de radiais? Tal hipótese tem as suas maiores fraquezas na difícil concordância entre um traçado deste tipo e a regularidade dos quarteirões e na total ausência de tradição urbanística portuguesa neste sentido. Assim, optei por não desenvolver mais essa possibilidade, ainda que não a exclua totalmente. Deste modo o desenho que optei por desenvolver resulta de um compromisso entre um traçado ortogonal, mais «tradicional», no seguimento das experiências pombalinas, e as ruas diagonais.

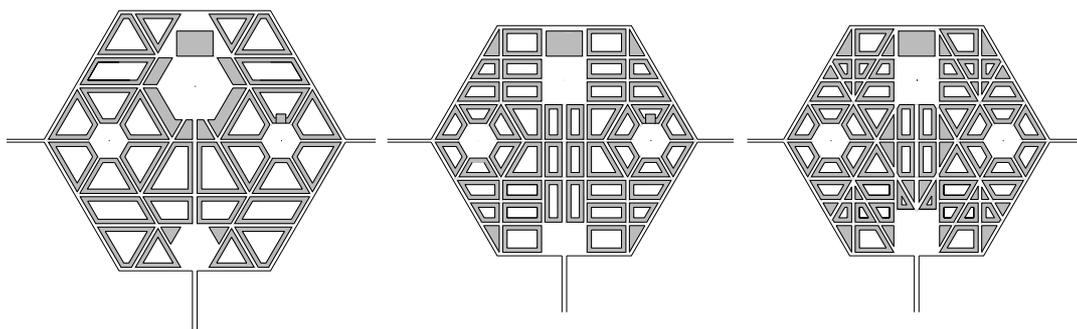


Figura 64 – Três possibilidades de traçado, com perímetro hexagonal: radial, reticular ou a conjugação dos dois primeiros.

O desenho nasceu do cruzamento entre a malha, as praças hexagonais, e a implantação do Palácio, e afinou-se recorrendo-se às medidas dos fogos (conhecidos) e dos lotes (propostos, segundo relações que se queriam plausíveis à vista dos exemplos estudados). Temos então que as medidas dos fogos-tipo são, recorde-se, 23 palmos de largura por 37 de profundidade.

Por outro lado, as vias que partem da Praça dos Imperadores têm, no local, entre 24 a 26 palmos, não se descortinando qualquer primazia de nenhuma das medidas. Optei por considerar a medida de 26 palmos, pois existe uma relação matemática entre esta e 30, através do ângulo que resulta da figura geométrica hexágono ($30 \times \text{seno } 60^\circ = 25,98$). Quando medi a largura da estrada para Lisboa, à embocadura da ponte, a medida resultante ronda os mesmos 30 palmos. Aqui surge uma hesitação: as medidas sugeridas por Figueiredo Seixas são 50 palmos, por Carvalho Negreiros, 40, e nos casos estudados, Bairro das Águas Livres e Vila Real de Santo António, igualmente 40 palmos, sem qualquer diferenciação de largura que indicie alguma hierarquização. Na Baixa de Lisboa existem duas medidas: 40 e 60 palmos. Mas, sem qualquer registo em contrário no qual me apoiar, decidi reconstituir o traçado viário com base nas observações locais: 26 ou 30 palmos como largura das ruas, com uma excepção: para a via de acesso à igreja optei pelos 40 palmos. Refira-se que essas medidas estão dentro dos limites propostos, 150 anos antes, por Serrão Pimentel⁴: ruas principais com 30 a 35 palmos e ruas secundárias com 25 a 30 palmos de largura.

Da aplicação destes princípios nascem as propostas de implantação urbana apresentadas [ver figuras XXXI e XXXII, em anexo]. Estas têm a ortogonalidade como regra, sendo a maioria dos quarteirões de formato rectangular, aproximando-se as suas proporções do duplo quadrado, e gerando-se duas áreas de excepção, que se cruzam: numa os quarteirões adaptam-se ao formato das praças hexagonais, contendo-as, na outra, os quarteirões rodam 90 graus, acompanhando o sentido do eixo de Lisboa e reforçando a sua importância. Aparece aqui uma quarta praça que nasce da necessidade de equilíbrio do desenho e porque parece verosímil existir uma espécie de «sala» de entrada na povoação, à semelhança do que sucede no plano de Porto Covo, por exemplo.

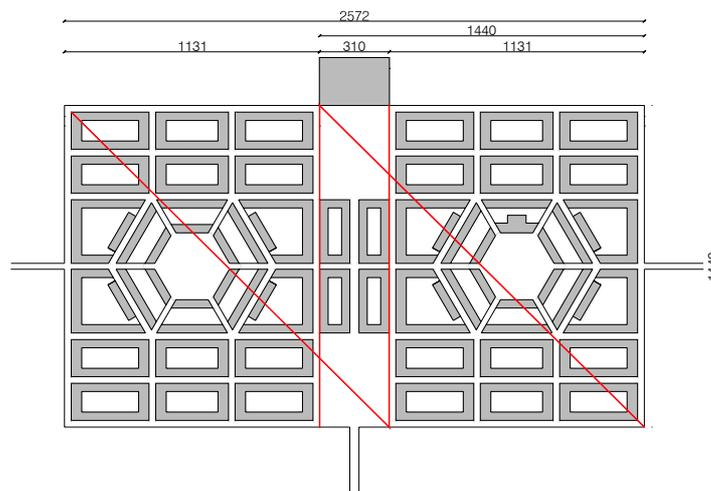


Figura 65 – Esquema proporcional da proposta com perímetro rectangular.

Quanto ao perímetro da povoação, já fui levantando a questão: este seria rectangular ou hexagonal. Uma vez que acho que ambas são viáveis, apresento as duas hipóteses. Atente-se em primeiro lugar na forma rectangular [ver figura XXXIII, em anexo]: procurei conjugar a malha de quarteirões e as praças (as propostas e a existente Praça dos Imperadores) numa forma com uma dimensão adequada e que fizesse algum sentido em termos proporcionais. A proposta resulta num rectângulo formado por dois quadrados cuja intersecção é a área correspondente à zona central do tecido, equivalendo à largura da fachada do Palácio, como se pode observar no esquema (ver figura 65). Ficamos então com um rectângulo com cerca de 2570 palmos de comprimento, por 1440 palmos de largura. Recorde-se que Vila Real de Santo António tem 1930 por 950 palmos, o que faz com que Manique ocupe uma área substancialmente maior. Contudo, tendo esta proposta quatro praças e uma maior área de quintais no interior dos quarteirões, a densidade de construção é bastante menor. Por outro lado, comparei estas dimensões com o plano de La Carolina. Esta sim é consideravelmente maior: aproximadamente 3900 palmos por 1900, o que fará sentido numa cidade que foi pensada para ser a sede do governo, a capital, das novas povoações andaluzas. Face a estes exemplos, e assumindo que o Intendente não teria a ambição de construir uma cidade como La Carolina, parece razoável considerar a hipótese descrita (ver figura 67).

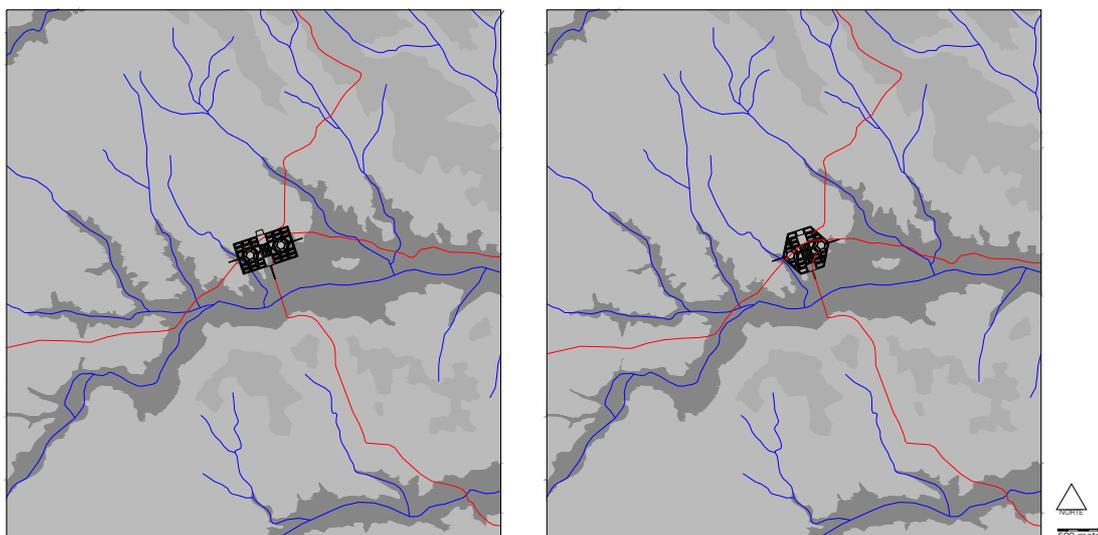


Figura 66 – Esquemas de inserção territorial para as duas hipóteses de traçado.

Quanto à forma hexagonal [ver figura XXXIV, em anexo], e usando a mesma malha de quarteirões, obtém-se um hexágono cuja área é um pouco menor que a proposta anterior. É interessante notar que a área que ocupa é muito semelhante à que Figueiredo Seixas propõe para uma paróquia (ver figura 67). Comparando as duas hipóteses (rectangular e hexagonal), pode observar-se que ambas levantam diferentes problemas. Na proposta hexagonal é mais

Figura 67 – *Desenho comparativo entre as propostas para Manique do Intendente, Vila Real de Santo António, La Carolina e a proposta de Figueiredo Seixas para uma paróquia.*

complicado resolver o desenho dos quarteirões limítrofes, mas consegue-se uma disposição mais equilibrada entre as quatro praças. Por outro lado, ao inserir as duas hipóteses no terreno, a implantação hexagonal fá-lo de uma forma quase perfeita, enquanto a hipótese rectangular se sobrepõe parcialmente a declives pronunciados [ver inserções no território nas figuras XXX e XXXI, em anexo]. Outra diferença entre os dois desenhos é a relação que se estabelece entre o Palácio-Igreja e a restante edificação. No primeiro caso, o palácio fica em posição semelhante à que apresenta o Palácio do Intendente em La Carolina, à margem da restante povoação e deixando espaço a que se desenvolva na sua retaguarda um jardim e/ou quinta de recreio. No segundo caso, o Palácio aparece mais integrado no tecido urbano, mas mantendo a área posterior livre.

Uma última palavra para as duas praças quadradas propostas: no caso do desenho de forma rectangular, essas duas praças têm as mesmas dimensões: aproximadamente 360 palmos por 420 palmos. Essas medidas resultam do acréscimo de duas ruas de 30 palmos, no sentido longitudinal, a um quadrado de lado 360. Na segunda proposta, com o perímetro hexagonal, essas duas praças têm tamanhos distintos. A que se abre frente ao palácio mantém as mesmas dimensões que no caso anterior, mas a outra vê a sua área reduzida para uma medida mais próxima das praças hexagonais. De facto, ela mediria 330 palmos por 360 palmos, que são o resultado de um acréscimo de 30 palmos no sentido longitudinal, e de 60 palmos no transversal. Deste modo a figura base é um quadrado com 300 palmos de lado (lembro que o diâmetro do círculo inscrito nas praças hexagonais é igualmente 300 palmos).

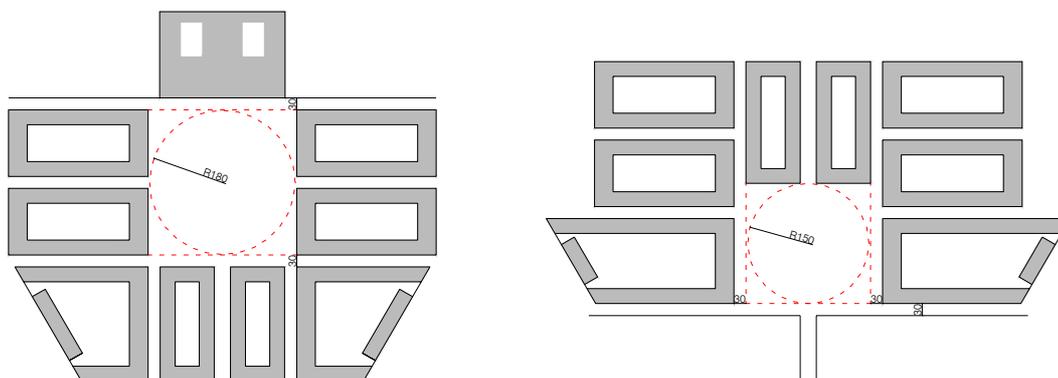


Figura 68 – Esquema que mostra as dimensões das praças.

Uma questão que interessa levantar é a localização da estrada que liga Alcoentre ao Cartaxo. Também aqui há uma indecisão entre duas hipóteses. Passaria essa estrada pela praça que se abre na frente do Palácio? Ou coincidiria com o centro geométrico dos desenhos, unindo as duas praças hexagonais? A segunda suposição parece fazer mais sentido, apenas a largura das ruas (cerca de 26 palmos) que saem da Praça dos Imperadores, é um ponto a

desfavor. Contudo, face às cotas do terreno, é quase impraticável a primeira possibilidade, que obrigaria igualmente a um grande desvio, para se conectar com a via, que passaria, com certeza, uma cota mais baixa, e mais próxima da linha de água.

4.4 Reconstituição dos Quarteirões

Passo agora a explicar os desenhos propostos para os quarteirões. Da observação dos exemplos existentes, resulta evidente que as casas possuíam quintais, o que parece também ser indicado pelo tipo de vãos das traseiras das casas existentes e a sua disposição interna, com as cozinhas localizadas nesse lado. Quanto aos vãos, eles são de menores dimensões que os que se abrem noutras paredes, pelo que o mais provável é que não tivessem sido realizados para abrir para um espaço público. A questão sobre o encerramento, ou não, dos quarteirões nos seus quatro lados parece insolúvel pois ambas as situações ocorrem no urbanismo português, pelo que mantenho em aberto ambas as possibilidades.

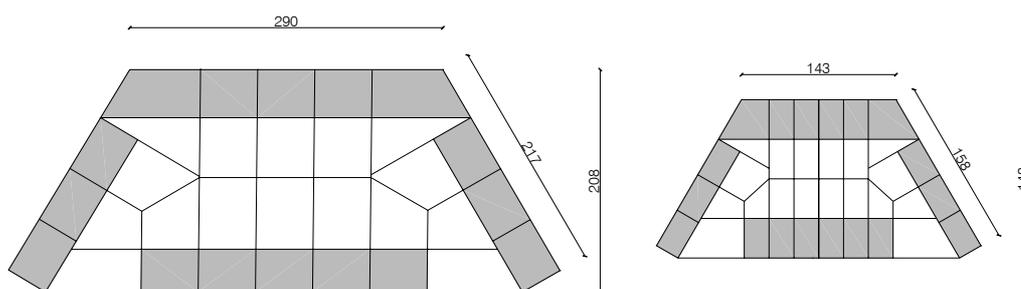


Figura 69 - À esquerda, quarteirão para Serpa, à direita, proposta de quarteirão para Manique do Intendente.

O primeiro caso que tentei reconstituir foi o dos quarteirões que constituem a Praça dos Imperadores (ver figura 70), dos quais apenas foram construídas as bandas de seis casas. Parti, obviamente, da implantação dos fogos existentes. À profundidade do lote (37 palmos) acrescentei um quintal com o mesmo comprimento, no que resulta um quarteirão formado por duas bandas de casas, ocupando os lados maiores, e respectivos quintais, num total de 148 palmos de largura. Os dois lados restantes foram deixados sem construções, não sendo o quarteirão, portanto, completamente fechado. A opção justifica-se pois não existem vestígios de qualquer das casas dos topos ter tido outras construções adossadas e a existência de vãos nas suas traseiras não facilita que tal aconteça. É igualmente complicado conjugar as localizações dos lotes nos ângulos. Ainda assim, e partindo do exemplo de Serpa, do qual se conhecem com rigor as implantações dos lotes, ensaiei uma proposta alternativa para este quarteirão, em que os seus quatro lados estão preenchidos (ver figura 69).

O segundo tipo de quarteirão que proponho é de forma rectangular, fechado nos seus quatro lados. O fogo usado tem as mesmas dimensões dos anteriores. Nestes quarteirões o quintal tem 46 palmos de comprimento, o que possibilita a colocação de quatro lotes, de 23 palmos de largura, nos dois lados menores do rectângulo. O quarteirão tem 166 palmos de largura por 345 ou 322 palmos de comprimento, correspondendo respectivamente, aos quarteirões limítrofes e aos que deitam às praças quadradas, e aos centrais.

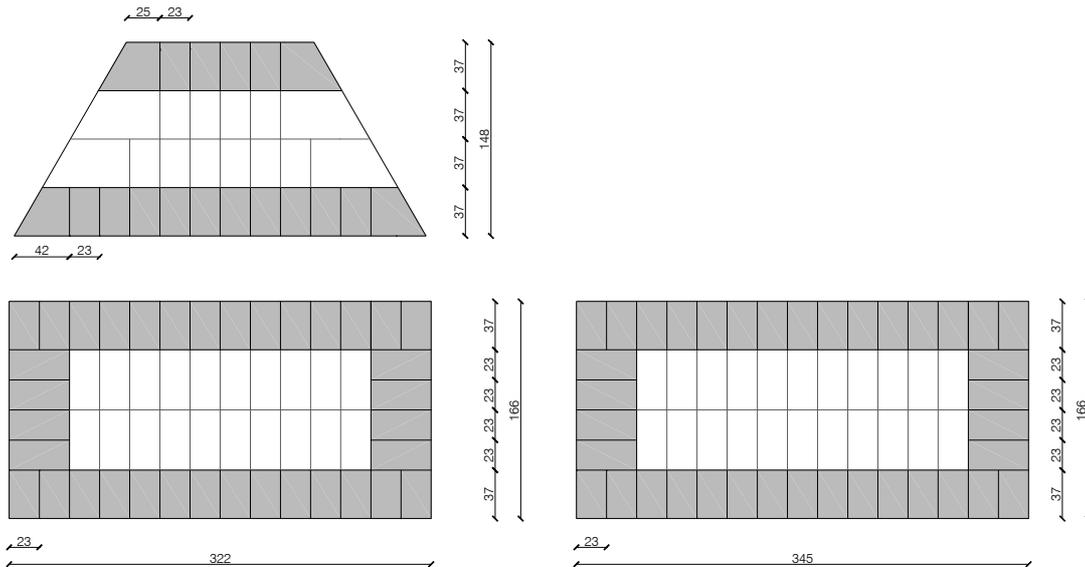


Figura 70 – Quarteirões propostos.

Note-se que estes desenhos foram realizados tendo em vista um desenho geral do traçado urbano, ao qual se adequam, pelo que existirão muitas outras possibilidades de reconstituição.

4.5 Reconstituição do Fogo-tipo

Analisando agora as casas que compõem a praça, existem quatro grupos de seis habitações construídos e, destas habitações, quatro foram completamente refeitas há algumas décadas. Cada banda de casas tem cerca de 142 palmos (quatro fogos com largura de 23 palmos, e os dois nos topos com 25 palmos). A altura até ao telhado é de cerca de 30 palmos, variando de acordo com as pendentes do solo. Os telhados foram sendo refeitos com variadas alturas, mas parece admissível que a altura original total correspondesse à proporção de ouro (com base no módulo 23), o que dá aproximadamente 37 palmos. Note-se que, deste modo, e visto que a profundidade do fogo são os mesmos 37 palmos, o corte transversal será quadrangular.

Estas relações entre altura, largura e profundidade são análogas às que se podem observar no Bairro das Águas Livres, já citado anteriormente no texto.

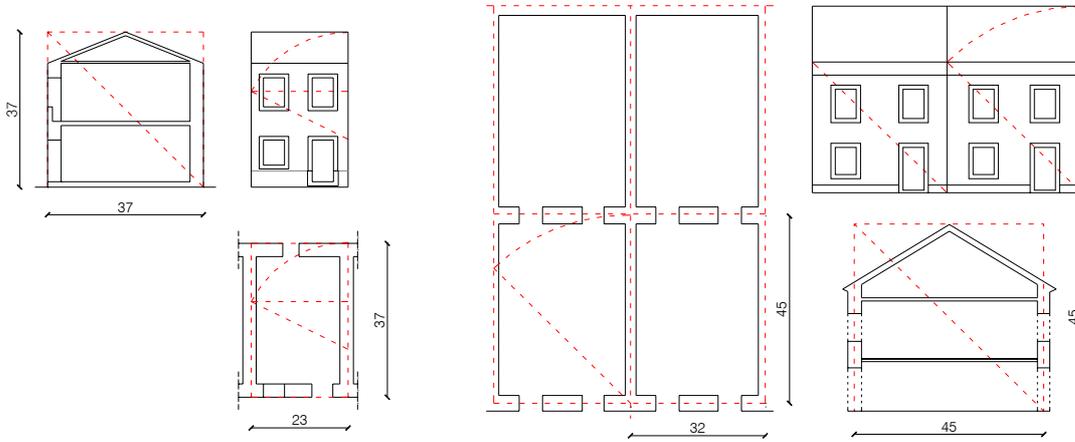


Figura 71 – Desenho comparativo entre os fogos-tipo de Manique do Intendente e os do Bairro das Águas Livres (segundo Walter Rossa).

Recorde-se que cada habitação, no alçado que deita à Praça, se compõe de uma porta e uma janela no rés-do-chão e duas janelas no piso superior. Este esquema de janela-porta alternadas espelha-se a partir do centro num esquema A-B-A-B-A-B-B-A-B-A-B-A. Exceptuando as quatro casas que foram reconstruídas totalmente, apenas em dois casos este esquema não se verifica (ver figura 11). Os espaços entre os vãos são de aproximadamente 4.6 palmos (observe-se que este número corresponde a um quinto do módulo 23), e nos extremos, 3.7, embora existam pequenas variações, certamente resultantes do processo de construção. O número 4.6 é igualmente um quarto de 18.4, sendo este valor muito aproximado da metade da profundidade do fogo (18.5). Os alçados laterais têm de comprimento aproximadamente 42 palmos; esta medida é resultado da aplicação do coeficiente $\sqrt{2}$ à altura da habitação.

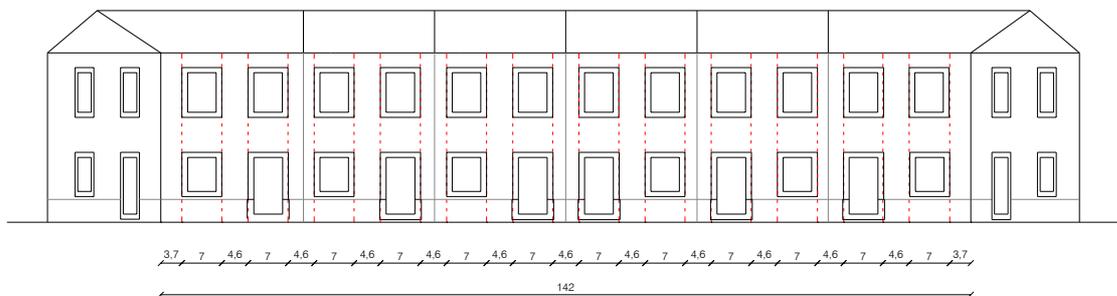


Figura 72 – Fachada-tipo de uma banda de 6 casas, cotada.

Quanto aos vãos e à sua disposição podemos referir que janelas e portas foram realizadas segundo relações proporcionais: as portas frontais têm cinco por dez palmos (duplo quadrado) e as janelas superiores do mesmo piso têm cinco por sete palmos (numa proporção $\sqrt{2}$). Na fachada da Praça, cada fogo tem as suas aberturas dispostas de tal modo que se consegue traçar um rectângulo de proporção $\sqrt{2}$ pelo exterior das suas molduras de pedra (com 18,6 palmos de largura, aproximadamente). Nas fachadas laterais, os vãos ocupam uma faixa de 23 palmos, ao centro. Nas traseiras, apenas um dos blocos parece ter alguma unidade de desenho (lado SE, ver figura 74). Nele, cada porta e janela de um fogo, sobrepostas, agrupam-se às do fogo adjacente, ocupando também uma faixa de aproximadamente 23 palmos. Esta medida repete-se no espaço intermédio. As portas, com quatro palmos de largura por oito palmos de altura, mantêm a relação proporcional das portas da fachada oposta (duplo quadrado).

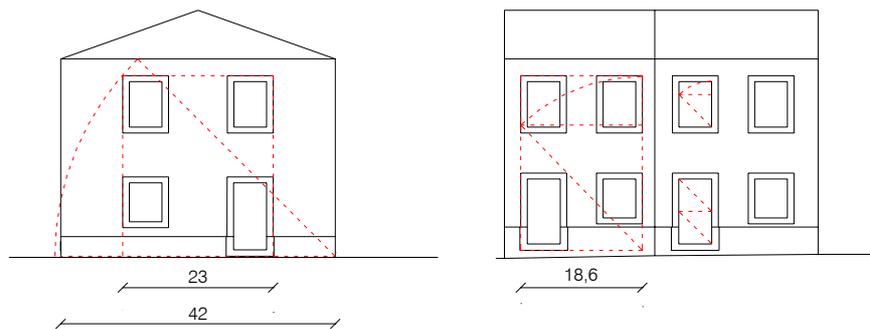


Figura 73 – À esquerda, alçado lateral dos fogos dos extremos, à direita, alçado para a Praça de duas casas.

A reconstituição das fachadas do fogo-tipo e das bandas de seis fogos [ver figuras XIX a XXII, em anexo] fica completa com as observações acima. Apesar das alterações verificadas em algumas casas, sobretudo nas traseiras, os levantamentos efectuados revelam dados suficientes para perceber o risco original.

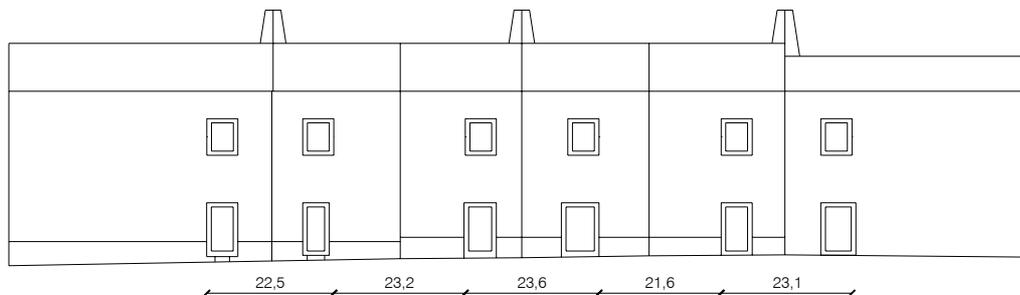


Figura 74 – Alçado das traseiras das casas do lado SE.

No que diz respeito aos interiores das habitações, das 24 habitações que existem, quatro foram demolidas (casas c, d, e, f) e reconstruídas totalmente, duas albergam as instalações da Cruz Vermelha (w e x) e uma terceira é actualmente uma dependência bancária (a), pelo que os seus interiores foram refeitos e uma outra (s) encontra-se em avançado estado de degradação. Restam deste modo 16 habitações. Dessas, realizei o levantamento interno de cinco (b, j, o, q e t), espalhadas pelas quatro bandas [ver figuras VII e VIII, em anexo]. Nenhuma planta se repete na actualidade. A maioria delas foi alterada pelo actual proprietário. Apesar disso, foi-me dito que originalmente uma das casas do lado SE (o) apresentaria disposição semelhante a uma outra (q) na mesma banda. A planta apresenta uma escada, localizada sensivelmente ao centro da casa, colocada paralelamente à fachada. Desta forma separa a sala de entrada da cozinha, onde uma chaminé se encosta a um dos cantos externos. No vão das escadas existe uma pequena casa-de-banho. Em cima, dois quartos assumem a mesma disposição. Esta planta resolve o problema que se colocava ao tentar conjugar a disposição das chaminés (agrupadas a cada dois fogos) com as portas de entrada que, nos três fogos à esquerda se situam ao lado direito, invertendo-se a posição nos três fogos mais à direita [ver figuras IX e X, em anexo]. A habitação que apresenta esta organização possui ainda interiores em madeira (escadas e piso intermédio).

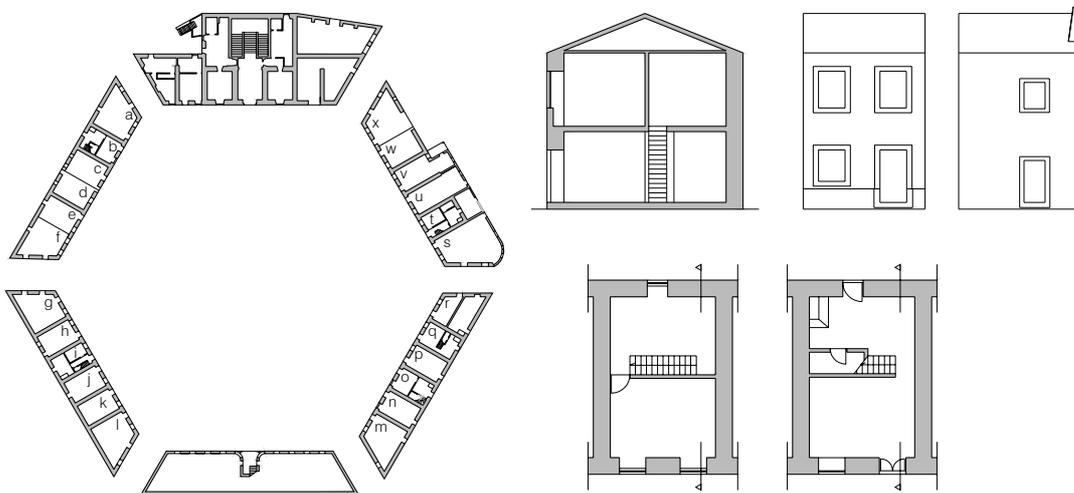


Figura 75 – À esquerda, Praça dos Imperadores: estado actual das habitações; à direita, reconstituição do fogo-tipo.

4.6 Reconstituição das Fachadas do Palácio

Do Palácio apenas trabalhei na reconstituição das fachadas, ainda que isso tenha, necessariamente, implicações na planta. No respeitante à fachada principal, ela está

praticamente completa sendo a secção em falta facilmente reconstituída a partir do que existe. A única alteração consiste na forma do frontão que remata o corpo da Igreja. Aí optei pelo frontão quebrado, que surge no desenho original (?) do Palácio (ver figura 21), pois dessa forma acentua-se a verticalidade provocada pelo obelisco [ver figura II, em anexo].

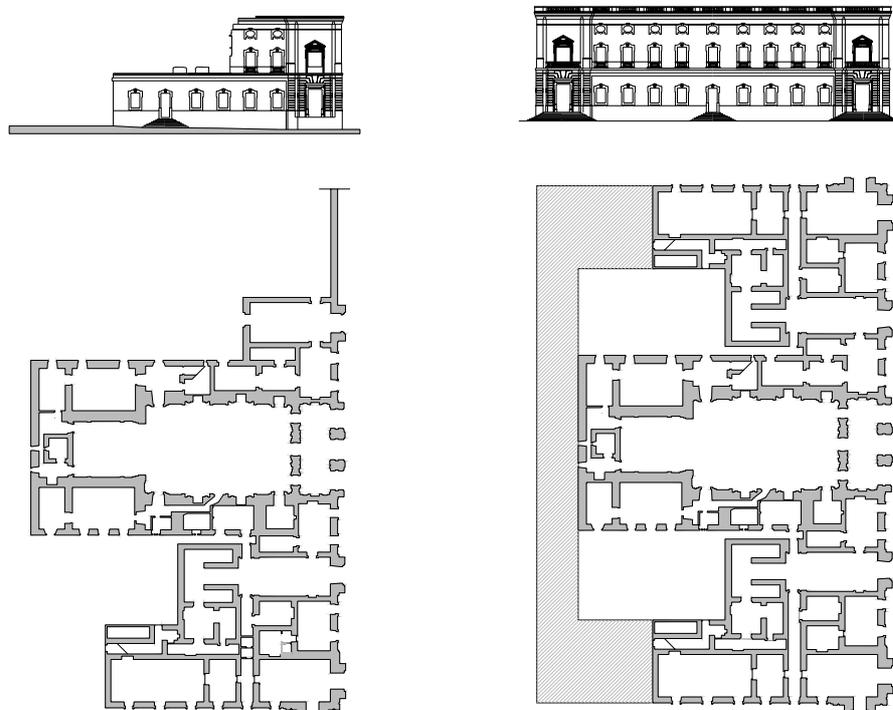


Figura 76 – Reconstituição da fachada lateral do Palácio do Intendente e reconstituição possível da sua planta.

Referentemente à fachada lateral, ela exhibe uma secção terminal semelhante às da fachada principal, seguida de quatro janelas, uma porta e novamente uma janela. No piso superior, às duas primeiras janelas correspondem uma janela e um óculo elíptico, tal como acontece na fachada frontal. A fachada está claramente incompleta. Pelo levantamento efectuado, tornou-se evidente que a porta existente, e que pensei primeiramente tratar-se de uma janela alterada, ter sido efectivamente uma porta, pois os nembos que a ladeiam apresentam maior espaçamento que os restantes. A partir dessa circunstância, usei a porta como eixo de simetria, acrescentando ao seu lado esquerdo três outras janelas. Desta forma, obtive um comprimento de fachada que correspondia ao comprimento (profundidade) da Igreja. Mas, uma vez que esta não possui vãos que abram para as traseiras, parece-me provável que existisse um corpo pertencente ao Palácio, que fechasse os pátios internos, tapasse a parte posterior da Igreja e que tivesse, também ele, uma fachada nobre. Por outro lado, a única ligação interna existente actualmente entre as alas Poente e Nascente do Palácio, é a tribuna/coro-alto da Igreja. É natural que existisse outra forma (mais prática e mais discreta) de

circular de um lado para o outro. Assim desenhei também no topo inexistente uma secção terminal idêntica à actual. Destas considerações resultou o desenho de reconstituição proposto [ver figuras III e IV, em anexo].

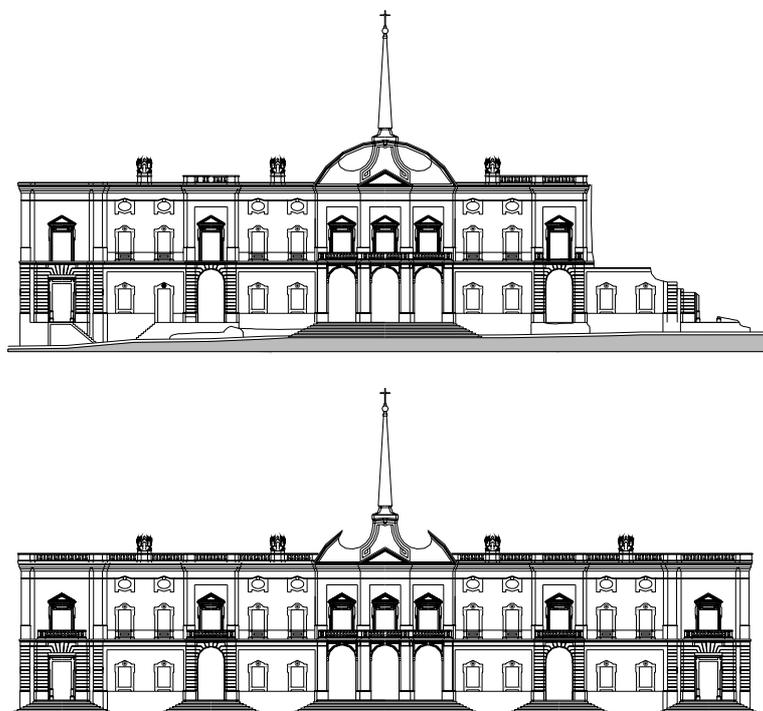


Figura 77 – Alçado principal do Palácio do Intendente: em cima, a situação actual, em baixo, a reconstituição.

¹ Cf. ARAUJO, Renata Malcher de – *A Urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*; dissertação de doutoramento em História da Arte; Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas; Lisboa; 2000.

² Cf. SEIXAS, Jozé de Figueiredo – *Tratado D'Aruação*; manuscrito; 1762. [BNL]

³ SUÈTONE – *Vies des douze Césars*; tradução de Henri Ailloud; 3 volumes; Société d'Édition «Les Belles Lettres»; Paris; 1931.

⁴ Cf. ARAUJO, Renata Malcher de – *As cidades da Amazónia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*; 2ª edição; Faup Publicações; Porto; 1998; pp50.

Conclusão

Realizada escassas duas décadas após Vila Real de Santo António (1773) e contemporânea de Porto Covo, Manique do Intendente, em termos urbanísticos, não se pode filiar nem na profícua escola do urbanismo português feito por engenheiros (com um extenso palco de actuação nas colónias, sobretudo no Brasil), nem no urbanismo pombalino, que descende directamente dessa tradição. Se obviamente não pode fugir às influências de uma tradição tão enraizada, como foi sendo apontado em diversos momentos do texto, tem certamente pontos de contacto que remetem para um tipo de urbanismo mais próximo das diversas experiências que se foram realizando ao longo do século XVIII, na Europa (como as povoações andaluzas de Carlos III em Espanha, ou a reconstrução das povoações destruídas por um terramoto na Calabria, em 1783, em Itália, por mão do mesmo monarca, ou ainda as cidades construídas após o terramoto siciliano de 1693).

Mesmo o pouco que foi construído indicia de modo claro características pouco comuns na prática urbanística da escola portuguesa: a forma hexagonal da Praça dos Imperadores e o Palácio-Igreja. Este é uma peça arquitectónica que assume preponderância no traçado, até pelo diálogo que estabelece com o território, e só tem paralelo, no país, em intervenções pontuais do urbanismo barroco. A Praça, por sua vez, possui o tipo de edifícios que surgem noutros exemplos, nomeadamente no urbanismo pombalino, apoiados numa composição modular e regular, tanto para a implantação como para as fachadas. Há aqui, assim, um encontro entre um tecido urbano «anónimo», que se submete ao traçado, e uma peça que opera de modo precisamente contrário.

Estas influências terão surgido, possivelmente, fruto do ambiente artístico português, mais aberto ao estrangeiro e com um leque de possibilidades mais diversificado, e da vontade do homem que esteve por detrás da sua construção. É sabido que o Intendente prezava as artes, tendo enviado alunos a Roma, para aí efectuarem os seus estudos. Por outro lado esta povoação é igualmente fruto do seu desejo de melhorar a própria sociedade, contribuindo para o progresso do país. O Intendente, como se viu, preocupou-se com a distribuição geográfica da população e com a forma de fomentar as actividades económicas em Portugal (com destaque para a agricultura e a indústria), assim como tomou particular atenção aos problemas de cariz social. E esse cariz social é também uma fundamental diferença face aos exemplos portugueses estudados, sempre ligados aos interesses estatais.

Influências não as deixou: a queda em desgraça do Intendente Pina Manique e conseqüente abandono das obras deixaram-nos com muito pouco construído e, o período conturbado que

se viveu em Portugal nos anos subsequentes (com as Invasões Francesas e a fuga da família real para o Brasil) afectaram necessariamente a produção arquitectónica e urbanística.

Sintetizando, o que temos em Manique é uma interessante conjugação entre a tradição portuguesa e as experiências do iluminismo europeu de carácter mais «barroco», possuindo um programa de cariz marcadamente social (e utópico). Manique seria, possivelmente, a experiência que mais se aproxima, formalmente e em Portugal, do urbanismo setecentista iluminista do resto da Europa.

Índice de Figuras: fontes

[NOTA: salvo indicação em contrário, os desenhos foram realizados pela autora, a partir de levantamentos próprios.]

Figura 1 – (pág. 5) *Aspecto de uma rua de Manique do Intendente*. Fotografia da autora.

Figura 2 – (pág.5) *Aspecto de uma rua de Manique do Intendente*. Fotografia da autora.

Figura 3 – (pág. 6) *Vista aérea de Manique no Intendente e da sua área envolvente*. Instituto Geográfico Português.

Figura 4 – (pág. 10) *Carta militar da área de Manique do Intendente*. Montagem a partir das cartas militares nº 351 e 363 do Instituto Geográfico do Exército, originalmente à escala 1.25000.

Figura 5 – (pág. 10) *Via de acesso à povoação*. Fotografia da autora.

Figura 6 – (pág. 11) *Fotomontagem da Praça dos Imperadores*. Fotografias da autora.

Figura 7 – (pág. 12) *Teatro de São Carlos*. ANACLETO, Regina – *História da arte em Portugal: neoclassicismo e romantismo*; volume 10; Publicações Alfa; Lisboa; 1986; pp 29.

Figura 8 – (pág. 12) *Hospício para inválidos militares em Runa*. NOÉ, Paula – *Edifício do asilo de inválidos militares*; «Inventário do Património Arquitectónico» [em linha]; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1991. <www.monumentos.pt>.

Figura 9 – (pág. 12) *Fachada principal do Palácio do Intendente*. Fotografia da autora.

Figura 10 – (pág. 17) *Esquema de medidas da praça*.

Figura 11 – (pág. 17) *Alçados da Praça*.

Figura 12 – (pág. 18) *Alçados traseiros das casas que compõem a Praça dos Imperadores*.

Figura 13 – (pág. 18) *Lado SE da Praça dos Imperadores*. Fotografia da autora.

Figura 14 – (pág. 19) *Plantas da Casa de Câmara*. Desenhos realizados a partir dos levantamentos de: PEREIRA, José – *Processo de candidatura da “Casa da Câmara” de Manique do Intendente a “Monumento de Interesse Nacional”*; Câmara Municipal da Azambuja; Azambuja.

Figura 15 – (pág. 20) *Casa de Câmara de Manique do Intendente*. Fotografia da autora.

Figura 16 – (pág. 21) *Antigos Paços do Concelho de Santiago do Cacém*. FALCÃO, José, PEREIRA, Ricardo – *Antigos paços do concelho de Santiago do Cacém*; «Inventário do Património Arquitectónico» [em linha]; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1999. <www.monumentos.pt>.

Figura 17 – (pág. 21) *Antiga Casa da Câmara de Arouca*. DORDIO, Paulo – *Antiga casa de câmara de Arouca*; «Inventário do Património Arquitectónico» [em linha]; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1999. <www.monumentos.pt>.

Figura 18 – (pág. 21) *Celeiro Público*. «Vista da Cidade de Lisboa» [1805], Museu da Cidade de Lisboa. <www.sgmf.pt>.

Figura 19 – (pág. 22) *Fotografia Antiga do Palácio*. NOÉ, Paula – *Palácio de Manique do Intendente*; «Inventário do Património Arquitectónico» [em linha]; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1991. <www.monumentos.pt>.

Figura 20 – (pág. 22) *Fachada lateral do Palácio do Intendente*. Fotomontagem (fotos da autora).

Figura 21 – (pág. 23) *Prospecto da Igreja e Palácio do Donatário e Senhor do Solar da V^a de Manique do Intendente padroeyro da mesma Igr^a*. NORTON, José – *Pina Manique: fundador da Casa Pia de Lisboa*; Bertrand Editora; Lisboa; 2004.

Figura 22 – (pág. 24) *Planta do piso térreo do Palácio do Intendente*. Desenho da autora, realizado a partir de elementos fornecidos pela DGEMN.

Figura 23 – (pág. 25) *Palácio-Convento de Mafra*. AAVV – *História da arte portuguesa*; Vol. III; 3^a edição; Temas e Debates; Lisboa; 1999; pp 60: ANF / Instituto Português de Museus, Foto de Arnaldo Soares.

Figura 24 – (pág. 31) *Plano para Versoix, Jean Querret, 1773*. <www.versoix.ch>.

Figura 25 – (pág. 32) *La Carolina*. OLIVERAS SAMITIER, Jordi – *Nuevas poblaciones en la España de la ilustración*; Fundación Caja de Arquitectos; Barcelona; 1998; pp 115.

Figura 26 – (pág. 33) *Las Navas de Tolosa*. OLIVERAS SAMITIER, Jordi – *Nuevas poblaciones en la España de la ilustración*; Fundación Caja de Arquitectos; Barcelona; 1998; pp 103.

Figura 27 – (pág. 34) *Calabria*. SICA, Paolo – *Historia del urbanismo: el siglo XVIII*; Instituto de Estudios de Administracion Local; Madrid; 1983; pp 212.

Figura 28 – (pág. 35) *Cidade ideal por Scamozzi*. LAVEDAN, Pierre, HUGUENEY, Jeanne, HENRAT, Philippe – *L'urbanisme à l'époque moderne, XVI-XVIII siècles*; Droz; Genève; 1982; Pl. VIII, fig. 28.

Figura 29 – (pág. 35) *Cidade ideal por Cattaneo*. LAVEDAN, Pierre, HUGUENEY, Jeanne, HENRAT, Philippe – *L'urbanisme à l'époque moderne, XVI-XVIII siècles*; Droz; Genève; 1982; Pl. VIII, fig. 25.

Figura 30 – (pág. 35) *Cidade ideal por Francesco di Giorgio Martini*. LAVEDAN, Pierre, HUGUENEY, Jeanne, HENRAT, Philippe – *L'urbanisme à l'époque moderne, XVI-XVIII siècles*; Droz; Genève; 1982; Pl. VI, fig. 17.

Figura 31 – (pág. 35) *Palmanuova*. Por Braun e Hohenberg. LAVEDAN, Pierre, HUGUENEY, Jeanne, HENRAT, Philippe – *L'urbanisme à l'époque moderne, XVI-XVIII siècles*; Droz; Genève; 1982. Pl. XV, fig.47.

Figura 32 – (pág. 37) *Aqueduto das Águas Livres*. ANACLETO, Regina – *História da arte em Portugal*; volume 9; Publicações Alfa; Lisboa; 1986; pp22.

Figura 33 – (pág. 38) *Vista da praça de Santo Antão do Tojal*. Fotografia da autora.

Figura 34 – (pág. 39) *Cadeia da Relação, Porto*. ANACLETO, Regina – *História da arte em Portugal: neoclassicismo e romantismo*; volume 10; Publicações Alfa; Lisboa; 1986; pp21.

Figura 35 – (pág. 39) *Palácio da Bolsa, Porto*. ANACLETO, Regina – *História da arte em Portugal: neoclassicismo e romantismo*; volume 10; Publicações Alfa; Lisboa; 1986; pp9.

Figura 36 – (pág. 40) *Palácio da Ajuda*. ANACLETO, Regina – *História da arte em Portugal: neoclassicismo e romantismo*; volume 10; Publicações Alfa; Lisboa; 1986; pp27.

Figura 37 – (pág. 43) *Povoações propostas por Figueiredo Seixas*. Desenhos da autora, realizados a partir das explicações e das figuras que são apresentadas no *Tratado de Ruação*.

Figura 38 – (pág. 45) *São Salvador da Baía*. «Planta da cidade, D^o Salvador, na Bahia. De todos os Santos, a. d., [1616], B. P. M. P. in *Livro da Razão do Estado do Estado do Brasil*, [1616]». TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida – *O Urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*; Livros Horizonte; [S.I.]; 1999; pp236.

Figura 39 – (pág. 46) *Portalegre*. «Mapa da nova villa de Portalegre, a. d., 1772, A. H. U». TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida – *O Urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*; Livros Horizonte; [S.I.]; 1999; pp278.

Figura 40 – (pág. 46) *Vila Bela*. «Plano da capital da Villa bella do Mato groço, Situada em 14^o.55' de Latitude Meridional e em 318^o.35' de longitude Cont.^{os} da Ilha do Ferro, Cujo Plano Se levantou no anno de 1777 por direção do G.^{or} e Cap.^{am} General daquela Cap.^{ia} a mais ocidental do Brz.^{il} Luís d'Albuq.^e de Mello e Cáceres, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, 1780, B. P. M. P.». TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida – *O Urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*; Livros Horizonte; [S.I.]; 1999; pp269.

Figura 41 – (pág. 47) *Macapá*. «Planta Da Villa de S. Jozé do Macapa tirada por ordem do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Manoel Bernardo de Mello e Castro Gov.^{or} e Capp.^{am} General do Estado do Para & c. em Anno de 1761 pello Capitão Eng^o Gaspar João de Gronfelde, 1761, A. H. U.». TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida – *O Urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*; Livros Horizonte; [S.I.]; 1999; pp281.

Figura 42 – (pág. 47) *Mazagão*. «PLANTA DA VILLA NOVA DE MAZAGAÓ, 1770, A. H. U.». TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida – *O Urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*; Livros Horizonte; [S.I.]; 1999; pp 283.

Figura 43 – (pág. 48) *Desenho comparativo entre Serpa e a Praça dos Imperadores em Manique do Intendente*.

Figura 44 – (pág. 48) *Plano para Pangim, José Morais Antas Machado, 1776*. «G.E.A.E.M» DIAS, Pedro – *História da arte portuguesa no mundo (1415-1822): o espaço do Índico*; Círculo de Leitores; [S.I.]; 1999; pp 53.

Figura 45 – (pág. 50) *Plano de Eugénio dos Santos para a Baixa de Lisboa*. «Planta Thopographica da Cidade de Lisboa, também Segundo o novo Alinhamento dos Architétos. Eugénio dos Santos e Carvalho, e Carlos Mardel, Eugénio dos Santos e Carvalho e Carlos Mardel, [Séc. XVIII], M.C.L.». TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida – *O Urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*; Livros Horizonte; [S.I.]; 1999; pp 305.

Figura 46 – (pág. 51) *Alçado do edifício da Real Fábrica das Sedas do Rato, com esquema de proporções sobreposto*. Desenho realizado a partir de: ROSSA, Walter – *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*; IPAAR; Lisboa; 1990; pp106.

Figura 47 – (pág. 52) *Plano para o Bairro das Águas Livres*. «Plano (adoptado) da edificação do bairro das Águas Livres para os artífices da Real Fábrica do Rato (M.N.A.A., inv. nº 1648) A.N.F. / Instituto Português de Museus». AAVV – *História da arte portuguesa*; Vol. III; 3^a edição; Temas e Debates; Lisboa; 1999; pp301.

Figura 48 – (pág. 52) *Plano para Vila Real de Santo António*. «Planta Geral da Villa de Santo António de Arenilha, a. d., [c. 1775], B.A.H.M.O.P., in Conjunto de Desenhos, [c. 1775]». TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida – *O Urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*; Livros Horizonte; [S.I.]; 1999; ppt301.

Figura 49 – (pág. 54) *Plano para Porto Covo*. «Planta Da Nova Povoação, do Porto Covo, Henrique Guilherme de Oliveira, [Séc. XVIII], A.N.T.T.» TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida – *O Urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*; Livros Horizonte; [S.I.]; 1999; pp 298.

Figura 50 – (pág. 58) *Mappa ou carta geographica dos Reinos de Portugal e Algarve. Por T. Jefferys, Geographo de Sua Magestade Britannica*. Londres, 1790. Thomas Jefferys; William Faden. (escala original 1.400 000). Colecção Nabais Conde.

Figura 51 – (pág. 58) *Map of the roads of Portugal; London Published 1st January 1811. By A. Arrowsmith Hydrographer to H. R. H. The Prince of Wales. Nº 10 Soho Square*. Londres, 1811. Aaron Arrowsmith. (escala original 1.435 000). Colecção Nabais Conde.

Figura 52 – (pág. 59) *Carta Geographica de Portugal publicada por ordem de Sua Magestade. Levantada em 1860 e 1865 sob a direcção do Conselheiro F. Folque Geral. De Brigda. Graduado e Director do Instituto Geographico pelos officiaes do Exercito A. J. Perry, C. A. da Costa e G. A. Perry*. Lisboa, c. 1865. F. Folque. (escala original 1.500 000). Colecção Nabais Conde.

Figura 53 – (pág. 59) *Carta militar da mesma área*. Secção da carta militar da série 1501, folha NJ 29-2, compilada e editada em 1999, Instituto Geográfico do Exército, originalmente à escala 1.250 000.

Figura 54 – (pág. 59) *Esquema que mostra a posição relativa do Palácio e da Praça*.

Figura 55 – (pág. 61) *Silvez*. «Planta da V^a de Silviz erigida pelo II.^{mo} S.^{or} Joaquim de Mello e Povoas, Pov.^{or} desta Cap.^{nia}, Filipe Strum, [Séc. XVIII], B.N.L.» TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida – *O Urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*; Livros Horizonte; [S.I.]; 1999; pp 275.

Figura 56 – (pág. 62) *Planta do território envolvente de Manique do Intendente: relevo, linhas de água e principais via*.

Figura 57 – (pág. 63) *Serpa*. «Planta da Villa de Serpa erigida pelo III.^{mo} S.^r Joaquim de Mello e Povoas Gov.^{or} desta Cap.^{nia}, Filipe Strum, [Séc. XVIII], B.N.L.» TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida – *O Urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*; Livros Horizonte; [S.I.]; 1999; pp 276.

Figura 58 – (pág. 64) *Vista aérea de Avola*. <www.siracusa-sicilia.it>

Figura 59 – (pág. 64) *Vista aérea de Grammichele*. <www.comune.grammichele.ct.it>

Figura 60 – (pág. 64) *Esquema que mostra a malha sobreposta a uma das propostas de reconstrução apresentadas.*

Figura 61 – (pág. 65) *Planta de Manique do Intendente.* Realizada a partir de elementos disponibilizados pela Câmara Municipal da Azambuja.

Figura 62 – (pág. 66) *San Lorenzo Nuovo.* SICA, Paolo – *Historia del urbanismo: el siglo XVIII*; Instituto de Estudios de Administracion Local; Madrid; 1983; pp 197.

Figura 63 – (pág. 66) *Praça e Bairro de Amalienburg.* SICA, Paolo – *Historia del urbanismo: el siglo XVIII*; Instituto de Estudios de Administracion Local; Madrid; 1983; pp 174.

Figura 64 – (pág. 67) *Três possibilidades de traçado, com perímetro hexagonal: radial, reticular ou a conjugação dos dois primeiros.*

Figura 65 – (pág. 68) *Esquema proporcional da proposta com perímetro rectangular.*

Figura 66 – (pág. 69) *Esquema de inserção territorial para as duas hipóteses de traçado.*

Figura 67 – (pág. 70) *Desenho comparativo entre as propostas para Manique do Intendente, Vila Real de Santo António, La Carolina e a proposta de Figueiredo Seixas para uma paróquia.* Desenho de La Carolina feito a partir do plano em: OLIVERAS SAMITIER, Jordi – *Nuevas poblaciones en la España de la ilustración*; Fundación Caja de Arquitectos; Barcelona; 1998; pp 115. / Desenho de Vila Real de Santo António feito a partir de: CORREIA, José Eduardo Horta – *Vila Real de Santo António: urbanismo e poder na política pombalina*; 2ª edição; Faup Publicações; Porto; 1997. / Desenho de Serpa feito a partir de: TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida – *O Urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*; Livros Horizonte; [S.]; 1999; pp276. / Desenhos das povoações de Figueiredo Seixas realizados pela autora, a partir das explicações e das figuras que são apresentadas no *Tratado de Ruação*.

Figura 68 – (pág. 71) *Esquema que mostra as dimensões das praças.*

Figura 69 – (pág. 72) *À esquerda, quarteirão para Serpa, à direita, proposta de quarteirão para Manique do Intendente.* Desenho de Serpa feito a partir de: «Planta da Villa de Serpa erigida pelo III.^{mo} S.^r Joaquim de Mello e Povoas Gov.^{or} desta Cap.^{nia}, Filipe Strum, [Séc. XVIII], B.N.L.» TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida – *O Urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*; Livros Horizonte; [S.]; 1999; pp 276.

Figura 70 – (pág. 73) *Quarteirões propostos.*

Figura 71 – (pág. 74) *Desenho comparativo entre os fogos-tipo de Manique do Intendente e os do Bairro das Águas Livres. Os desenhos referentes ao Bairro das Águas Livres foram realizados a partir de: ROSSA, Walter – Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista; IPAAR; Lisboa; 1990; pp 125.*

Figura 72 – (pág. 74) *Fachada-tipo de uma banda de 6 casas, cotada.*

Figura 73 – (pág. 75) *Alçado lateral dos fogos dos extremos e alçado para a Praça de duas casas.*

Figura 74 – (pág. 75) *Alçado das traseiras das casas do lado SE.*

Figura 75 – (pág. 76) *Praça dos Imperadores: estado actual das habitações; reconstituição do fogo-tipo.*

Figura 76 – (pág. 77) *Reconstituição da fachada lateral do Palácio do Intendente e reconstituição possível da sua planta.*

Figura 77 – (pág. 78) *Alçado principal do Palácio do Intendente: situação actual e reconstituição.*

Bibliografia

AAV – *História da arte portuguesa*; Vol. III; 3ª edição; Temas e Debates; Lisboa; 1999.

AAV – *Dicionário da arte barroca em Portugal*; direcção de José Fernandes Pereira; Editorial Presença; Lisboa; 1989.

AAV – *Torres Vedras: passado e presente*; Câmara Municipal de Torres Vedras; Torres Vedras; 1996; pp 415 a 417.

ANACLETO, Regina – *História da arte em Portugal: neoclassicismo e romantismo*; volume 10; Publicações Alfa; Lisboa; 1986; pp 9 a 41.

ARAUJO, Renata Malcher de – *As cidades da Amazónia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*; 2ª edição; Faup Publicações; Porto; 1998.

ARAUJO, Renata Malcher de – *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*; dissertação de doutoramento em História da Arte; Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas; Lisboa; 2000.

AZEVEDO, Carlos de – *Solares portugueses*; 2ª edição; Livros Horizonte; [[S.l]]; 1969.

AZEVEDO, Carlos de, GUSMÃO, Adriano de – *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa: Torres Vedras, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço*; Junta Distrital de Lisboa; Lisboa; 1963; pp 34 e 35.

BARBOSA, Ignácio Vilhena – «Fragmentos de um roteiro de Lisboa» in *Archivo pittoresco: semanário ilustrado*; Volume VI; Editores Proprietários Castro Irmão e Cª; Lisboa; 1863; pp 385 a 387, 401 e 402.

BARBOSA, José Maria da Silva Pinto – *Da praça pública em Portugal*; Vol.I; dissertação de doutoramento; Universidade de Évora; Évora; 1993.

BILÉU, Maria Margarida Correia – *Diogo Inácio de Pina Manique, intendente geral da polícia: inovações e persistências*; Vol. I; dissertação de mestrado; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Lisboa; 1995.

BONET CORREA, Antonio – «Les places octogonales en Espagne au XVIII^e siècle» in *L'Evolution de l'Urbanisme au XVIII^e Siècle*; Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa; 1972.

BONET CORREA, Antonio – *Morfología y ciudad: urbanismo y arquitectura durante el Antiguo Régimen en España*; Editorial Gustavo Gili; Barcelona; 1978.

BONET CORREA, Antonio – *El urbanismo en España e Hispanoamérica*; Cátedra; Madrid; 1991.

BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira – *Polivalência e contradição, a tradição seiscentista: o barroco e a inclusão de sistemas ecléticos no século XVIII, a segunda geração de arquitectos*; dissertação de Doutoramento; Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa; Lisboa; 1990.

BORGES, Nelson Correia – *História da arte em Portugal: do barroco ao rococó*; volume 9; Publicações Alfa; Lisboa; 1986; pp 9 a 39 e 93 a 121.

BUENO, Beatriz Siqueira – «Desenho e desígnio – o Brasil dos engenheiros militares» in *Oceanos*; nº41; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses; Lisboa; 2000.

CABRAL, Caroline – *Casos de câmara*; Prova Final de Licenciatura; Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Coimbra; 2003.

CALADO, Margarida – «Urbanismo e poder no Portugal do século XVIII» in *Lisboa iluminista e o seu tempo*; Universidade Autónoma de Lisboa; Lisboa; 1994.

CALDAS, João Vieira – *A casa rural dos arredores de Lisboa no século XVIII*; 2^a edição; FAUP Publicações; Porto; 1999.

CALIXTO, Vasco – «Manique do Intendente e o seu palácio arruinado» in *Diário de Notícias*; 20 de Novembro de 1961.

CARITA, Hélder – *Palácios de Goa: modelos e tipologias de arquitectura civil indo-portuguesa*; 2^a edição; Quetzal Editores; Lisboa; 1996.

CARITA, Rui, CARITA, Helder – «Modelos, instituições e personagens: a urbanização do espaço atlântico nos séculos XV e XVI» in *Oceanos*; nº 41; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Lisboa; 2000.

CARVALHO, Augusto da Silva – «Pina Manique: o ditador sanitário»; Separata dos nºs 1 – 4 do VIII volume (Março, Junho, Setembro e Dezembro de 1935) do *Archivo de Medicina Legal*; Imprensa Nacional; Lisboa; 1939.

CARVALHO, Ayres de – *D. João V e a arte do seu tempo*; 2 volumes; edição do autor; [S.l.]; 1962.

CHUECA GOITIA, Fernando – «Madrid y las reformas de Carlos III» in *Urbanismo e historia urbana en el mundo hispano: segundo simposio, 1982*; Tomo II; coordenação de António Bonet Correa; Editorial de la Universidad Complutense de Madrid; Madrid; 1985; pp 927 a 938.

CHUECA GOITIA, Fernando – *Historia de la arquitectura occidental: neoclasicismo*; Vol IX; Editorial Dossat; Madrid; 1985; pp 85 a 133.

CHUECA GOITIA, Fernando – *Breve história do urbanismo*; 4ª edição; Editorial Presença; Lisboa; 1982; pp 101 a 153.

CONCEIÇÃO, Margarida – *Antiga casa de câmara e cadeia de Linhares*; «Inventário do Património Arquitectónico» [em linha]; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1997. [página consultada a 5 de Maio de 2004]. Disponível na Internet em: <www.monumentos.pt>.

CORREIA, José Eduardo Horta – «Vila Real de Santo António: um exemplo de urbanismo iluminista» in *Urbanismo e historia urbana en el mundo hispano: segundo simposio, 1982*; Tomo II; coordenação de António Bonet Correa; Editorial de la Universidad Complutense de Madrid; Madrid; 1985.

CORREIA, José Eduardo Horta – *Vila Real de Santo António: urbanismo e poder na política pombalina*; 2ª edição; Faup Publicações; Porto; 1997.

COSTA, Américo – *Dicionário chorográfico de Portugal Continental e Insular*; Volume VII; 1947; pp 1003 e 1004.

COSTA, Joel – *Teatro de São Carlos*; SEC; Lisboa; 1993.

COSTA, Luís Xavier da – *Documentos relativos aos alunos que foram para o estrangeiro estudar Belas-Artes e cirurgia com protecção oficial nos decénios finais do século XVIII*; Academia Nacional de Belas-Artes; Lisboa; 1938.

CRUZ, Lúcia – *Pina Manique e a Universidade de Coimbra: cartas ao Intendente e de José Rodrigues Lisboa para o Doutor Francisco Montanha*; Arquivo da Universidade de Coimbra; Coimbra; 1984.

CRUZ, Manuel Ivo – *O Teatro Nacional de São Carlos*; Lello e Irmão; Porto; 1992.

DELSON, Roberta Marx – *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*; Edições Alva-CIORD; Brasília; 1997.

DIAS, Pedro – *História da arte portuguesa no mundo (1415-1822): o espaço do Atlântico*; Círculo de Leitores; [S.l.]; 1999.

DIAS, Pedro – *História da arte portuguesa no mundo (1415-1822): o espaço do Índico*; Círculo de Leitores; [S.l.]; 1999.

DORDIO, Paulo – *Antiga casa de câmara de Arouca*; «Inventário do Património Arquitectónico» [em linha]; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1999. [Página consultada a 5 de Maio de 2004]. Disponível na Internet em: <www.monumentos.pt>.

DORDIO, Paulo – *Antiga casa da câmara de Macieira de Cambra*; «Inventário do Património Arquitectónico» [em linha]; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 2001. [Página consultada a 5 de Maio de 2004]. Disponível na Internet em: <www.monumentos.pt>.

ESCRIVANIS, Augusto Carlos de Souza – *Descrição do real asylo de inválidos militares em Runa: importância deste estabelecimento dedicado a Sua Alteza o Ser.mo Infante D. Affonso Henriques*; Livraria e Officina de Encadernador, Verol Senior; Lisboa; 1822.

FALCÃO, José, PEREIRA, Ricardo – *Antigos paços do concelho de Santiago do Cacém*; «Inventário do Património Arquitectónico» [em linha]; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1999. [Página consultada a 5 de Maio de 2004]. Disponível na Internet em: <www.monumentos.pt>.

FERNANDES, José Manuel – *Arquitectura Portuguesa: uma síntese*; Imprensa Nacional-Casa da Moeda; [S.]; 2000.

FRANÇA, José Augusto – «Les six plans de la Lisbonne pombaline» in *L'évolution de l'urbanisme au XVIII^e siècle*; Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa; 1972.

FRANÇA, José Augusto – *Lisboa pombalina e o iluminismo*; Bertrand Editora; Venda Nova; 1983.

FRANÇA, José Augusto – *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; 3^a edição; Lisboa; 1989.

G. de CEBALLOS, Alfonso Rodriguez – *El siglo XVIII: entre tradición y academia*; Sílex; [S.]; 1992.

GALANTAY, Ervin Y. – *Nuevas ciudades: de la antigüedad a nuestros días*; Editorial Gustavo Gili; Barcelona; 1977.

GOMES, Luís Miguel Martins – «Geometria no traçado de praças: teoria versus prática, no tempo de Pombal» in *Colóquio Portugal-Brasil: a praça na cidade portuguesa*; coordenação de Manuel C. Teixeira; Livros Horizonte; Lisboa; 2001; pp 199 a 223.

GOMES, Paulo Varela – *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII*; Caminho; Lisboa; 1988.

GOMES, Paulo Varela – *A confissão de Cyrillo*; Hiena; Lisboa; 1992.

GUEDES, Natália Brito Correia – *O palácio dos senhores do infantado em Queluz*; Livros Horizonte; Lisboa; 1971.

GUIDONI, Enriço, MARINA, Ângela – *Historia del urbanismo: el siglo XVII*; Instituto de Estudios de Administracion Local; Madrid; 1982.

KOSTOF, Spiro – *Historia de la arquitectura*; Vol. III; Alianza Editorial; Madrid; 1988.

KOSTOF, Spiro – *The City Shaped*; Thames and Hudson; London; 1991.

LAVEDAN, Pierre – «Projets d'urbanisme à Paris au XVIII^e siècle» in *L'évolution de l'urbanisme ao XVIII^e siècle*; Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa; 1972.

LAVEDAN, Pierre, HUGUENEY, Jeanne, HENRAT, Philippe – *L'urbanisme à l'époque moderne, XVI-XVIII siècles*; Droz; Genève; 1982.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal antigo e moderno: dictionario geografico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal*; Volume V; Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia; Lisboa; 1875; pp 54 e 55.

LEITE, Antonieta Ferreira Reis – *Angra: um porto no percurso da cidade portuguesa*; Prova Final de Licenciatura em Arquitectura; Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Coimbra; 2000; pp 64 a 75.

MACEDO, Jorge Borges de – «Absolutismo» in *Dicionário de história de Portugal*; Vol. I; Livraria Figueirinhas; Porto; 1981; pp 8 a 14.

MALAFALA, E. B. de Ataíde – *Pelourinhos portugueses: tentâmen de inventário geral*; Imprensa Nacional-Casa a Moeda; 1997; pp 256.

MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – «Quatre phases de l'urbanisation de Porto au XVIII^e siècle» in *L'évolution de l'urbanisme ao XVIII^e siècle*; Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa; 1972.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*; Volume II; 10^a edição; Palas Editores; Lisboa; 1984.

MARTINS, Francisco de Assis Oliveira – *Pina Manique: o político, o amigo de Lisboa*; Sociedade Industrial de Tipografia, Lda; Lisboa; 1948.

MATTEUCCI, Anna Maria – *Storia dell'arte in Itália: l'architettura del settecento*; UTET; Torino; 2000; pp 33 a 60.

MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal: o antigo regime*; Editorial Estampa; [S.I.]; s/d.

MATTOSO, José (direcção) – *História de Portugal: o liberalismo*; Editorial Estampa; [S.I.]; s/d.

MOREIRA, Rafael – «Uma utopia urbanística pombalina: o “tratado da ruação” de José de Figueiredo Seixas» in *Pombal revisitado*; coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos; volume II; Editorial Estampa; Lisboa; 1984; pp 131 a 157.

MOSSER, Monique, TEYSSOT, Georges – *L'architettura dei giardini d'occidente: del rinascimento al novecento*; Electa; Milano; 1990.

NEGREIROS, Jozé Manoel de Carvalho – *Jornada pelo Tejo*; tomo quinto; manuscrito; 1792. [BNL].

NEGREIROS, Jozé Manoel de Carvalho – *Representação que serve de Introdução para se Projectar um Regulamento para o Real Corpo dos Engenheiros Civis e todas as suas Dependências*; manuscrito; 1797. [BNL, códice 6].

NEGREIROS, Jozé Manoel de Carvalho – *Regulamento para os Engenheiros Civis que se pode Extrair e Formar do Seguinte Projecto Composto pelo Sargento – mor Jozé Manoel de Carvalho e Negreiros*; manuscrito; 1798. [BNL, códice 3558]

NOÉ, Paula – *Pelourinho de Manique do Intendente*; «Inventário do Património Architectónico» [em linha]; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1991. [Página consultada a 12 de Setembro de 2003]. Disponível na Internet em <www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula – *Palácio de Manique do Intendente*; «Inventário do Património Architectónico» [em linha]; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1991. [Página consultada a 12 de Setembro de 2003]. Disponível na Internet em <www.monumentos.pt>.

NOÉ, Paula – *Edifício do asilo de inválidos militares*; «Inventário do Património Architectónico» [em linha]; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1991. [Página consultada a 10 de Maio de 2004]. Disponível na Internet em <www.monumentos.pt>.

NORONHA, Eduardo de – *Pina Manique: o intendente de antes quebrar*; 2ª edição; Livraria Civilização; Porto; 1940.

NORTON, José – *Pina Manique: fundador da Casa Pia de Lisboa*; Bertrand Editora; Lisboa; 2004.

OLIVERAS SAMITIER, Jordi – *Nuevas poblaciones en la España de la ilustración*; Fundación Caja de Arquitectos; Barcelona; 1998.

OLIVERAS SAMITIER, Jordi – «El proyecto de Sabatini para la ciudad de San Carlos en la Isla de León y el ocaso de la ciudad renacentista» in *Urbanismo e historia urbana en el mundo hispano: segundo simposio, 1982*; Tomo II; coordenação de António Bonet Correa; Editorial de la Universidad Complutense de Madrid; Madrid; 1985.

PEREIRA, Esteves, RODRIGUES, Guilherme – *Portugal: diccionario historico, chorographico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artistico*; Volume IV; João Romano Torres e C.^a Eds.; Lisboa; 1909; pp 797.

PEREIRA, Esteves, RODRIGUES, Guilherme – *Portugal: diccionario historico, chorographico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artistico*; Volume V; João Romano Torres e C.^a Eds.; Lisboa; 1911; pp 738 a 740.

PEREIRA, José – *Processo de candidatura da “Casa da Câmara” de Manique do Intendente a “Monumento de Interesse Nacional”*; Câmara Municipal da Azambuja; Azambuja.

PEREIRA, José Fernandes – *A acção artística do primeiro patriarca de Lisboa*; Quimera; Lisboa; 1991.

QUARESMA, A. Martins – «Porto Covo: um exemplo de urbanismo das Luzes» in separata dos *Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*; Vol. II; 2^a série; Real Sociedade Arqueológica Lusitana; Santiago do Cacém; 1988.

REIS, Nestor Goulart – *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*; Editora da Universidade de São Paulo; São Paulo; 2001.

RODRIGUES, António José – *Manique do Intendente: contributo para a sua história e do seu povo*; Associação Recreativa e Cultural de Manique do Intendente; Manique do Intendente; 1982.

ROSSA, Walter – *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*; IPAAR; Lisboa; 1990; pp 263 a 360.

ROSSA, Walter – *Cidades Indo-Portuguesas*; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Lisboa; 1997.

ROSSA, Walter – «No primeiro dos elementos: dados para uma leitura sintética do urbanismo e da urbanística portuguesa da idade moderna» in *Oceanos*; nº41; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Lisboa; 2000.

ROSSA, Walter – «A Cidade Portuguesa» in *A Urbe e o Traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*; Livraria Almedina; Coimbra; 2002.

ROSENAU, Helen – *A Cidade Ideal: evolução arquitectónica na Europa*; Editorial Presença; Lisboa; 1988.

SAMBRICIO, Carlos – *Território y ciudad en la España de la ilustración*; Ministerio de Obras Públicas y Transportes, Instituto del Territorio y Urbanismo; Madrid; 1991; pp 121 a 189.

SEIXAS, Jozé de Figueiredo – *Tratado D'Aruação*; manuscrito; 1762. [BNL]

SEQUEIRA, Clara – *O barroco em Santo Antão do Tojal: proposta para um percurso*; Junta de Freguesia de Santo Antão do Tojal; Santo Antão do Tojal; 1997.

SICA, Paolo – *Historia del urbanismo: el siglo XVIII*; Instituto de Estudios de Administracion Local; Madrid; 1983.

SILVA, António Lambert Pereira da – *Nobres casas de Portugal*; Vol. III; Livraria Tavares Martins; Porto; 1958; pp 109 a 118.

SILVA, Raquel Henriques da – *Lisboa Romântica: urbanismo e arquitectura, 1777-1874*; dissertação de doutoramento; Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Lisboa; 1997.

SOLEDADE, Arnaldo F. – *De S. Pedro de Arrifana a Manique do Intendente*; Comissão de Festas de Manique do Intendente; Manique do Intendente; 1979.

SOUSA, Leonor Machado de – *A abertura de Portugal à cultura europeia: os bolseiros de Pina Manique*; Instituto Português do Ensino à Distância; Lisboa; 1983.

STOOP, Anne de – *Quintas e palácios nos arredores de Lisboa*; Livraria Civilização Editora; [S.l.]; 1999.

SUÉTONE – *Vies des douze Cèsars*; tradução de Henri Ailloud; 3 volumes; Sociéte d'Édition «Les Belles Lettres»; Paris; 1931.

TAFURI, Manfredo – *Projecto e utopia*; Editorial Presença; Lisboa; 1985.

TAVARES, Adérito, PINTO, José dos Santos – *Pina Manique: um homem entre duas épocas*; Casa Pia de Lisboa; Lisboa; 1990.

TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida – *O Urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*; Livros Horizonte; [S.l.]; 1999.

TOBRINER, Stephen – *The Genesis of Noto: an eighteenth-century sicilian city*; A. Zwemmer Ltd; London; 1982; pp 9 a 107.

VALE, Teresa, FERREIRA, Maria – *Casa da Câmara*; «Inventário do Património Arquitectónico» [em linha]; Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1999. [Página consultada a 5 de Maio de 2004]. Disponível na Internet em <www.monumentos.pt>.

VIGO TRASANCOS, Alfredo – *Arquitectura y urbanismo en El Ferrol del siglo XVIII*; Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia; Santiago de Compostela; 1984.

VITERBO, Sousa – *Diccionario histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portugueses ou a serviço de Portugal*; Imprensa Nacional; Lisboa; 1904.

s.a. – *A Questão dos Foros de Manique do Intendente e as Causas que a Motivaram*; Tipografia Manuel A. Pacheco; Lisboa; 1927.

ANEXOS: Peças desenhadas

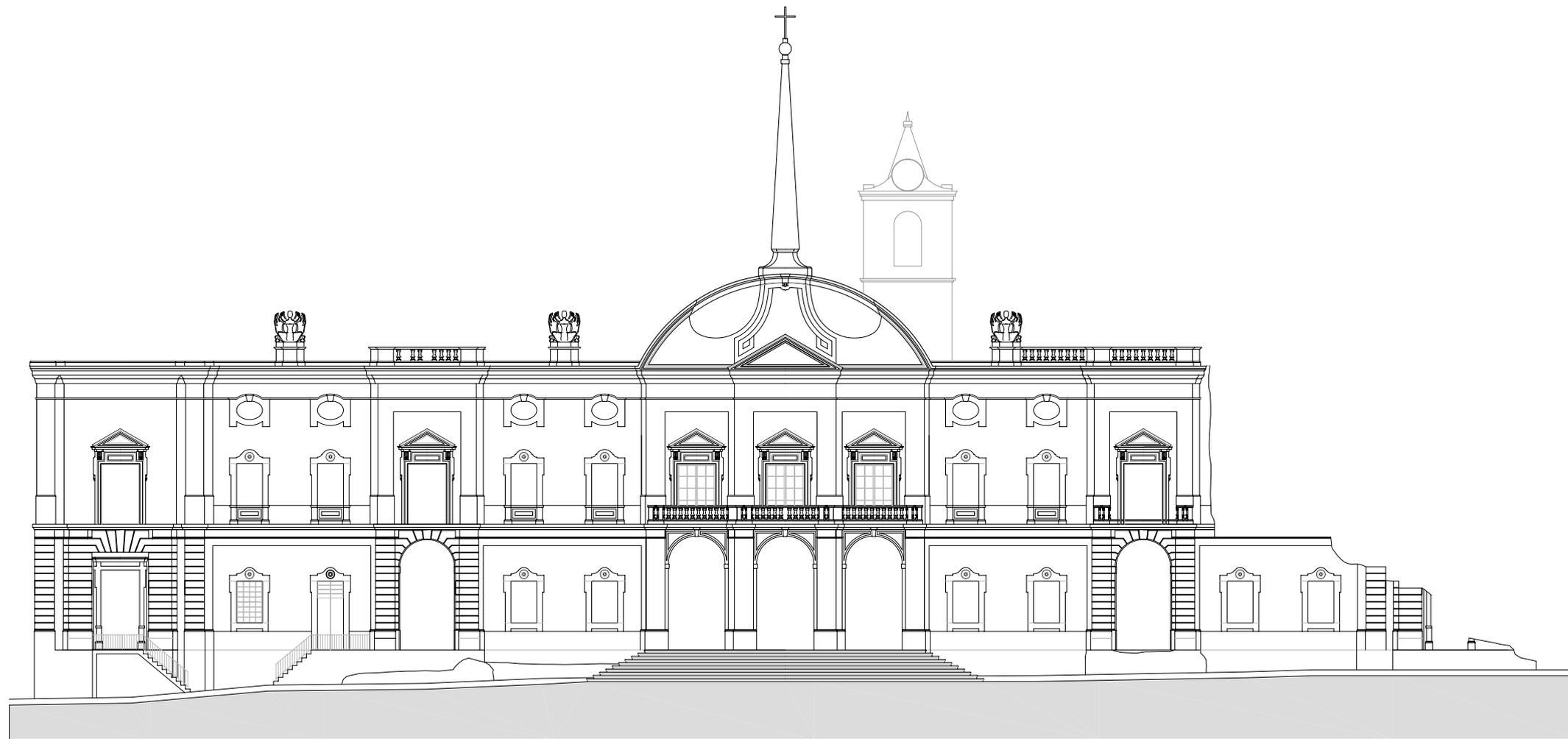


Figura 1 | Alçado Principal do Palácio do Intendente_Situação Actual

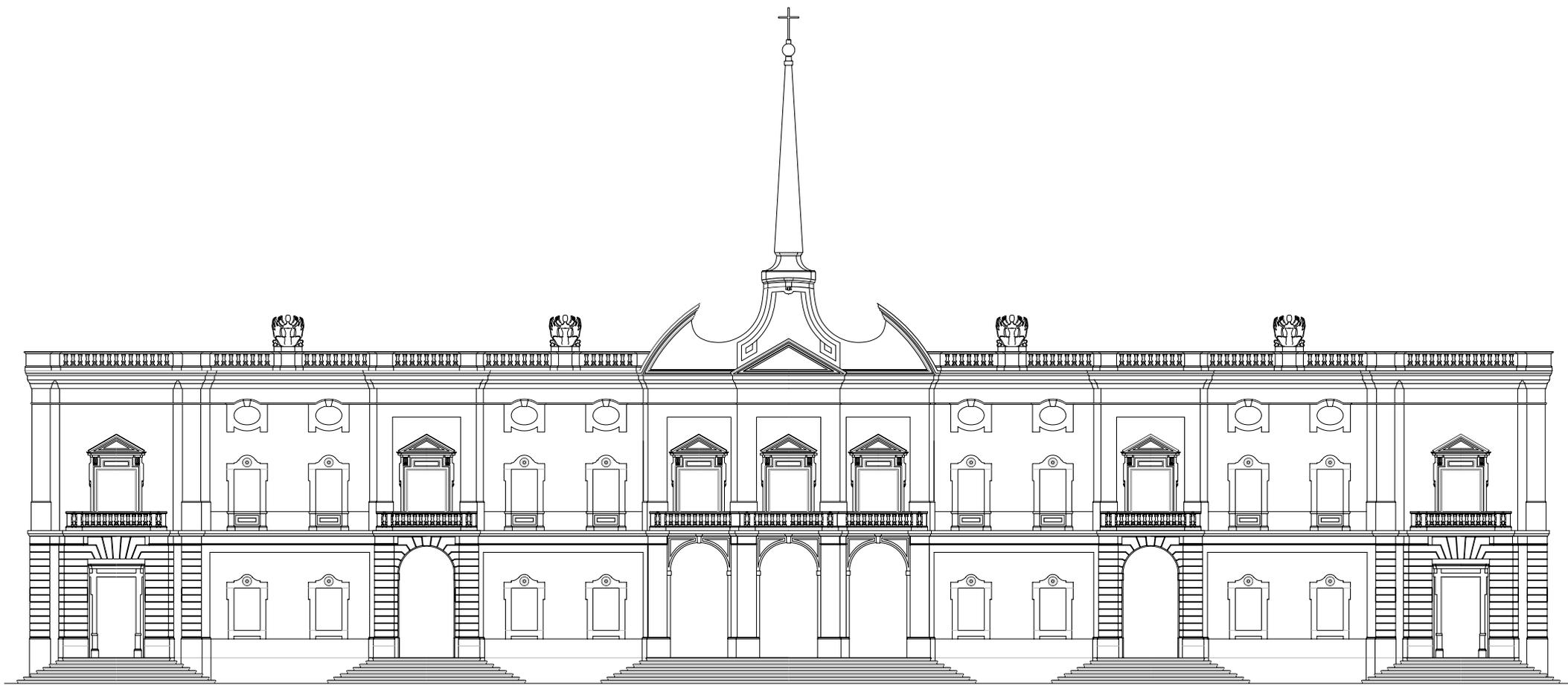


Figura II_Alçado Principal do Palácio do Intendente_Reconstituição

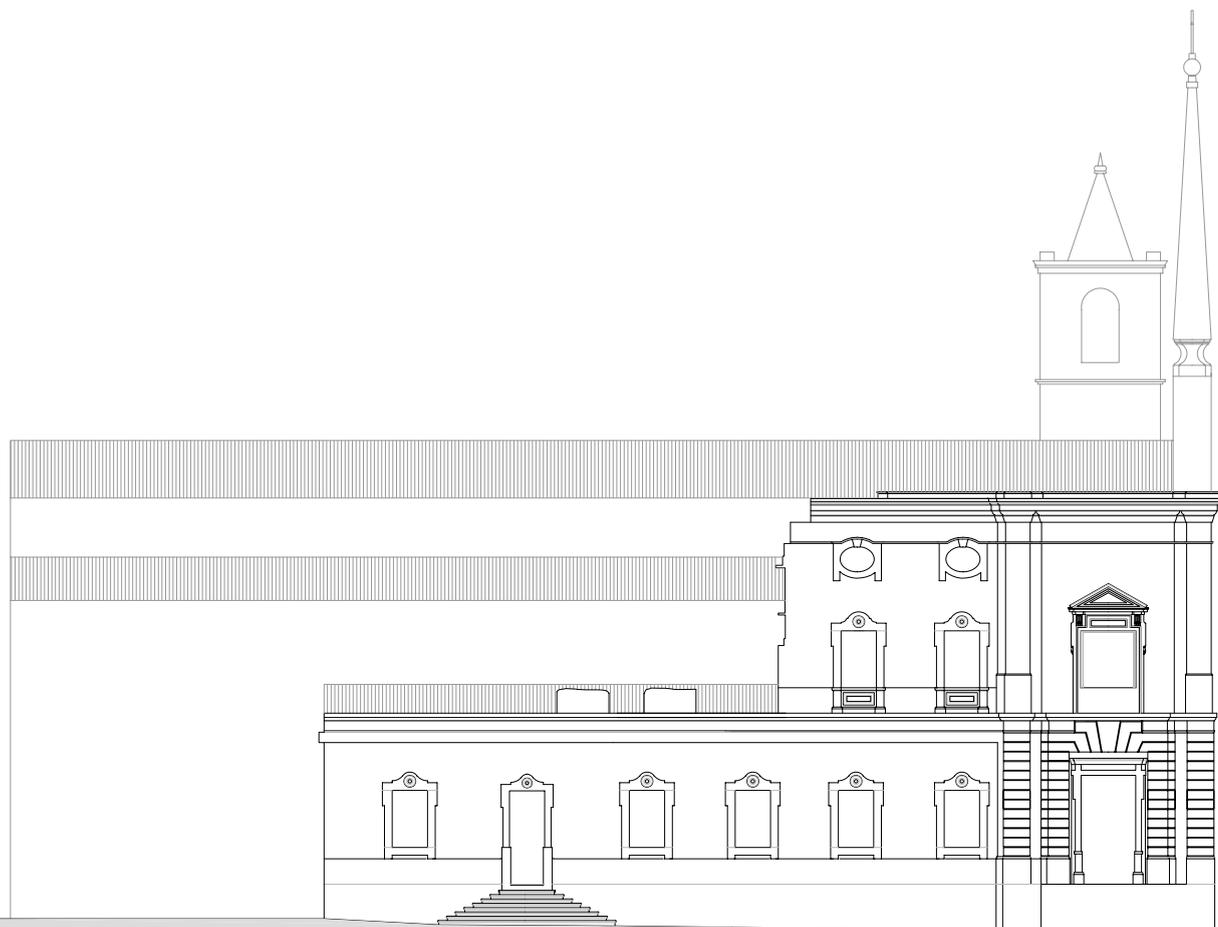


Figura III_Alçado Lateral do Palácio do Intendente_Situação Actual

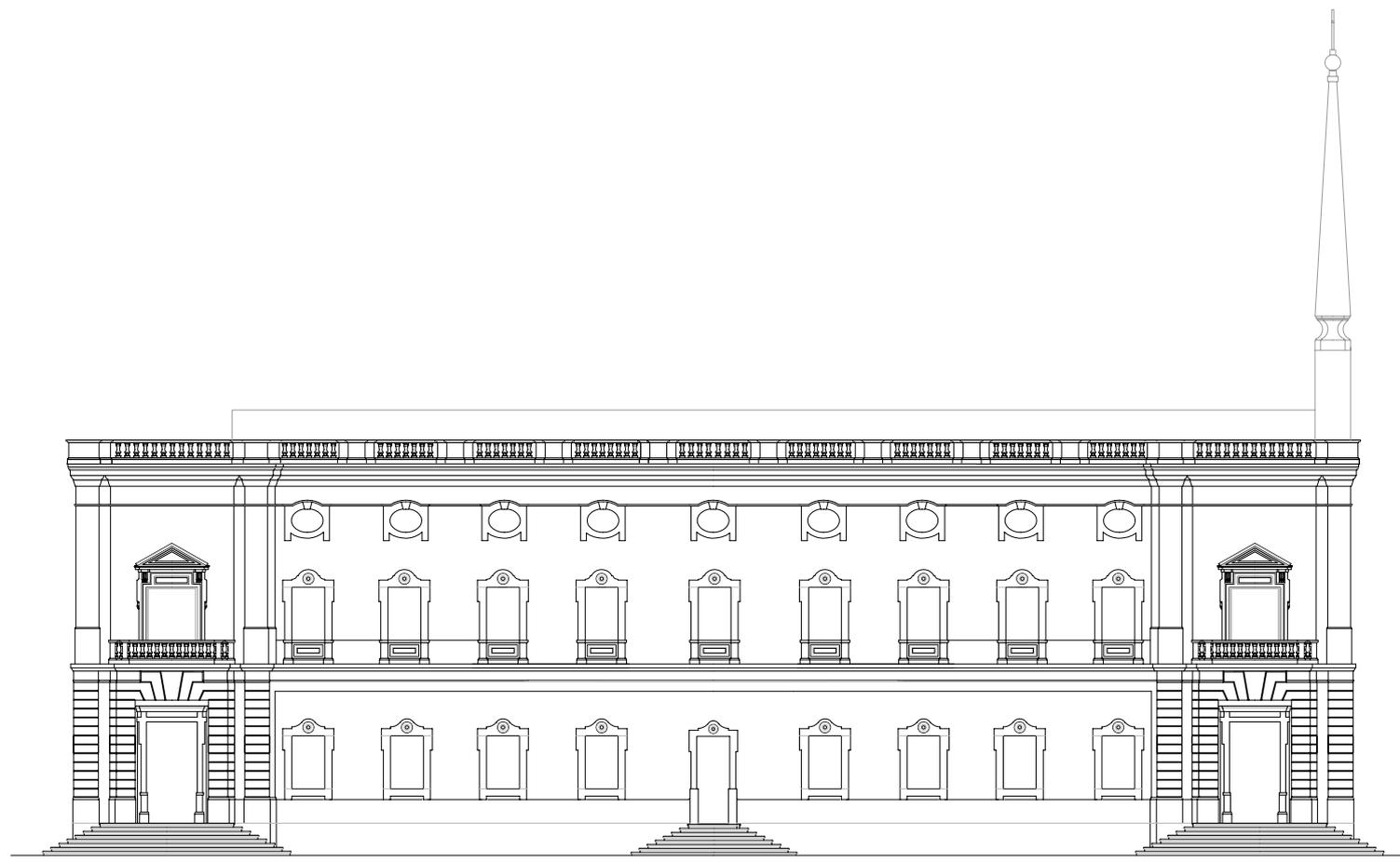


Figura IV_Alçado Lateral do Palácio do Intendente_Proposta de Reconstituição

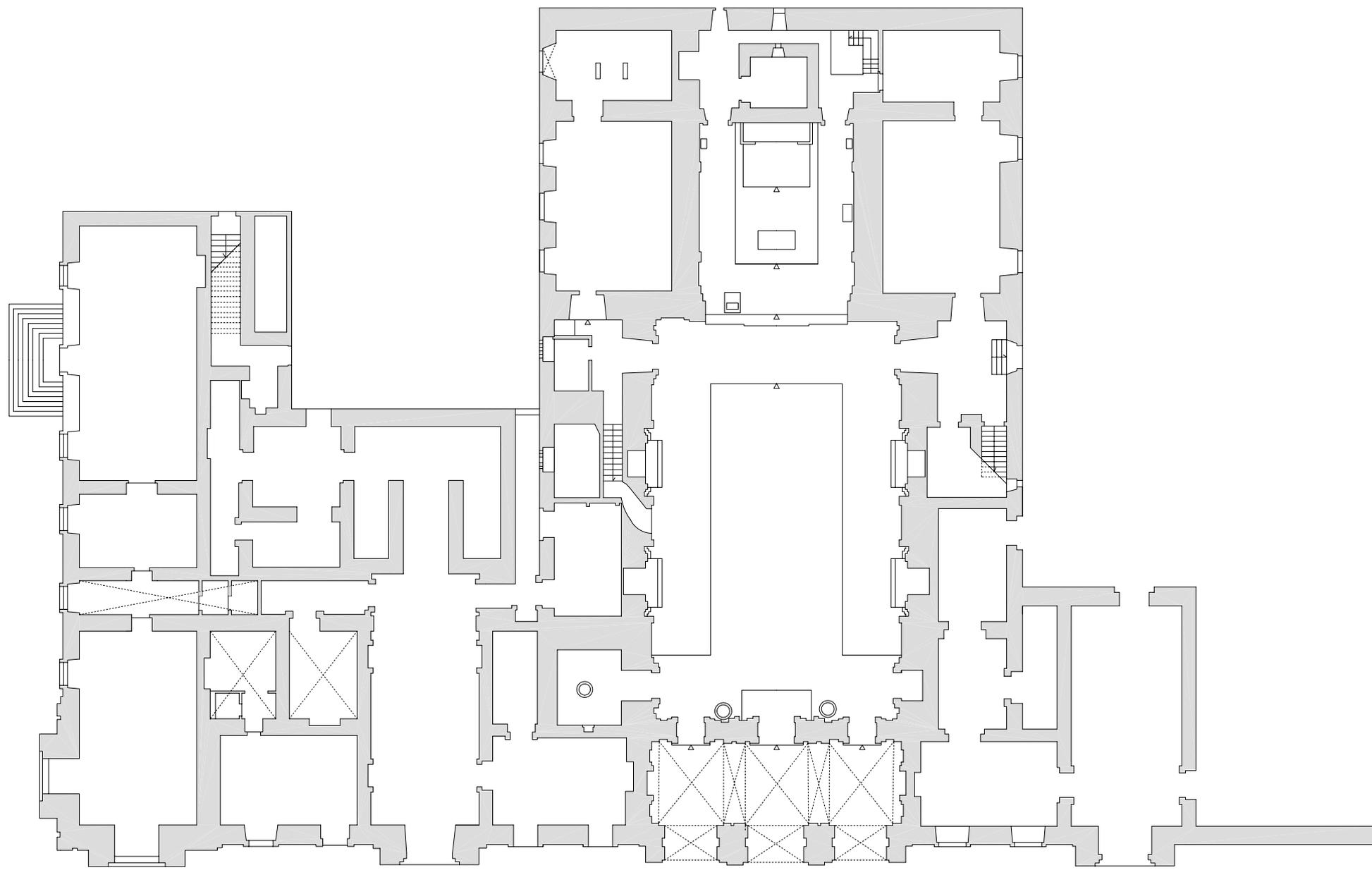


Figura V_Planta do Piso Térreo do Palácio do Intendente_Situa o Actual
Realizada a partir de elementos fornecidos pela DGEMN

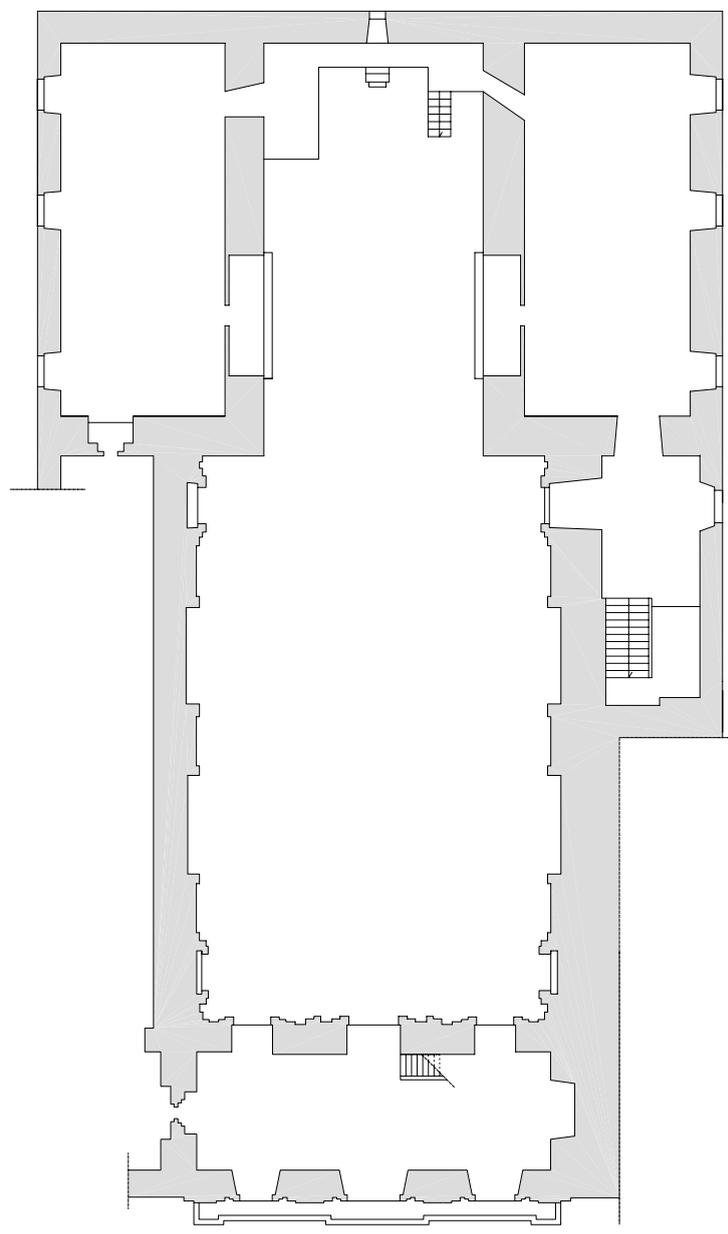


Figura VI_Planta do Segundo Piso da Igreja do Pal cio_Situa o Actual
Realizada a partir de elementos fornecidos pela DGEMN

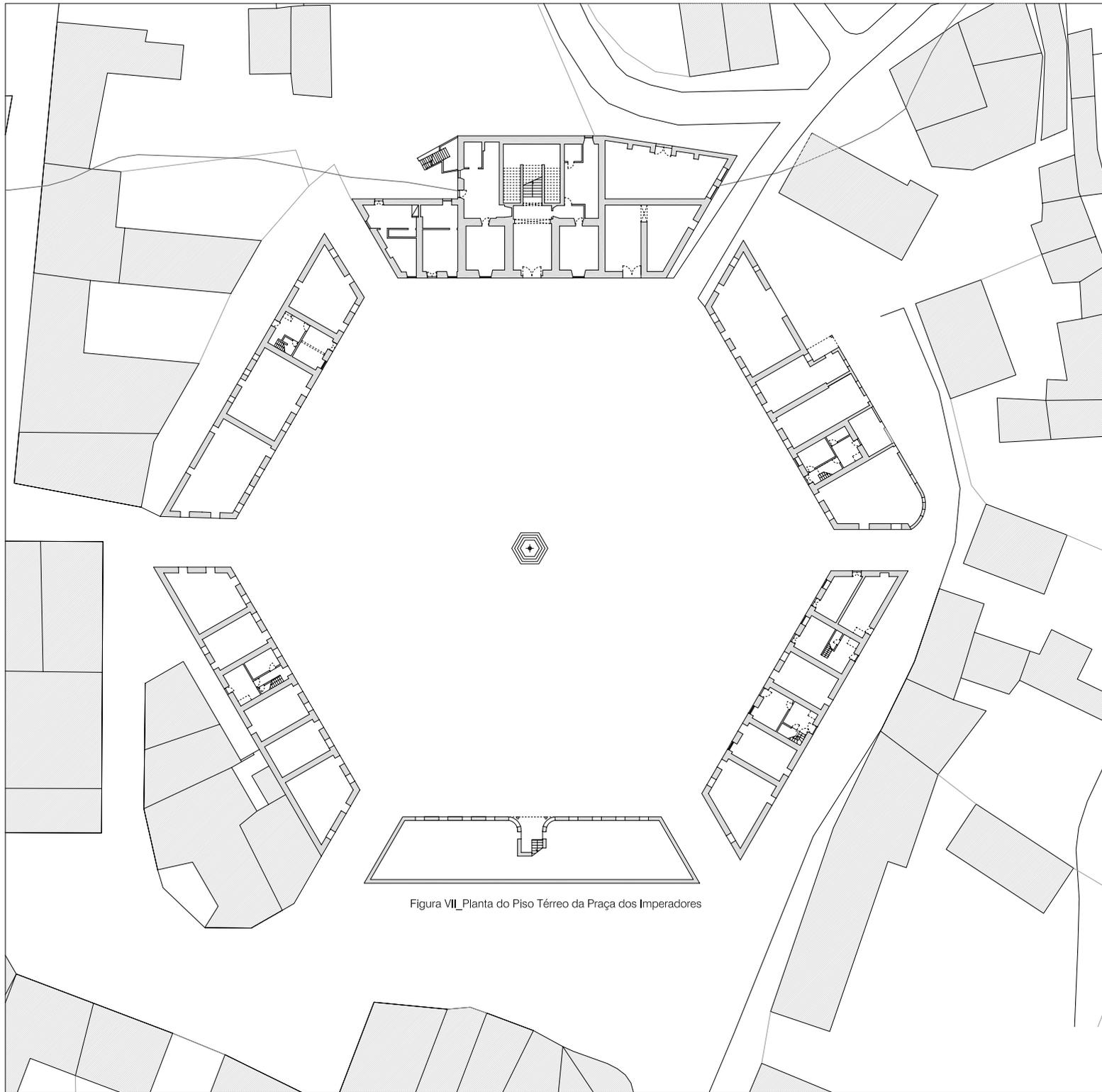


Figura VII_Planta do Piso Térreo da Praça dos Imperadores

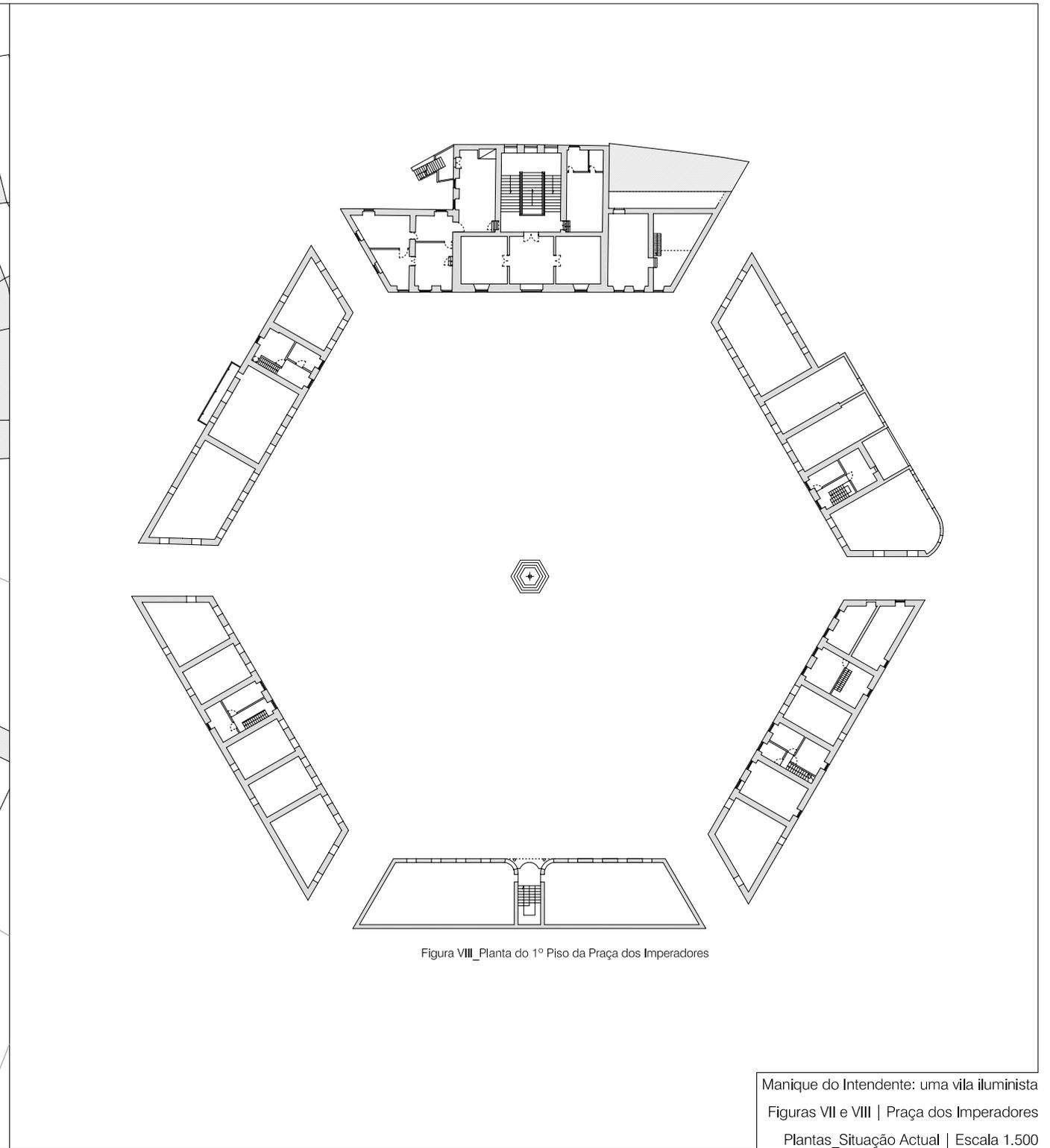


Figura VIII_Planta do 1  Piso da Praça dos Imperadores

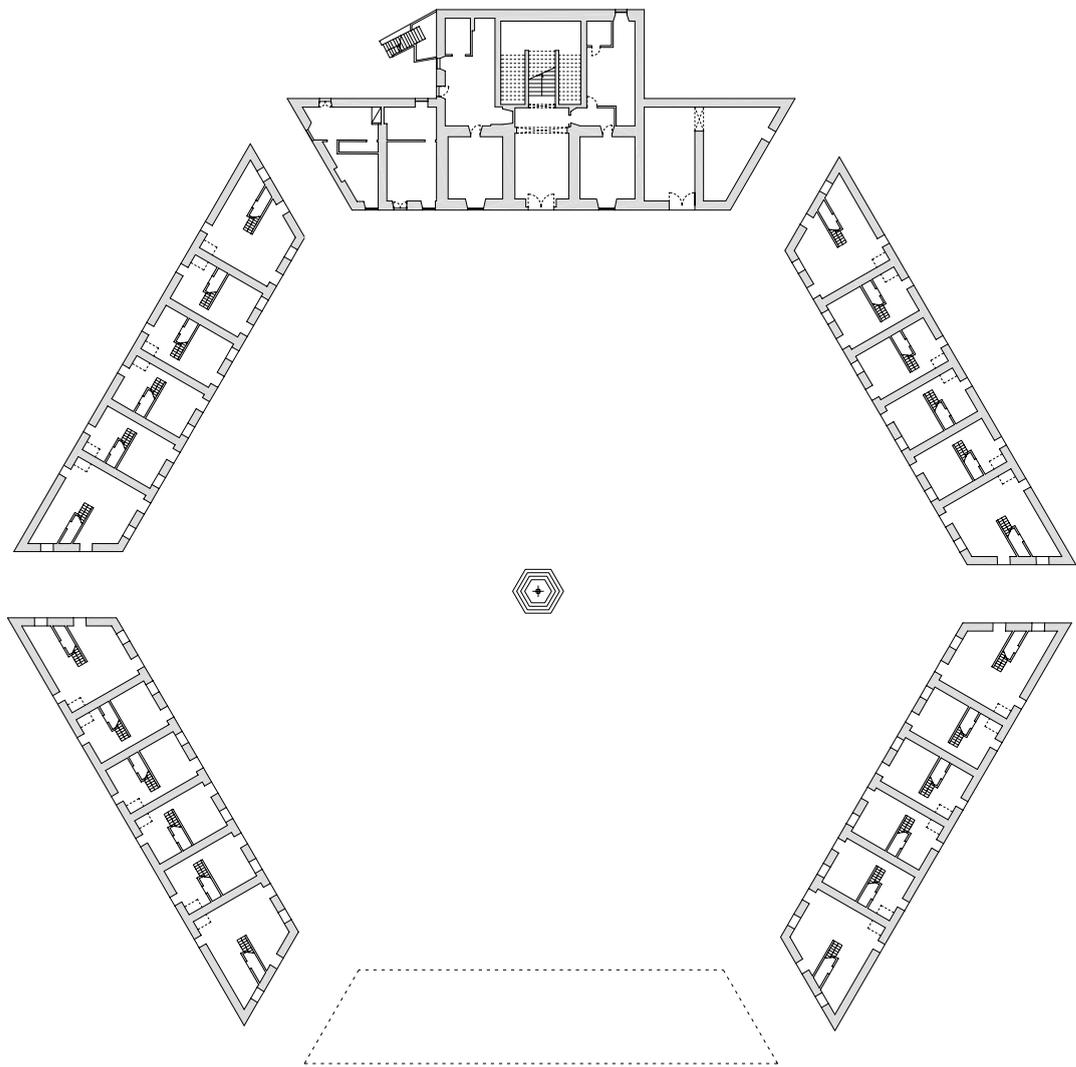


Figura IX_Planta do Piso Térreo da Praça dos Imperadores

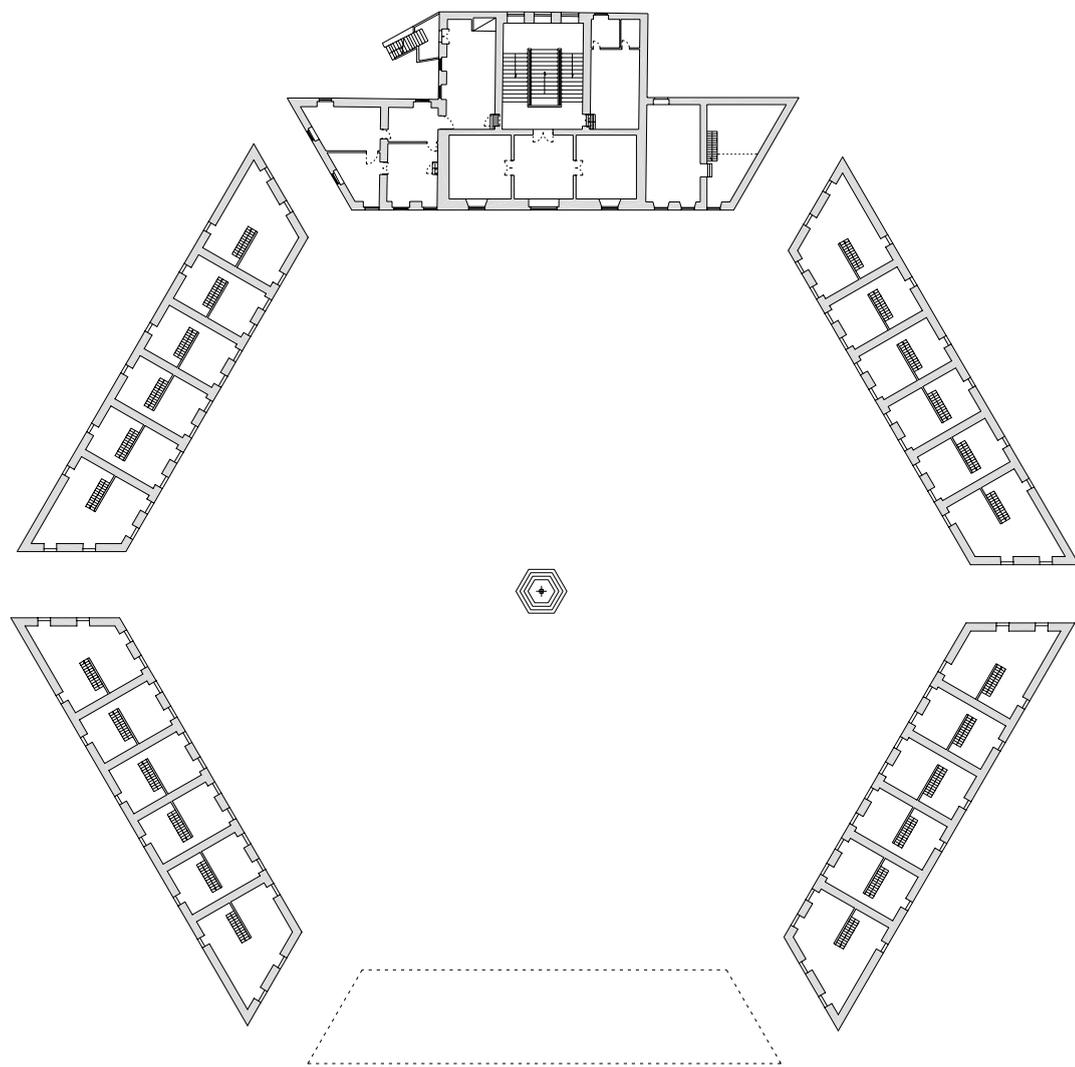


Figura X_Planta do Piso Térreo da Praça dos Imperadores

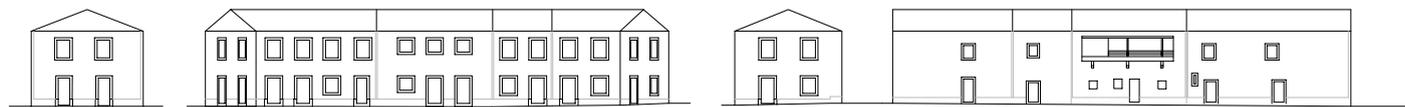


Figura XI_Lado SO

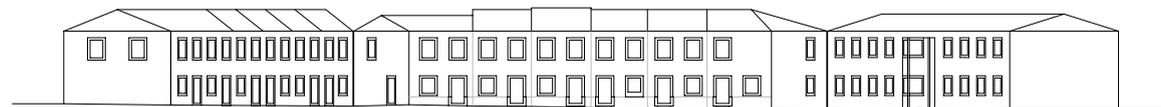


Figura XVI_Corte A

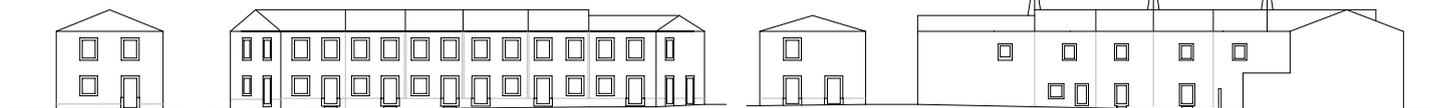


Figura XII_Lado NO

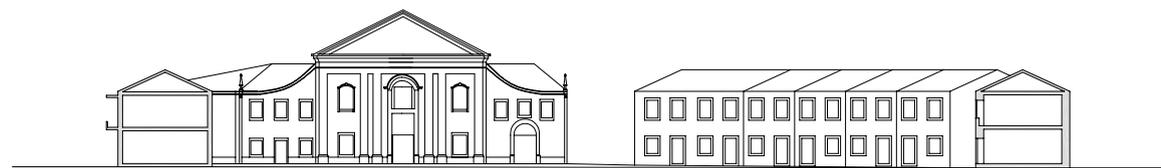


Figura XVII_Corte B



Figura XIII_Lado SE

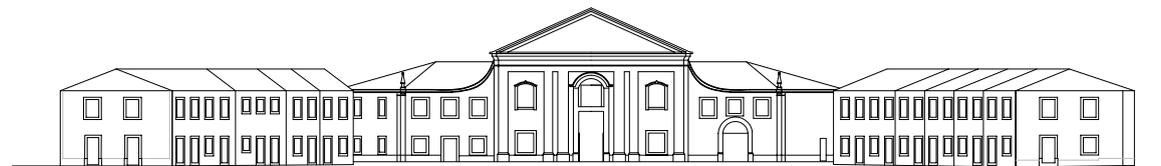


Figura XVIII_Corte C



Figura XIV_Lado NE

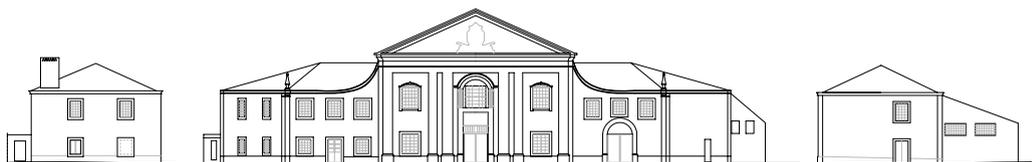
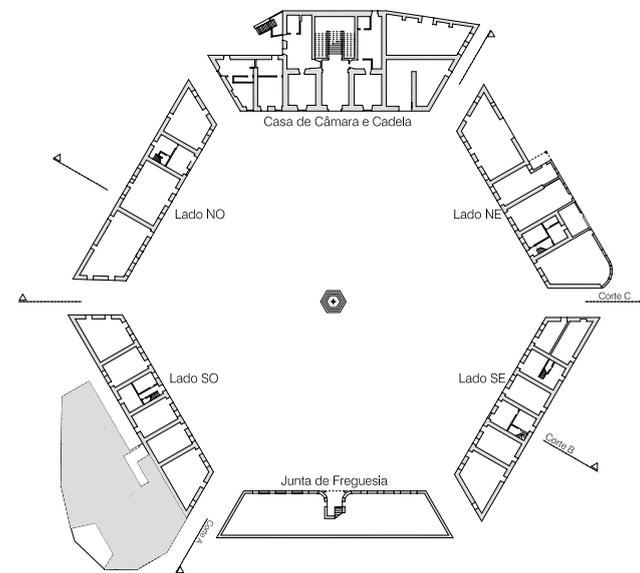


Figura XV_Casa de Câmara e Cadeia



Figura XIX_Alçados da Praça do Imperadores_Lado NO_Reconstituição_esc. 1.500

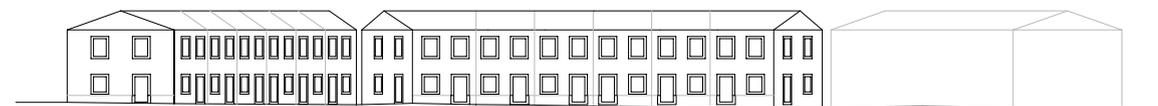


Figura XXIII_Corte_Alçado A da Praça do Imperadores_Reconstituição_esc. 1.500



Figura XX_Alçados da Praça do Imperadores_Lado SO_Reconstituição_esc. 1.500



Figura XXIV_Corte-Alçado B da Praça do Imperadores_Reconstituição_esc. 1.500



Figura XXI_Alçados da Praça do Imperadores_Lado SE_Reconstituição_esc. 1.500

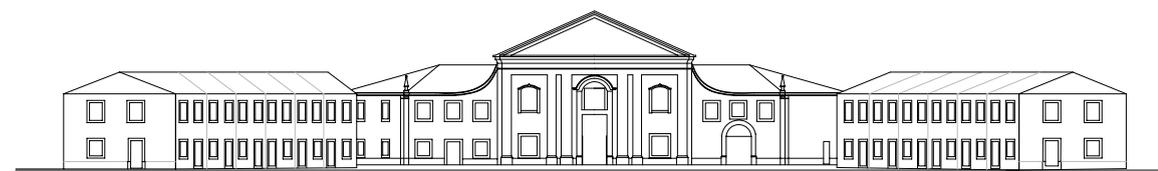


Figura XXV_Corte-Alçado C da Praça do Imperadores_Reconstituição_esc. 1.500



Figura XXII_Alçados da Praça do Imperadores_Lado NE_Reconstituição_esc. 1.500

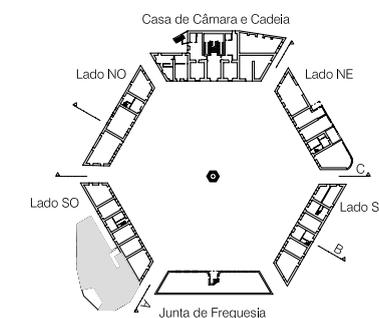


Figura XXVI_Corte territorial pelo Palácio do Intendente (transversal)_Escala 1.5 000



Figura XXVII_Corte territorial pela Praça dos Imperadores (transversal)_Escala 1.5 000

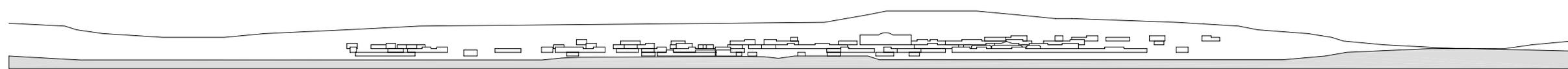


Figura XXVIII_Corte territorial pela Ribeira do Judeu (longitudinal)_Escala 1.5 000

Manique do Intendente: uma vila iluminista
Alçados da Praça e Cortes Territoriais
Figuras XIX a XXVIII | Escalas variadas

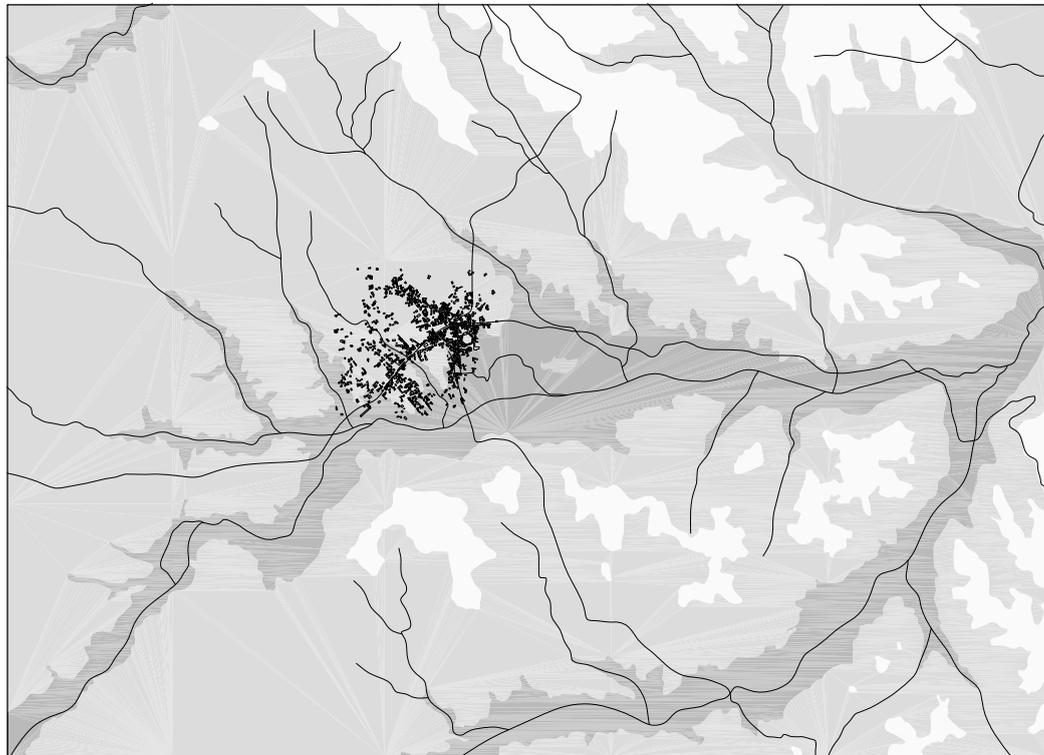
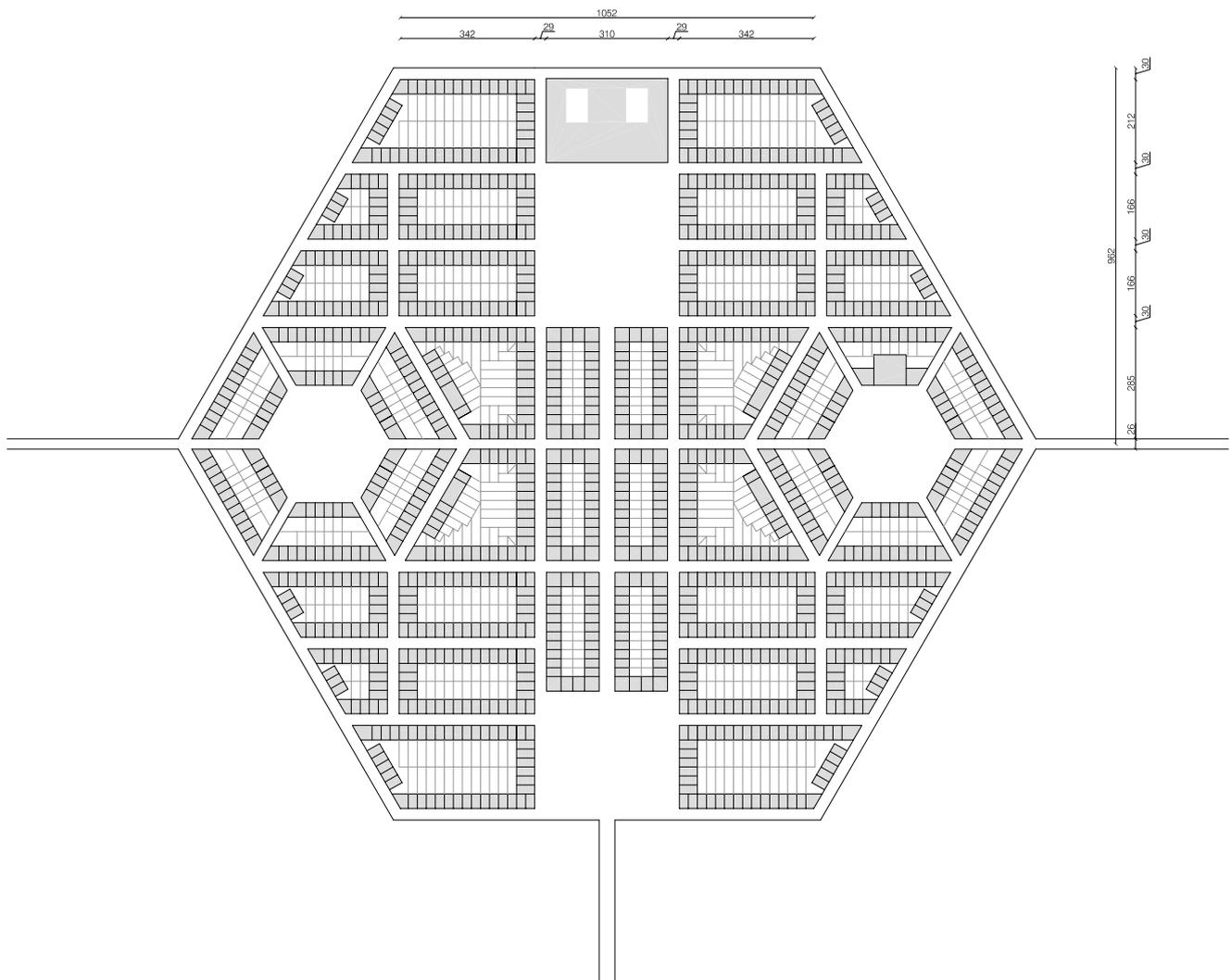
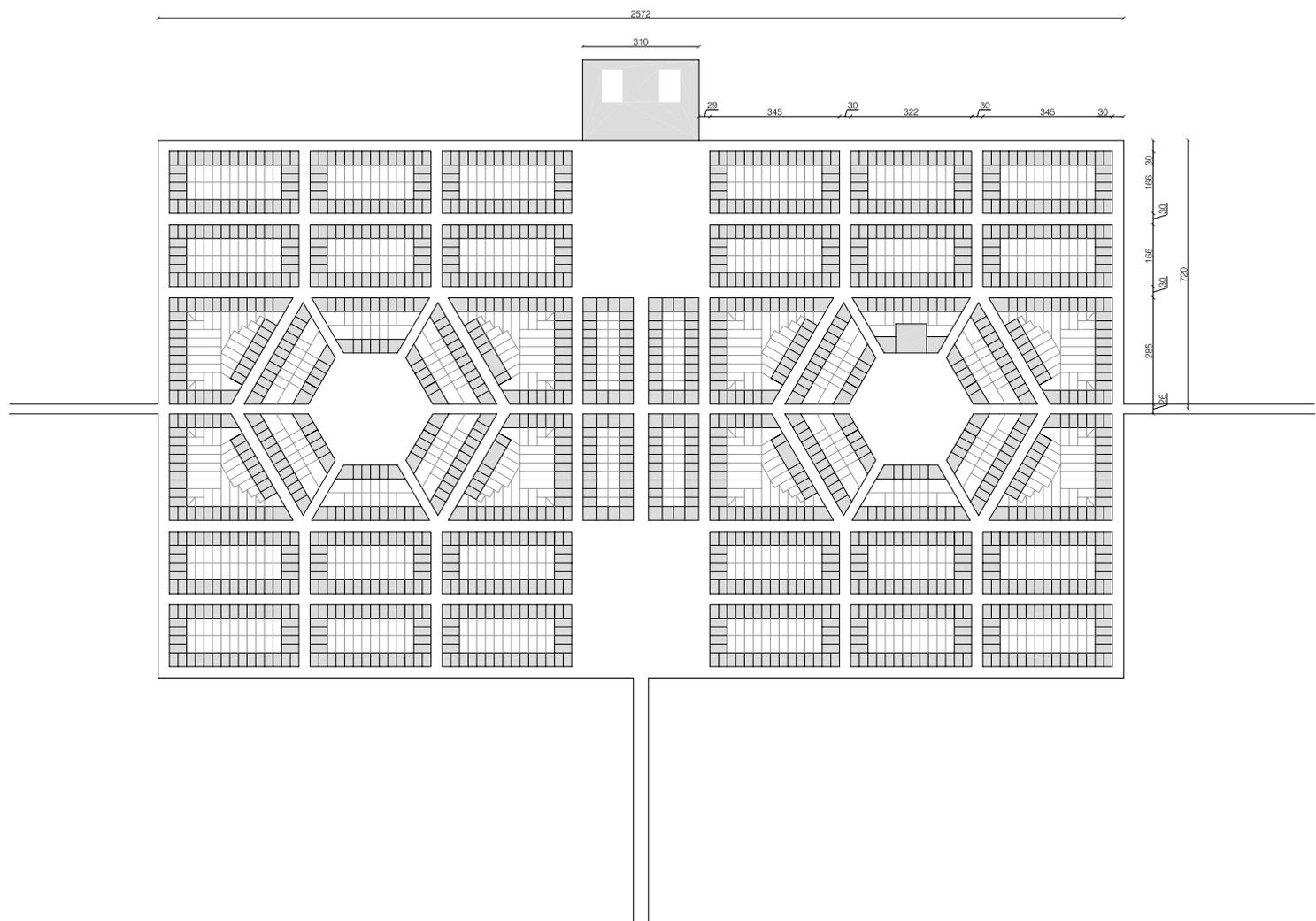


Figura XXIX_Planta territorial_Escala 1.40 000



Figura XXX_Planta geral da Povoação_Escala 1.5 000

Manique do Intendente: uma vila iluminista
 Figuras XXIX e XXX | Desenhos Gerais da Povoação
 Plantas | Escalas variadas



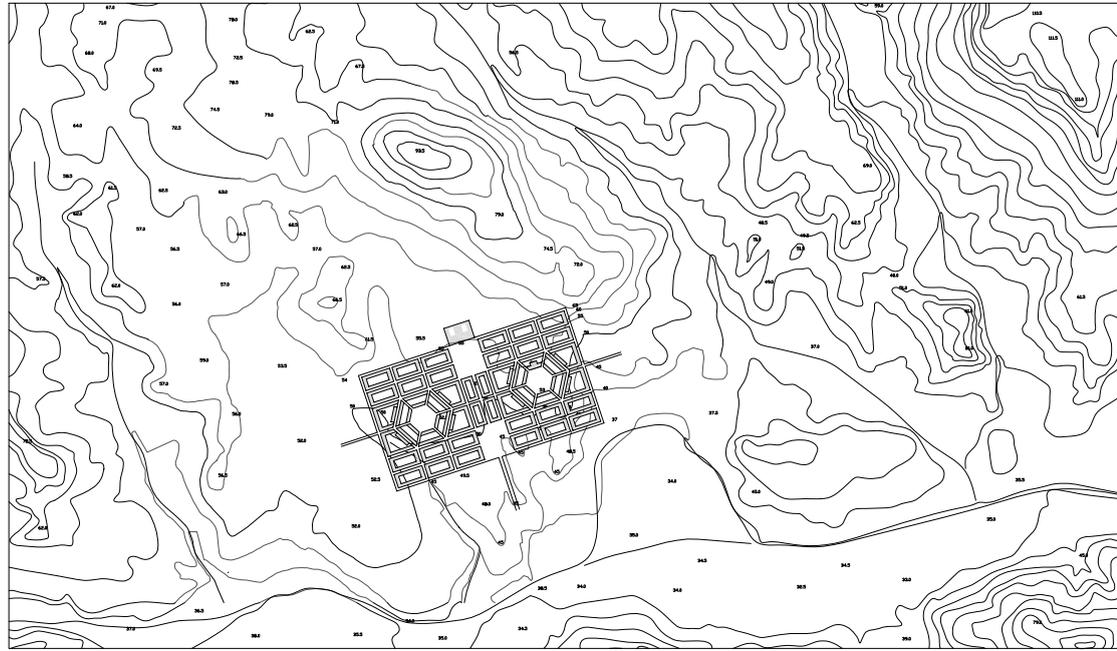


Figura XXXIII_Inserção no Território_Proposta A_esc.1.15000

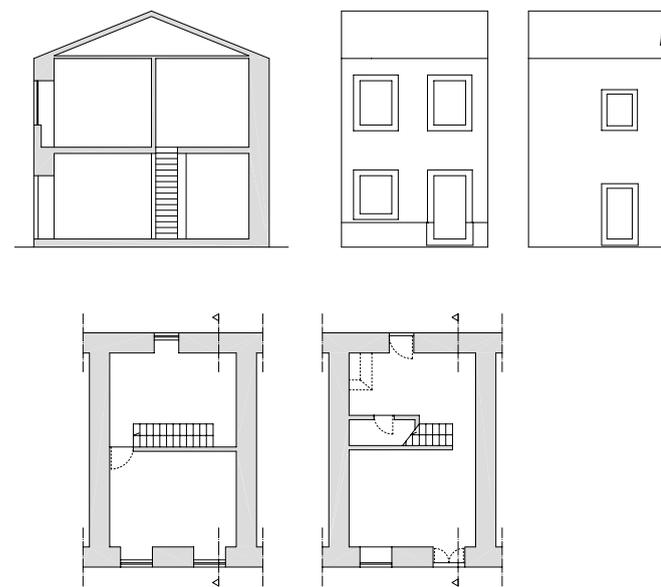


Figura XXXV_Fogo-tipo_Reconstituição_esc. 1.200

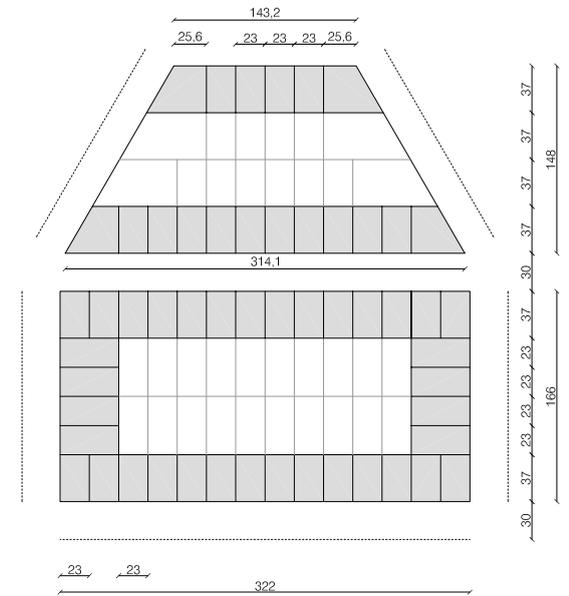


Figura XXXVII_Planta dos quarteirões_Reconstituição_esc.1.1000

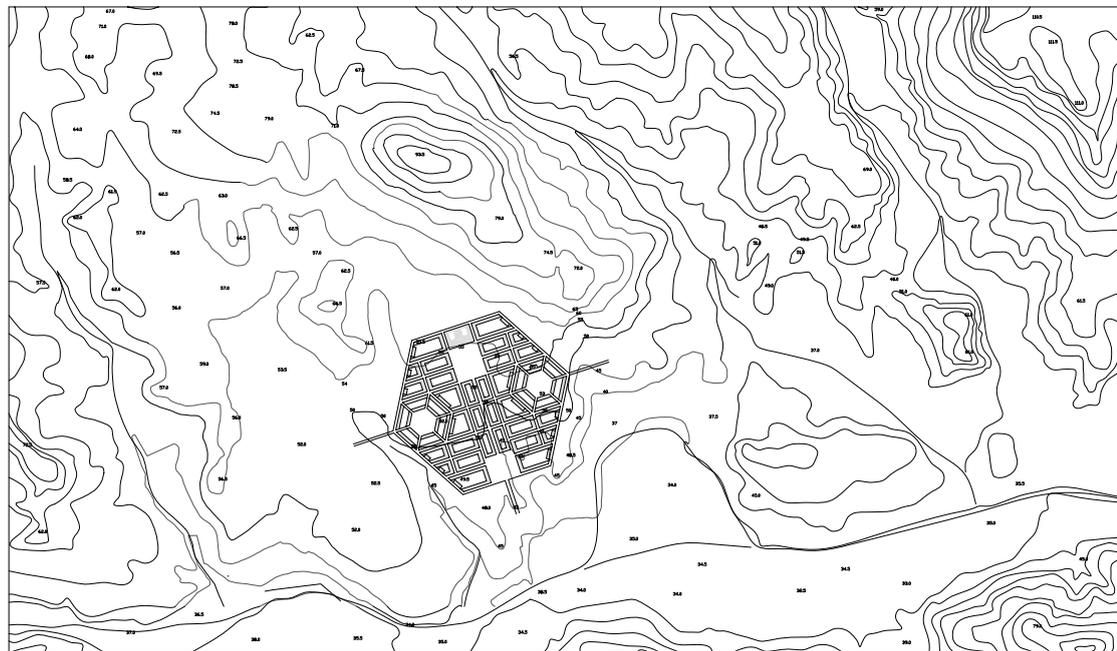


Figura XXXIV_Inserção no Território_Proposta B_esc.1.15000

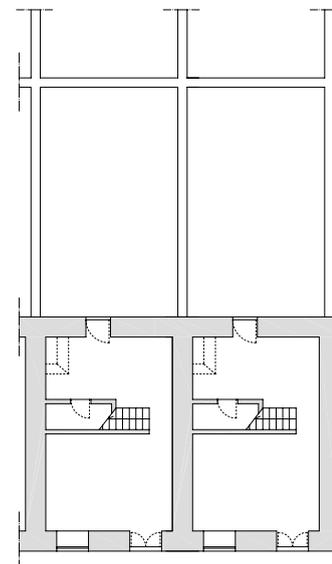


Figura XXXVI_Fogo-tipo com quintal_Reconstituição_esc. 1.200